

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL



Dissertação

**Memórias em arquivos pessoais:
a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal**

Vania da Costa Machado

PELOTAS, 2016

VANIA DA COSTA MACHADO

**Memórias em arquivos pessoais:
a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Albernaz
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Michelon

Pelotas, 2016

M---m Machado, Vania da Costa
Memórias em arquivos pessoais : a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal / Vania da Costa Machado. - 2016. Pelotas.
189 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, 2016.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Ovenhausen Albernaz

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Michelin

1. Arquivos pessoais. 2. Memória. 3. Trajetória de vida. 4. Maria Judith Zuzarte Cortesão. I. Albernaz, Renata Ovenhausen. II. Michelin, Francisca. III. Título.

CDU

Catálogo na fonte: Bibliotecária Vania da Costa Machado - CRB 10/1570

VANIA DA COSTA MACHADO

Memórias em arquivos pessoais: a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30 de agosto de 2016

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Renata Ovenhausen Albernaz (Orientadora)
Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Juliane Conceição Primon Serres
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Claudio Renato Moraes da Silva
Doutor em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho. De forma especial, agradeço:

- à minha orientadora, Renata Ovenhausen Albernaz, pelos ensinamentos, pelo apoio, atenção, confiança e carinho dispensados durante esses dois anos de percurso, pela compreensão dos meus limites e pelo entusiasmo contagiante de sempre, muito obrigada;
- à professora Francisca Michelin, pelas sugestões que foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa;
- à professora Juliane Conceição Primon Serres e ao professor Claudio Renato Moraes da Silva, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora;
- à professora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, pelas aulas inspiradoras e pelas contribuições no exame de qualificação;
- à Universidade Federal de Pelotas, instituição universitária pública, gratuita e de qualidade e ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela oportunidade em concretizar esta pesquisa;
- aos entrevistados: Adriane Lobo Costa, Carla Valéria Leonini Crivellaro, Claudio Renato Moraes da Silva, Daniel Porciúncula Prado, Luiz Carlos Rodrigues, Marcelo Ferraz, Nubia Rosa Baquini da Silva Martineli e Susana Inês Molon por dedicarem parte do seu tempo à consecução deste trabalho, compartilhando suas lembranças sobre a professora Judith Cortesão e, também, por me receberem de forma sempre solícita e carinhosa;
- à Universidade Federal do Rio Grande e ao Sistema de Bibliotecas, por permitir minha dedicação integral ao desenvolvimento desta pesquisa;
- à amiga e bibliotecária da Universidade Federal do Rio Grande, Cibele Vasconcelos Dziekaniak, pela amizade, incentivo, sugestões e por proporcionar acesso aos documentos pertencentes ao arquivo pessoal da professora Judith Cortesão, custodiado pela Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, da Universidade Federal do Rio Grande;
- aos colegas do curso de mestrado, pelos momentos de discussão, reflexão e pelas trocas de experiências proporcionadas nesses dois anos de convívio; um agradecimento especial aos amigos Ubirajara Buddin Cruz e Gladis Rejane Moran

Ferreira, que tornaram as viagens entre Rio Grande e Pelotas, mais agradáveis e alegres;

- a todos os amigos, em especial às amigas Alessandra Lemos, Cibele Dziekaniak, Cristiane Oliveira, Cristina Jorge, Flávia Reis, Raquel Barcellos e Vanessa Santiago pela amizade, apoio e incentivo;

- finalmente, mas não menos importante, agradeço à minha família, aos meus pais, Ruth e Doralício, aos meus irmãos, irmãs, cunhadas, cunhados, sobrinhas e sobrinhos, pelo carinho, apoio, preocupação e, principalmente, por compreenderem minhas ausências; e agradeço, especialmente, ao meu esposo, Everton Cravo, que esteve sempre ao meu lado nos momentos de angústia, preocupação e cansaço, sempre oferecendo uma palavra de apoio, de incentivo e um abraço carinhoso, te amo!

A todos vocês, a minha gratidão!

*Servir e compadecer-se;
maravilhar-se ante a vida;
gostar de entender; pedir
a Deus a graça de amar.
(Judith Cortesão, 1988)¹*

*Maravilhados com os avanços da tecnologia, com as facilidades
da informática, corremos o risco de esquecer o essencial: a
vida. Salvar a vida é o grande desafio neste século 21. [...] É
indispensável que o homem vivencie, sinta que pertence a uma
rede de vida e que esta rede se sustenta pela participação de
todos [...]. Nós não somos muitos, nós somos um só.
(Judith Cortesão, Jornal Mundo Jovem, 2000)*

¹ Poema escrito por Judith Cortesão a respeito dos “preceitos-mores que nos possam vir a guiar na vida”. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão.

RESUMO

MACHADO, Vania da Costa. **Memórias em arquivos pessoais**: a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Arquivos pessoais são compostos tanto por documentos probatórios de atividades e responsabilidades sociais, profissionais ou financeiras, quanto por documentos de caráter memorial, que de forma subjetiva traduzem nossas identidades, relações e laços afetivos e, diferentemente dos arquivos institucionais, sua acumulação não segue regras ou leis gerais. Entretanto, apesar do caráter subjetivo e arbitrário que caracteriza o processo de composição de arquivos pessoais, eles podem se constituir em fontes, às vezes, bastante relevantes enquanto suportes de memória acerca de trajetórias de vida de personalidades individuais, de notoriedade pública ou não. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho destina-se a evidenciar uma narrativa memorial acerca da trajetória de vida da professora Dr.^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, a partir dos documentos que integram o seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental, Sala Verde Judith Cortesão, da Universidade Federal do Rio Grande, buscando, dessa forma, não só legitimar a fonte de acervos pessoais enquanto suportes de memória de trajetórias de vida individuais, como também desvelar uma sistematização possível da trajetória de vida de seus sujeitos a partir desses suportes. Para a consecução dessa pesquisa, além das fontes documentais pertencentes ao acervo Judith Cortesão, utilizou-se, também, de documentos oriundos de diferentes arquivos, fontes bibliográficas e depoimentos orais de ex-alunos da professora, muitos deles encontrados a partir do mapa e dos indícios fornecidos por esse arquivo pessoal.

Palavras-chave: Arquivo pessoal. Trajetória de vida. Maria Judith Zuzarte Cortesão. Legitimação e validação de fontes de informação.

ABSTRACT

MACHADO, Vania Costa. **Memories in personal archives**: the life story of Judith Cortesão from her personal archive. 2016. 187 f. Thesis (Master's Degree in Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Personal archives are composed by documents of social, professional or financial activities and responsibilities, as well as by documents of memorial nature, which subjectively reflect our identities, relationships and emotional bonds. Unlike the institutional archives, personal ones do not follow build-up rules or laws. However, despite the subjective and arbitrary nature that sets up the composition process of personal archives, they may be relevant sources as storage media about life stories of individual personalities, either of public awareness or not. Therefore, this study is aimed at showing a memorial narrative about the life story of Professor Maria Judith Zuzarte Courtier, drawing on the documents that are part of her personal archive, kept by the Sectorial Library of the Graduate in Environmental Education, the Green Room Judith Cortesão, at the Federal University of Rio Grande. Thus, it is sought not only to legitimate such source of personal collections as storage media of individual life stories, but also to reveal a possible systematization of the life story of individuals from these supports. For this research, in addition to documentary sources belonging to Judith Cortesão's collection, documents from different archives, bibliographic sources and oral testimony of former students were also used, many of which were found from the map and evidence provided by such personal archive.

Keywords: Personal Archive. Life story. Maria Judith Zuzarte Cortesão. Legitimation and validation of information sources.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quadro de categorias de atividades pessoais e profissionais de cientistas.....	18
Figura 2	Fotografia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, Centro de Convivência, Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (sem data).....	63
Figura 3	Fotografia do interior da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, Centro de Convivência, Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2012).....	63
Figura 4	Fotografia do interior da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, Centro de Convivência, Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2012).....	64
Figura 5	Fotografia do “mezanino”, na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, onde o acervo arquivístico Judith Cortesão ficava acondicionado (2012).....	65
Figura 6	Fotografia do “mezanino”, na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, onde o acervo arquivístico Judith Cortesão ficava acondicionado (2012).....	65
Figura 7	Fotografia do acervo arquivístico de Judith Cortesão acondicionado no prédio da COPERSE, no Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2014).....	66
Figura 8	Fotografia do acervo arquivístico de Judith Cortesão acondicionado no prédio da COPERSE, no Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2014).....	66
Figura 9	Fotografia de Judith Cortesão na Estação Ecológica do Taim (1994-19945).....	77
Figura 10	Fotografia de Jaime Cortesão e Carolina Cortesão Ferreira, com dedicatória no verso (01/03/1950).....	78
Figura 11	Imagem de Maria Judith Zuzarte Cortesão, com seus irmãos: António Augusto Zuzarte Cortesão e Maria da Saudade Zuzarte Cortesão (sem data).....	78
Figura 12	Fotografia de Judith Cortesão, com o pai Jaime Cortesão, a mãe Carolina Ferreira Cortesão e a irmã, Maria da Saudade Cortesão Mendes, em Sevilha, Espanha (sem data).....	79
Figura 13	Fotografia dos pais de Judith Cortesão, Carolina Ferreira Cortesão e Jaime Cortesão, e seu irmão António Augusto Zuzarte Cortesão, no Estoril, Portugal. (25/06/1956).....	79

Figura 14	Fotografia de jantar em homenagem a Lasar Segall, Rio de Janeiro (maio de 1943)	84
Figura 15	Fotografia da Casa Grande da Fazenda de Penedo, região de Itatiaia, Município de Resende/RJ (1951)	87
Figura 16	Fotografia de Agostinho da Silva e Judith Cortesão com a filha Carlota (década de 1950)	87
Figura 17	Fotografia de Judith no navio “Barão de Teffé”, durante a primeira expedição brasileira à Antártida (1982-1983).....	104
Figura 18	Fotografia dos integrantes da primeira expedição brasileira à Antártida (1982-1983).....	104
Figura 19	Fotografia de Judith Cortesão com a turma de Mestrado em Educação Ambiental da FURG, na disciplina de Educação Ambiental Marinha (1994-1995).....	121
Figura 20	Fotografia de Judith Cortesão na Base Costeira da Estação Ecológica do Taim durante saída de campo (1994-1995).....	122
Figura 21	Fotografia de Judith Cortesão com a turma da disciplina de Educação Ambiental Marinha do Mestrado de Educação Ambiental da FURG, na Base Costeira da Estação Ecológica do Taim durante saída de campo (1994-1995).....	123
Figura 22	Fotografia de Judith Cortesão ministrando uma aula ao ar livre, utilizando um de seus recursos didáticos característicos: a cartolina (1995).....	123
Figura 23	Fotografia de Judith Cortesão no Arquipélago São Pedro e São Paulo (sem data).....	128
Figura 24	Fotografia de Judith Cortesão no Arquipélago São Pedro e São Paulo (sem data).....	129
Figura 25	Fotografia dos integrantes da expedição ao Arquipélago São Pedro e São Paulo (sem data).....	129
Figura 26	Fotografia de Judith Cortesão recebendo a Ordem do Mérito Cultural (2003).....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
APHAC	Associação Pró-preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande
ARCA	Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente
ASSPAM	Associação Paulista de Museólogos
Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão	Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão
CCMar	Centro de Convívio dos Meninos do Mar
CEFAM	Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha
CIRM	Comissão Interministerial dos Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBRAMAB	Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera”
COC	Casa de Oswaldo Cruz
CONANTAR	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
COPERSE	Comissão Permanente de Seleção
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPLD	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DEEC	Departamento de Educação e Ciências do Comportamento
FAHURG	Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande
FAPERGS	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MN-UFRJ	Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
NID	Núcleo de Informação e Documentação
NUME	Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos
ONG	Organização Não-Governamental
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SiB	Sistema de Bibliotecas
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ARQUIVOS PESSOAIS: ENTRE REGISTROS E MEMÓRIAS.....	26
2.1 Arquivos pessoais de professores e pesquisadores: trajetórias individuais e coletivas	39
3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ACERVOS PESSOAIS: O ACERVO JUDITH CORTESÃO	50
4. A TRAJETÓRIA DE JUDITH CORTESÃO: DOCUMENTOS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS	69
4.1 A resistência ao regime ditatorial português e o exílio no Brasil	77
4.2 O Brasil e Agostinho da Silva	83
4.3 O regresso a Portugal e o início de suas ações ambientais no Brasil	95
4.4 Rio Grande, a FURG e o Mestrado em Educação Ambiental.....	115
4.5 Formação e produção acadêmica e científica	138
4.6 “Servir, condoer-se, exultar, entender e adorar”	148
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
APÊNDICES	186
Apêndice A - Dados dos entrevistados, baseado em Nery (2015).	187
Apêndice B - Roteiro de entrevista	190

1 INTRODUÇÃO

O processo de acumulação e arquivamento de documentos está presente no cotidiano tanto das instituições, públicas ou privadas, quanto no dia a dia das pessoas, independentemente do papel social exercido ou do grau de destaque alcançado na sociedade. “Personalidades públicas” ou “cidadãos comuns”, todos nós constituímos arquivos ao longo de nossas trajetórias, os quais são compostos tanto por documentos de caráter funcional, documentos probatórios de nossas atividades e responsabilidades sociais, profissionais ou financeiras, quanto por documentos de caráter memorial, que, de forma subjetiva, traduzem nossa identidade, nossa rede de relações, nossos laços afetivos, nossas predileções (ARTIÈRES, 1998). Nesse contexto, como destacam Artières (1998), Campos (2014) e Heymann (1997, 2009a), a constituição de arquivos pessoais situa-se entre a imposição social do registro das atividades desenvolvidas, funcional e involuntária, e a vontade deliberada de acumulação, memorial e voluntária.

Apesar do caráter subjetivo e arbitrário que caracteriza o processo de composição de arquivos pessoais, eles constituem-se fontes de extrema relevância para elucidar memórias acerca de trajetórias individuais, uma vez que “o titular do arquivo pessoal recolhe para si documentos que julga compor sua trajetória de vida” (LISBOA, 2012, p. 12), documentos esses que são produzidos no decorrer de suas atividades profissionais e intelectuais, no âmbito das funções sociais exercidas por ele ao longo de sua vida. Por outro lado, é necessário estar ciente de que o arquivo pessoal não reflete a trajetória de vida do seu produtor em sua totalidade, já que fatores internos e externos atuam em sua constituição, como será analisado na continuidade desse trabalho, sendo assim, os documentos que o compõe representariam momentos, traços, vestígios dessa trajetória. Da mesma forma, essa trajetória não está dada nos documentos, mas é construída através deles, a partir de uma infinidade de interpretações que se pode dar aos seus conteúdos, que permitirão uma elaboração dessas trajetórias passadas a partir de um enfoque enraizado no presente (CAMPOS, 2014; GOMES, 1998; HEYMANN, 1997).

Partindo dessas reflexões, buscamos, com esse trabalho, evidenciar uma narrativa memorial acerca da trajetória de vida da professora Dr.^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, a partir dos documentos que integram o seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala

Verde Judith Cortesão, da Universidade Federal do Rio Grande, buscando, dessa forma, a partir de uma exploração metódica do seu arquivo pessoal, não só legitimar a fonte de acervos pessoais enquanto suportes de memória de trajetórias de vidas individuais, como também desvelar uma sistematização possível da trajetória de vida de seus sujeitos a partir desses suportes. Além disso, esse trabalho objetiva caracterizar a importância de tais acervos pessoais na evidência da trajetória de vida e intelectual de professores e pesquisadores, para fins de consolidar, na evidência de suas trajetórias, um importante recurso interpretativo não só para a consolidação da memória e da história do desenvolvimento de seus feitos científicos como, também, para a produção da ciência e do ensino no Brasil.

Maria Judith Zuzarte Cortesão² foi uma ambientalista³, pesquisadora e educadora, que desenvolveu importantes ações relacionadas à temática ambiental no Brasil. Portuguesa radicada no Brasil, Judith morou na cidade do Rio Grande (RS) entre os anos de 1994 e 2002, atuando como docente no curso de Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) entre 1994 e 2001. A Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão situa-se no Centro de Convivência do Campus Carreiros da FURG, na cidade do Rio Grande e foi criada no ano de 2005, a partir de um projeto elaborado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), com o objetivo de abrigar o acervo da professora Judith Cortesão, além de propiciar à comunidade uma biblioteca especializada na temática ambiental.

A escolha dessa personagem⁴ como objeto de pesquisa deu-se em razão de diversos motivos. Primeiro por tratar-se de uma personagem de interesse científico, em razão de sua relevante contribuição para o campo ambiental brasileiro e para a FURG. O segundo motivo deu-se em razão da proximidade da autora com o referido

² Em sua certidão de nascimento, que faz parte do acervo sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, seu sobrenome “Cortesão” está grafado como “Cortezão”, no entanto, utilizamos neste trabalho a grafia com “s” por ser a forma que aparece em praticamente todos os seus trabalhos, sendo, inclusive, utilizada pela professora em sua assinatura.

³ Manuel Castells (2000, p. 143) define o ambientalismo como “formas de comportamento coletivo que em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional predominante”. O movimento ambientalista começou a tomar vulto a partir da década de 1950, nos países desenvolvidos, no Brasil, esse tipo de movimento teve início na década de 1970, tomando maiores proporções na década de 1980.

⁴ O termo “personagem” é utilizado aqui como forma de designar uma pessoa que se distingue na vida pública por alguma característica, habilidade ou comportamento singular.

acervo, quando esta, no ano de 2010, passou a integrar o quadro técnico administrativo da Universidade como bibliotecária do Sistema de Bibliotecas e, assim, teve conhecimento e acesso a essa documentação, que se encontra custodiada pela Biblioteca Setorial da Pós Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, integrante do Sistema de Bibliotecas da FURG, mas indisponível à consulta pública. Outro motivo surgiu a partir da constatação de que, apesar de sua relevância para o movimento ambientalista e para a Educação Ambiental no Brasil, demonstrada pelos diversos títulos e distinções que recebeu em âmbito nacional e internacional em razão das ações que desenvolveu ao longo de sua vida, as referências à sua trajetória de vida eram bastante esparsas e sumarizadas, além de se ter verificado a existência de apenas um trabalho relativo à sua trajetória⁵. Finalmente, as conversas informais mantidas com ex-alunos e amigos da professora Judith, levaram à percepção de que muitas das informações relativas às ações e projetos desenvolvidos pela professora, estavam depositadas apenas na memória das pessoas que com ela conviveram e, por isso, constituíam-se, juntamente com o seu acervo pessoal, nos principais repositórios de sua trajetória, pouco conhecida até mesmo na própria Universidade.

Cabe esclarecer que este trabalho não pretende construir a biografia da professora Judith Cortesão, mas sim a sua trajetória de vida, conforme definida por Born (2001, p. 241), segundo a qual “a trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente, é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida”.

O acervo da professora Judith Cortesão é composto por cerca de quatro mil itens (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 7). Quando da sua institucionalização, através da criação da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, segundo o Bibliotecário responsável pela sua organização, professor Dr. Claudio Renato Moraes da Silva⁶, com o objetivo de promover uma melhor organização, já que o

⁵ Trata-se do projeto e pesquisa intitulado “O pensamento pedagógico, cultural e ambiental de Maria Judith Zuzarte Cortesão: educação escolar, para mulheres pescadoras na Cidade do Rio Grande, região Sul do Rio Grande do Sul”, elaborado em 2013 pelo professor Dr. Claudio Renato Moraes da Silva, com a participação de três alunos do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande (RIBEIRO et al, 2014; SILVA, 2013).

⁶ Entrevista com professor Dr. Claudio Renato Moraes da Silva realizada em 08 de julho de 2016. Rio Grande, RS.

espaço destinado a abrigar a biblioteca não comportava a totalidade do acervo doado, os documentos foram divididos em três categorias: acervo bibliográfico (livros, periódicos, teses, dissertações, CDs, DVDs, etc.), objetos e acervo arquivístico (correspondências, projetos, fotografias, relatórios, currículo, documentos pessoais, etc.). A parte bibliográfica do acervo foi organizada e está disponível para a consulta pública na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão⁷, enquanto que os objetos que compunham o acervo, juntamente com alguns documentos, foram encaminhados ao Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG (NUME), que por sua vez remeteu os materiais ao Museu Oceanográfico da FURG, conforme documentação obtida no NUME (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2008). Já a parte arquivística encontra-se acondicionada em estantes e caixas em uma sala anexa à biblioteca, em razão da falta de espaço, conforme Relatório de Gestão da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão do ano de 2014 (DZIEKANIAK, 2014).

Tendo em vista que esta documentação encontra-se acondicionada em caixas e sem qualquer organização, primeiramente, foi necessário realizar a caracterização da tipologia documental encontrada no arquivo pessoal de Judith Cortesão, a fim de facilitar a análise documental posterior. Para tanto, utilizou-se como referência o quadro elaborado por Maria Celina de Mello e Silva e Márcia Cristina Duarte Trancoso (2014, p. 40-41). A partir do estudo realizado nos arquivos pessoais de pesquisadores sob custódia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), tendo como base o guia do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT)⁸ e o trabalho desenvolvido por Paulo Roberto Elian dos Santos⁹, as autoras elaboraram um quadro (Figura 1) em que relacionam os documentos presentes nos arquivos pessoais de cientistas e pesquisadores com as atividades pessoais e profissionais desenvolvidas por eles, com o intuito de identificar os documentos pertencentes a esses arquivos, categorizando-os a partir do âmbito das atividades em que foram gerados.

⁷ Passaremos a utilizar a expressão “Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão” como forma abreviada de “Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão”.

⁸ HAAS, J. K.; SAMUELS, H. W.; SIMMONS, B. T. Appraising the records of modern science and technology: a guide. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1985.

⁹ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Assim, as autoras dividem os documentos pertencentes aos arquivos pessoais de pesquisadores e cientistas em quatro categorias: documentos oriundos das atividades vinculadas à vida pessoal, à vida profissional, à pesquisa em ciência e tecnologia e das atividades políticas.

1 Atividades vinculadas à vida pessoal	
Atividade	Definição
1.1 Documentos pessoais e de identificação	Documentos produzidos pelo cientista na sua intimidade e enquanto cidadão, para a garantia de direitos e obrigações civis e militares
1.2 Relações familiares	Documentos produzidos no âmbito das relações com familiares
1.3 Relações sociais	Documentos produzidos no âmbito das relações com amigos e a vida em sociedade
1.4 Assuntos financeiros	Documentos produzidos no âmbito da administração doméstica e pessoal, e patrimônio
1.5 Atividades de lazer/entretenimento	Documentos produzidos no âmbito do interesse pessoal ou da prática de atividades de esportes, artes e cultura em geral
1.6 Práticas religiosas	Documentos produzidos no âmbito do interesse ou da prática religiosa
1.7 Educação	Documentos sobre a formação escolar básica e cursos realizados, não ligados às atividades profissionais
2 Atividades vinculadas à vida profissional	
2.1 Formação profissional	Documentos sobre a formação superior, ligados às atividades profissionais
2.2 Atividades docentes	Documentos produzidos pela atuação do produtor como professor de cursos de graduação e pós e, conseqüentemente, na formação de profissionais, incluindo participação em bancas e processos de avaliação
2.3 Atividades administrativas em unidades de pesquisa	Documentos produzidos pela atuação do produtor em cargos administrativos em instituição de pesquisa e ensino, que podem ser laboratórios, departamentos e coordenações, ou a instituição
2.4 Consultoria e assessoramento	Documentos produzidos pelas atividades em conselhos, indústria, governo, assessorias ou projetos, ou serviços prestados de forma autônoma
2.5 Filiação em associações e entidades de classe	Documentos produzidos no âmbito da participação do produtor como membro ou dirigente
2.6 Gestão de políticas para ciência e tecnologia	Documentos produzidos pelas atividades de formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a ciência e tecnologia, e no exercício de cargos políticos

3 Atividades de Pesquisa em Ciência e Tecnologia	
3.1 Administração da pesquisa	Documentos produzidos pelas atividades de planejamento da pesquisa, incluindo prioridades, recursos e equipe
3.2 Desenvolvimento da pesquisa	Documentos produzidos pela execução da pesquisa, seja teórica ou experimental, incluindo o planejamento de experimentos e produtos, condução da pesquisa, análise de dados, testes e resultados
3.3 Disseminação dos resultados da pesquisa	Documentos produzidos para a divulgação e publicação dos resultados
4 Atividades políticas	
4.1 Relações e atividades políticas	Documentos que retratam ideologia, interesse e atuação política
4.2 Atuação partidária	Documentos gerados por atividades político-partidárias

Figura 1 - Quadro de categorias de atividades pessoais e profissionais de cientistas.

Fonte: SILVA; TRANCOSO (2014, p. 40-41).

De acordo com o quadro apresentado por Silva e Trancoso (2014) e tendo como base as tipologias documentais listadas por Camargo e Goulart (2007), efetuou-se uma breve descrição dos tipos de documentos identificados no arquivo pessoal da professora Judith Cortesão, sob a guarda da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

No âmbito da documentação vinculada à vida pessoal, foram identificados os seguintes documentos: boletim de ocorrência, cartão postal, cartão de natal, certidão de nascimento, cópia de cédula de identidade, comprovante de rendimentos, fotografias, poemas, procuração e termo de responsabilidade. Já dentre os documentos relacionados às atividades vinculadas à vida profissional, foram identificados: artigos, atestados, cartão de visita, cartas, certificados, circulares, convites, *Curriculum Vitae*, declaração funcional, decretos, diagnósticos técnicos, cadernetas de campo de alunos, estatutos, ficha pessoal, memorandos, ofícios, originais datilografados de publicações, planos de aula, plano de curso, portarias, projetos de publicações, projetos de audiovisuais, questionários, relatórios de atividades, relatórios técnicos, reportagens de jornais e revistas.

Em relação às atividades de pesquisa foram detectados os seguintes documentos: projetos, relatórios e publicações. Não foram identificados documentos relacionados a atividades políticas ou atuação partidária.

Além desses documentos, o arquivo pessoal de Judith Cortesão possui uma quantidade considerável de recortes de jornais e revistas, artigos e legislação sobre diversos assuntos. Esses recortes estão organizados em pastas, algumas delas identificadas pelos assuntos a que se referem, que na grande maioria relacionam-se à temática ambiental como, por exemplo, ecologia, proteção e conservação do meio ambiente, oceanografia, parques nacionais do Brasil, recursos costeiros, poluição da Lagoa dos Patos, patrimônio histórico e artístico, recursos do mar, pesca artesanal, Amazônia, Fernando de Noronha, condição ambiental do nordeste, Antártida, Brasil na Antártida, entre diversos outros.

A partir dessa categorização dos documentos, passou-se à realização da análise documental, a fim de identificar nesses documentos, informações relativas à trajetória acadêmica da professora, sua formação, instituições nas quais trabalhou, comissões que integrou, projetos e ações que desenvolveu, além de sua produção intelectual e científica.

Conforme discutiremos ao longo do trabalho, diferentemente do que ocorre nos arquivos institucionais tanto o processo de acumulação quanto o processo de produção de documentos em arquivos pessoais não seguem regras, estatutos ou leis, por isso, muitas vezes, os documentos que constituem esses arquivos não apresentam as informações necessárias para a sua identificação, sendo bastante comum a presença de fotografias sem legendas ou datas, anotações em folhas soltas, textos sem assinaturas, o que gera inúmeros problemas tanto para o campo arquivístico, em torno de sua descrição e sistematização, quanto para a utilização desses documentos enquanto fontes de informação.

Essa é uma característica da documentação que constitui o acervo arquivístico da professora Judith Cortesão, por isso, muitas vezes, somente através desses documentos não foi possível precisar os períodos relacionados a determinadas atividades desenvolvidas pela professora ou mesmo quais foram, efetivamente, essas atividades.

A partir dessa constatação, surgiu o questionamento em torno da real possibilidade de se traçar uma narrativa sobre a trajetória de vida de um personagem através de seu arquivo pessoal, que, como no caso da professora Judith Cortesão, compõe-se de uma documentação com diversas lacunas e informações dispersas, muitas dessas lacunas, talvez geradas pelas inúmeras intervenções de outros sujeitos e situações de perdas nesse arquivo, após a partida

da professora para a Suíça. Outra questão que se impõe é como trabalhar com a trajetória de vida de personagens relativamente conhecidos, ou reconhecidos em sua determinada área de atuação, mas que não se constituem em figuras públicas de grande renome a ponto de terem suas vidas amplamente documentadas e divulgadas nos meios de comunicação.

A fim de construir uma narrativa acerca da trajetória de Judith Cortesão, partiu-se, então, da ideia defendida por Azevedo (2000, p. 132) de que “a documentação deve imprimir ponto de vista à narrativa”, determinando e dirigindo o caminho a ser percorrido. Sendo assim, após a análise realizada nos documentos pertencentes ao acervo da professora Judith, procedeu-se a busca de informações que complementassem aquelas obtidas a partir dos documentos. As buscas foram realizadas na Internet, já que a possibilidade da pesquisa *in loco* foi descartada em virtude dos inúmeros lugares em que Judith Cortesão viveu, da sua vasta formação e das diversas instituições em que trabalhou. A visita a esses inúmeros lugares demandaria um período de tempo e uma soma de recursos financeiros indisponíveis durante a realização desse trabalho.

O ponto de partida para a realização das pesquisas foi dois *Curriculum Vitae* da professora Judith, datados de 1978 e 1998, pertencentes ao seu arquivo pessoal. Em relação à sua formação, bastante vasta e diversa, como já mencionado, ambos os currículos não apresentavam as datas em que as graduações ou os cursos de pós-graduação foram realizados, sendo assim, entrou-se em contato com as instituições nas quais foram realizados os referidos cursos, através de correio eletrônico ou por meio do preenchimento de formulário de contato no próprio *site* da instituição. Infelizmente, só recebemos informações da *Universidad de La República Uruguay*, nos demais casos, ou não se recebeu resposta ou a instituição comunicou que esse tipo de informação só poderia ser fornecida pessoalmente.

Em seguida passou-se a realizar buscas no *site* “Google”, através da composição de diferentes estratégias de busca utilizando o nome completo da professora, “Maria Judith Zuzarte Cortesão”, e suas variações, como por exemplo, “Maria Judite Zuzarte Cortezão”, “Judith Cortesão”, “Judith Cortezão”, “Judite Cortezão”, etc. Buscas, também, foram realizadas combinando seu nome com diferentes informações sobre sua trajetória, que constavam em seu *Curriculum Vitae* e nos demais documentos pertencentes ao seu acervo como, por exemplo, sua participação na primeira expedição à Antártida, as instituições nas quais atuou,

comissões e programas que integrou, projetos que desenvolveu, documentários e programa televisivos nos quais teve algum tipo de participação, prêmios e distinções que recebeu, publicações de sua autoria, entre outras. Nos casos em que o resultado da busca foi considerado insatisfatório, buscou-se o contato por e-mail com as instituições ou sujeitos que possuíam relação com a informação pretendida.

Também efetuou-se pesquisas em bases de dados específicas como o “Jusbrasil”¹⁰, que reúne o acervo do Diário Oficial da União desde o ano de 1890, além de Diários Oficiais de diversos estados brasileiros; a base de dados “Digitarq”, do Arquivo Nacional Torre do Tombo¹¹, em Portugal, que custodia parte do patrimônio arquivístico português, incluindo documentos originais desde o séc. IX até os dias atuais; e o portal de buscas do Projeto Casa Comum¹², desenvolvido pela Fundação Mário Soares, em Portugal, que disponibiliza a documentação histórica de diferentes países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No acervo permanente da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), as pesquisas foram realizadas com o objetivo de recolher dados relativos à situação funcional de Judith Cortesão durante o período em que atuou como professora visitante do curso de Mestrado em Educação Ambiental da FURG. Já nas atas do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), as investigações tiveram a finalidade de elencar tanto os alunos que cursaram a disciplina Educação Ambiental Marinha, ministrada pela professora Judith Cortesão no Mestrado em Educação Ambiental, quanto aqueles que foram orientados por ela durante o desenvolvimento de suas dissertações para que, assim, pudesse ser realizado o contato com esses ex-alunos para a realização das entrevistas. A partir desse levantamento, estabeleceu-se contato com doze ex-alunos através de e-mail e das redes sociais, dentre os quais se obteve o depoimento de seis, a saber: Adriane Lobo Costa, Carla Valéria Leonini Crivellaro, Claudio Renato Moraes da Silva, Daniel Porciuncula Prado, Luiz Rodrigues e Nubia Rosa Baquini da Silva Martinelli. Os dados relativos aos entrevistados, bem como o período em que conviveram com a professora Judith Cortesão, estão melhor detalhados no quadro baseado em Nery (2015) (APÊNDICE A).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹¹ Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹² Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

As entrevistas ocorreram em lugares diferentes, em razão da disponibilidade dos entrevistados, e foram aplicadas de forma semiestruturada, a partir de um roteiro (APÊNDICE B), que serviu apenas como guia para a condução da entrevista, permitindo que o entrevistado expusesse suas recordações de forma mais natural e espontânea possível. No momento da entrevista também foram apresentadas aos entrevistados, algumas fotografias da professora Judith, a fim de estimular as lembranças dos entrevistados.

A coleta dos depoimentos orais teve por finalidade recolher informações sobre as ações da professora Judith Cortesão durante o período em que atuou como docente na FURG e buscar indícios da importância dessas ações e do seu pensamento para os sujeitos que conviveram com ela e, de uma certa maneira, também para a FURG. Cabe ressaltar o aspecto subjetivo presente nas narrativas dos entrevistados, já que segundo Jacques Le Goff (2003), Michael Pollak (1992) e Thomson (1997) a memória é um processo que envolve a construção de narrativas sobre o passado a partir de determinado contexto no presente e, por isso, encontra-se permeado por subjetividades, esquecimentos, silêncios, interpretações e manipulações, sejam elas conscientes ou não. Aspectos esses que são ainda mais evidenciados quando se estabelece uma relação afetiva entre o narrador e o indivíduo narrado, como pode ser observado na relação entre os entrevistados e a professora Judith Cortesão.

Os relatos colhidos através das entrevistas foram transcritos e analisados individualmente e em conjunto, já que, segundo Santos (2005, p. 6), quando se trabalha com um conjunto de depoimentos, a análise particular de “cada um contribui com a pesquisa, isolando acontecimentos ou indivíduos, complementando informações”, da mesma forma que a sua análise em conjunto oferece elementos para comparação desses acontecimentos, possibilitando a construção do contexto social ao qual a pesquisa refere-se. Entretanto, ainda conforme Santos (2005), não se deve perder de vista que

o que emerge dos depoimentos não pode ser entendido nem como uma reprodução da realidade, nem como uma contrafação dela. Ao contrário, trata-se de uma construção que cada indivíduo elabora a partir de uma realidade cognoscível. Nesse sentido, os depoimentos permitem acesso a uma realidade demarcada pelas vivências de cada entrevistado (SANTOS, 2005, p. 6).

Ainda que este trabalho objetive a exploração dos arquivos pessoais como elemento memorial na interpretação da trajetória de vida de Judith Cortesão, com

enfoque em sua atividade acadêmica, principalmente no período em que atuou como docente na FURG, julgou-se necessário fornecer algumas informações a respeito da vida da professora em Portugal, os motivos que levaram ao seu exílio no Brasil, as primeiras décadas de permanência no país e alguns dos caminhos que Judith traçou antes de estabelecer-se em Rio Grande. Diante da inexistência de documentos relativos a esse período de sua vida em seu arquivo pessoal, foi necessário utilizar como fonte de informação obras biográficas de seu pai, Jaime Cortesão, célebre historiador português, e de seu esposo, George Agostinho da Silva, renomado filósofo, filólogo, poeta e professor português. Para tanto, utilizou-se basicamente quatro obras: “O estranhíssimo colosso: uma biografia de Agostinho da Silva”, escrita por António Cândido Franco (2015); “Presença de Agostinho da Silva no Brasil”, organizada por Amândio Silva e Pedro Agostinho (2007); “*In memoriam* de Agostinho da Silva: 100 anos, 150 nomes”, organizada por Renato Epifânio, Romana Valente Pinho e Amon Pinho Davi (2006); e “13 cartas do cativo e do exílio (1940)”, uma coletânea de cartas escritas por Jaime Cortesão, durante o ano de 1940, organizada por Alberto Pedroso (1987).

Para a análise do processo de institucionalização do acervo Judith Cortesão, empreendeu-se uma busca nos acervos *on-line* dos jornais “Agora” (Rio Grande/RS), “Diário Popular” (Pelotas/RS), “Zero Hora” e “Correio do Povo” (Porto Alegre/RS), sendo também realizadas entrevistas: 1) com o arquiteto Marcelo Ferraz, coordenador do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, entre os anos de 2003 e 2004, e idealizador do projeto de criação da “Casa dos Povos Judith Cortesão”; 2) com a professora Dr.^a Susana Inês Molon, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG, durante os anos de 2005 e 2006, responsável pelo projeto de criação da Sala Verde Judith Cortesão; e 3) com o professor do curso de Biblioteconomia da FURG, Dr. Claudio Renato Moraes da Silva, ex-aluno de Judith Cortesão e bibliotecário responsável pela organização do acervo, quando da sua doação à Sala Verde Judith Cortesão. As entrevistas foram realizadas com o intuito de coletar informações que elucidassem tanto a tentativa de criação da “Casa dos Povos Judith Cortesão”, no Sobrado dos Azulejos, em Rio Grande, e as causas que levaram a sua não concretização, quanto o processo de institucionalização do acervo Judith Cortesão, que se deu através da criação da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da FURG. Também, contou-se com a contribuição do ex-presidente da

Associação Pró-Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande, Sr. Rui Juliano, e com o ex-Secretário Estadual de Cultura, Sr. Roque Jacoby, que responderam algumas perguntas a esse respeito através de correio eletrônico.

No primeiro capítulo desse trabalho, através dos conceitos e ideias de Artières (1998), Heymann (1997, 2009a, 2013), McKemmish (1996), Oliveira (2012), entre outros autores, será abordado o conceito de arquivo pessoal, seu processo de constituição enquanto “registros do vivido e escrita de si” (HEYMANN, 2009a), bem como a posição ocupada por esse tipo de arquivo na teoria arquivística e como fonte de informação histórica. Neste capítulo, procuraremos, ainda, destacar a importância dos arquivos pessoais de professores e pesquisadores para constituição de suas trajetórias de vida e para a construção e preservação da própria memória e história da ciência e da educação.

No segundo capítulo, buscamos, a partir da análise do processo de institucionalização do acervo da professora Judith Cortesão, tecer considerações e questionamentos a respeito do papel desta instituição de custódia, enquanto espaço de preservação material e memorial.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos uma exploração metódica dos seus acervos pessoais enquanto suportes de memória na composição de uma narrativa em torno da trajetória de vida da professora Judith Cortesão, construída a partir dos documentos pertencentes a esse arquivo pessoal e dos relatos orais dos entrevistados, além de pesquisas complementares realizadas a partir de indícios neles indicados.

2 ARQUIVOS PESSOAIS: ENTRE REGISTROS E MEMÓRIAS

Ao longo de nossa vida, acumulamos diversos documentos resultantes de nossas atividades em sociedade: contratos, recibos, comprovantes de renda e de residência, contracheques, diplomas, certificados. Segundo Artières (1998), arquivar a nossa vida é uma “injunção social”, a vida em nossa sociedade atual exige que arquivemos documentos a fim de comprovarmos quem somos, onde vivemos, o que possuímos, qual nossa formação, sob pena de não termos acesso a nossos direitos civis. Para que possamos estar inseridos socialmente, para que continuemos a existir em sociedade é preciso, a todo o momento, apresentar papéis: não conseguiremos abrir uma conta em um banco sem que apresentemos um documento de identidade, uma conta de água ou luz; para que tenhamos direito à aposentadoria é preciso que comprovemos o tempo trabalhado através da carteira de trabalho ou contracheques; para que possamos efetuar a troca de um produto adquirido, que por ventura tenha se mostrado defeituoso, é exigida a apresentação de sua nota fiscal; para ser candidato a uma vaga de emprego é necessário que apresentemos nosso currículo, que nada mais é do que um resumo de nossa vida, condensada a partir de diversos documentos, isso para citar apenas alguns poucos exemplos.

Um dos fatores que leva a essa necessidade de arquivamento, segundo Artières (1998), seria a importância que a escrita foi progressivamente adquirindo no cotidiano das sociedades ocidentais, a partir do final do século XVIII. Conforme o autor, “a escrita está em toda parte: para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias” (ARTIÈRES, 1998, p. 12). A constituição de conjuntos documentais de natureza pessoal em nossa sociedade mostra-se, dessa forma, imprescindível enquanto resposta a uma espécie de “mandamento social”.

Esse é, sem dúvida, um dos fatores, que nos levam a constituir arquivos pessoais, mas não o único. O arquivamento não se dá exclusivamente pelo caráter funcional dos documentos, mas também pelo caráter identitário, afetivo e memorial que eles podem possuir. Guardamos para não esquecer (ou para que não sejamos esquecidos), guardamos para lembrar, guardamos aquilo que nos identifica: fotografias, correspondências, registros de viagens; de shows e de eventos, cartões postais, convites, agendas, diários, objetos que nos remetem a nossa origem, que

dizem de onde viemos. Já que arquivar é também uma forma de preservar nossa identidade, nossa descendência, como no caso dos álbuns de família que, além da função de registro e preservação da memória familiar, também possuem a função de perpetuação e transmissão dessa memória. Conforme Artières, (1998, p. 14), a “exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida [...] para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas, sobretudo, para existir no cotidiano”.

Nesse sentido, a acumulação de documentos pode ir além da utilidade prática, sendo também uma forma de preservação da memória de experiências vividas e também de constituição da identidade pessoal (HEYMANN, 2013, p. 73). Por essa razão, são inúmeras as tipologias documentais que podem vir a constituir esses acervos, já que a sua seleção é baseada nas escolhas arbitrárias do acumulador.

Para fins desta pesquisa, utilizamos a definição de Oliveira (2012), segundo a qual, os arquivos pessoais constituem-se em

um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Conforme Vianna, Lissovsky e Sá (1986), todo arquivo pessoal corresponde a uma “vontade de guardar”. Mesmo que inicialmente tenha o caráter apenas de comprovação ou em razão de sua funcionalidade, a sua composição parte sempre de “uma intenção deliberada de reter e acumular” (HEYMANN, 1997, p. 62).

No entanto, retemos e conservamos apenas uma ínfima parte de todos os registros documentais que geramos ao longo de nossa vida, pois, assim como seria impossível recordarmos de todos os acontecimentos que ocorreram ao longo do transcurso de nossa existência, seria igualmente impossível armazenarmos todos os documentos produzidos por nós ou que passaram por nossas mãos.

Dessa forma, o que fazemos é uma seleção de alguns elementos que, segundo critérios muito subjetivos e que, normalmente alteram-se com o passar do tempo, de alguma forma nos são significativos, “fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos

mudamos, antes de sairmos de férias. [...] Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias” (ARTIÈRES, 1998, p. 10). Ainda segundo o autor:

Não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Essas intenções que norteiam a seleção dos elementos constituintes de um arquivo pessoal infringem, segundo alguns autores (ARTIÈRES, 1998, 2013; FRAIZ, 1998; McKEMMISH, 1996), um caráter autobiográfico aos arquivos pessoais, já que, ainda que seu titular não tenha se dedicado a manter um diário ou mesmo apontamentos sobre sua vida, o processo de arquivamento pessoal, a intenção acumuladora presente nos critérios que o guiaram na escolha do “o que guardar”, na eleição dos elementos que seriam importantes e representativos a tal ponto de serem preservados ou, pelo contrário, irrelevantes ou “comprometedores” que merecessem ser descartados ou ainda, dolorosos, traumáticos, perniciosos que precisassem ser silenciados, estariam relacionados a uma espécie de “testemunho de si”, segundo McKemmish (1996) ou, segundo Fraiz (1998), a uma modalidade de “produção do eu”.

A esse respeito, o trabalho de Fraiz (1998) analisa o processo de construção do arquivo pessoal do ministro Gustavo Capanema, doado por ele próprio ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no qual a autora identifica o arquivo como um projeto autobiográfico não concluído, uma vez que inclui um conjunto de documentos de autoria do titular, referentes ao planejamento e à organização do próprio arquivo. Segundo a análise da autora, através dessa lógica de organização determinada, o titular buscava constituir uma narrativa autobiográfica, produzindo, guardando e organizando os registros de forma que servissem de suporte para o projeto de escrever suas memórias.

Dessa maneira, conforme Heymann (2009a, p. 2), arquivos pessoais situam-se “entre registros do vivido e escrita de si”, já que não se pode associar todos os documentos constituintes de um arquivo a uma “vontade de memória”, pois são, também, o resultado de uma atividade profissional ou cultural específica de seu titular e, portanto, representam e registram as diversas funções sociais

desempenhadas pelo seu produtor ao longo de sua trajetória e, por outro lado, não se pode ignorar as dimensões subjetiva, identitária e memorial presentes no processo de acumulação desses elementos.

No entanto, conforme alerta Heymann (1997, p. 44), se por um lado “é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação”, por outro lado, uma associação ingênua entre esses elementos poderia levar a, pelo menos, dois equívocos. O primeiro equívoco, segundo a autora, seria “imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular” (HEYMANN, 1997, p. 44), já que, não raro, a documentação que constitui um arquivo pessoal não abarca todas as atividades desenvolvidas pelo seu autor nem todas as suas esferas de atuação, além de apresentar restrições quanto ao período de vida coberto, não correspondendo, dessa forma, à totalidade de suas ações ou, ao contrário, os registros acumulados podem perpassar a importância da biografia do próprio titular. O segundo, seria “imaginar o arquivo como ‘a memória’, em estado bruto, de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira” (HEYMANN, 1997, p. 44), pois percebe-se que estes acervos estão sujeitos, ao longo do tempo, a novos rearranjos e seleções feitos tanto por agentes externos, como família, amigos, secretários e os próprios administradores do arquivo, no caso de arquivos custodiados por instituições, quanto pelo seu próprio autor, já que os critérios que orientam esses processos variam de acordo com avaliações, intenções e papéis sociais ocupados pelos indivíduos acumuladores em dado momento de sua trajetória de vida, além de perdas relacionados ao seu armazenamento impróprio (umidade, mofo, luminosidade excessiva), mudanças, intempéries e sinistros.

Nesse caso, podemos citar o arquivo pessoal de Filinto Müller, doado ao CPDOC/FGV e analisado por Heymann (1997), que, além de possuir uma lacuna de 25 anos nos documentos que o compõe, em virtude da ação de traças que destruíram toda a documentação relativa a esse período, que se encontrava armazenada em local diferente do restante do acervo, houve, também, a interferência dos herdeiros do titular que realizaram uma seleção do material antes de sua doação, inclusive, mantendo alguns documentos em seu poder.

Analisando o acervo da professora Judith Cortesão, buscou-se identificar alguns dos vários fatores que, possivelmente, poderiam ter influenciado na constituição do seu conjunto documental. Um fato interessante pauta-se na

inexistência de documentos que remetam a sua vida na Europa, sua transferência para o Brasil, como exilada política, ao período em que foi casada com Agostinho da Silva ou ao período em que morou no Uruguai. Uma hipótese é o fato de a professora ter residido em diversos países e estados do Brasil, e que essas inúmeras mudanças, algumas delas, inclusive em caráter de fuga (como na sua saída de Portugal, quando foi presa pelo regime ditatorial de António Salazar, e no Uruguai, quando foi acusada de envolvimento com os guerrilheiros Tupamaros, durante a ditadura Uruguiaia), possam ter acarretado uma perda documental significativa aos seus papéis pessoais. O que também poderia explicar o fato de que o período abarcado pelos documentos que constituem o seu acervo englobam o final da década de 1970 e o início dos anos 2000, período em que a professora instalou-se definitivamente no Brasil.

É preciso levar em consideração, também, o fato de que, após a sua transferência da cidade do Rio Grande para a Suíça, em razão do seu delicado estado de saúde, no final de 2002, até a institucionalização do seu acervo, com a elaboração do projeto para a criação da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, em 2005, o arquivo da professora Judith Cortesão ficou armazenado na cidade de Ilópolis (onde residia antes de sua partida para a Europa). Nesse período, o conjunto documental pode ter sofrido perdas relativas ao mau acondicionamento (já que se encontrava armazenado em uma casa), ao transporte inadequado, além de também ser provável que alguns itens possam ter sido retirados do acervo, por pessoas que tiveram acesso a ele, antes mesmo do seu transporte para a Universidade, na tentativa de manter um objeto de recordação da professora.

Outra questão a ser considerada é que, mesmo após a inauguração da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, em 2007, em razão da falta de espaço na biblioteca para sua disponibilização, o acervo documental ¹³ permaneceu armazenado de forma inapropriada, acondicionado em caixas, até o ano de 2012, quando foi transferido para outro local, o que pode ter levado a uma perda documental como consequência da exposição a agentes como umidade e poeira.

Heymann (1997) e Gomes (1998) relacionam a “ilusão biográfica”, crítica apresentada por Bourdieu (2006) a respeito das histórias de vida, à “ilusão da

¹³ Quando da organização do acervo de Judith Cortesão, com a criação da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, o acervo foi dividido em três categorias: bibliográfico, museológico e documental.

verdade” (Gomes, 1998, p. 126) ou “ilusão da totalidade” (Heymann, 1997, p. 44), gerada pelos arquivos pessoais.

Na reflexão feita por Bourdieu (2006), ao narrar a sua história de vida, o indivíduo organiza-a segundo uma ordem cronológica, seleciona acontecimentos significativos, encobre outros, estabelece entre eles conexões para lhes dar coerência, o que levaria a uma representação ou a uma produção de si mesmo. A “ilusão biográfica” relaciona-se, então, ao fato de ser impossível biografar um indivíduo em sua totalidade, já que assim como a narrativa do indivíduo reflete a sua representação de si mesmo, também a narrativa do biógrafo é baseada na representação que ele faz sobre aquele indivíduo, ou seja, uma reconstituição a partir da interpretação das fontes disponíveis. Ao traçar um paralelo, Heymann (1997, p. 45) afirma que, no caso dos arquivos pessoais, “a ideia de unidade poderia ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos ‘fatos’ relevantes da vida do titular”, não considerando o caráter arbitrário de acumulação desses conjuntos documentais, em razão dos interesses individuais do acumulador e dos diferentes momentos e situações em que esses são gerados e reunidos, as lacunas documentais que possam existir, a história de constituição do acervo nem as inúmeras interferências a que estão sujeitos. A associação dos arquivos pessoais a uma manifestação concreta da memória ou da trajetória individual dos seus titulares geraria o que Heymann (1997, p. 44) denomina a “ilusão de totalidade”, gerada pelos arquivos pessoais, em paralelo à “ilusão biográfica” apresentada por Bourdieu (2006).

Nesse sentido, Heymann (2009a, p. 32, grifo da autora) afirma que nos deparamos sempre com a “cristalização de um *momento* ou *situação* de memória, sempre demarcada pela posição social relativa ocupada pelo indivíduo, nunca com a memória” em sua totalidade.

Conforme observam Camargo e Goulart (2007), Hobbs (2001) e Oliveira (2013), é justamente esse caráter arbitrário de acumulação presente nos conjuntos documentais de cunho pessoal, e que os diferencia de forma radical dos arquivos institucionais, uma das principais razões para que eles ocupem uma posição pouco privilegiada no contexto arquivístico. Ao contrário dos arquivos institucionais, que possuem uma lógica de acumulação pautada no acúmulo de documentos gerados e recebidos pela instituição a partir das transações administrativas e/ou executivas,

atividades e funções por ela executadas e que comprovam o desempenho dessas atividades, bem como refletem a estrutura orgânica da instituição, a acumulação de documentos nos arquivos pessoais, como salienta Hobbs (2001) não segue leis, estatutos ou regulamentos corporativos, mas sim as necessidades, interesses, valores, predileções e personalidade de seu titular. Obviamente, como mencionado anteriormente, os indivíduos, também, armazenam documentos resultantes de atividades formais, de maneira a cumprir regras impostas pelo Estado, por exemplo. No entanto, o processo de produção e acumulação de documentos no âmbito da vida privada é motivado por uma multiplicidade de circunstâncias, intenções e razões de natureza subjetiva, que levam a constituição de conjuntos documentais com uma tipologia documental extremamente variada e, muitas vezes, sem as informações necessárias para a sua identificação (fotografias sem legendas ou datas, anotações em folhas soltas), gerando inúmeros conflitos em torno de sua sistematização, contextualização e descrição.

Essa particularidade na acumulação de papéis no âmbito da vida privada é, também, observada por Silva e Santos (2012):

A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. Um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo da vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e de sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico (SILVA; SANTOS, 2012, p. 7-8).

Dessa forma, estes conjuntos documentais de natureza pessoal foram relegados da condição de arquivo por um longo período, sendo tradicionalmente custodiados por bibliotecas e museus e considerados como coleções¹⁴ de documentos, ocupando, dessa forma, um espaço periférico nas discussões teóricas do campo arquivístico (CAMARGO; GOULART, 2007; OLIVEIRA, 2012).

Prova dessa situação é que o primeiro manual dedicado ao arranjo e descrição de arquivos, publicado pelos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruim em 1898, com o título *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van*

¹⁴ Segundo Oliveira (2013, p. 31), o conceito de coleção “implica na reunião intencional de documentos sem a marca da produção natural e sem a explicitação da relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram”, características que, juntamente com a autenticidade, a imparcialidade e a unicidade, são essenciais para que documentos sejam considerados “documentos de arquivo”.

*Archieven*¹⁵, não incluía os arquivos pessoais em sua definição de “arquivo”. Segundo o Manual,

arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer em custódia desse órgão ou funcionário. (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 13).

Essa definição não abrange os chamados “arquivos de família”, pois, como ressalta a obra, “os documentos de um arquivo de família não formam ‘um todo’; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a conexão orgânica de um arquivo no sentido em que o define o presente Manual”. Ainda segundo a obra, os arquivos pessoais constituem “por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que vários membros de determinada família, ou os habitantes de uma casa ou castelo [...] reuniram e conservaram” (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 19).

O italiano Eugenio Casanova foi o primeiro arquivista a considerar os papéis acumulados por indivíduos como arquivos pessoais propriamente ditos. Em seu manual, intitulado *Archivistica* e publicado em Siena, em 1928, Casanova (1928, p. 9 apud SCHELLENBERG, 2006, p. 37), define arquivos como “a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa”. Em uma acepção mais contemporânea, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) define “arquivo”¹⁶ como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Outro motivo que pode justificar os silêncios relativos aos arquivos pessoais no cenário arquivístico é o próprio processo histórico de criação dos arquivos. A

¹⁵ Publicada originalmente em 1898, com o título *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, a obra foi traduzida em diversas línguas, dentre elas alemão, francês, inglês e italiano e é considerada uma das principais obras da teoria arquivística. A primeira edição em português foi publicada no Brasil em 1960, pelo Arquivo Nacional, com o título *Manual de arranjo e descrição de arquivos*.

¹⁶ O termo arquivo possui definições plurais, conforme apresenta o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, podendo também ser definido como: “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”; “instalações onde funcionam arquivos”; ou ainda “móvel destinado à guarda de documentos”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

origem do arquivo, enquanto instituição, remonta à antiguidade, a partir do advento da escrita. Acredita-se que o surgimento dos arquivos deu-se de forma espontânea e natural, junto aos castelos e templos, como consequência da necessidade de conservar os registros oriundos das diversas atividades políticas, administrativas, econômicas, religiosas e sociais das antigas civilizações, dentre elas o recolhimento de tributos, o controle da produção agrícola, os registros contábeis, além de leis, tratados e diversos outros documentos oficiais. Conforme Reis (2006), os mais antigos arquivos conhecidos são os das civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia, onde foram encontrados diversos vestígios do que seriam os primeiros arquivos. Eles remontam ao 4º milênio a. C. e, segundo o autor, podem ser considerados como arquivos em razão do tipo de documentação que conservavam e, também, pelo fato de não servirem apenas como um depósito de registros, pois já contavam, àquela época, com complexos sistemas de organização e recuperação dos documentos que abrigavam, conforme puderam demonstrar os vestígios arqueológicos descobertos nessas regiões.

Conforme afirma Oliveira (2012),

a necessidade de regular as relações comerciais, determinar a presença do Estado, registrar os processos de dominação dos povos, controlar a informação sobre a sociedade e assegurar a propriedade promoveu a criação dos arquivos e, principalmente, dos arquivos públicos. É dentro desse contexto institucionalizante dos documentos e dos arquivos que se forma a base da arquivologia (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

Os arquivos, dessa forma, nascem e forjam-se no âmbito institucional, com foco nos documentos oriundos das atividades administrativas de uma instituição pública ou privada. A teoria da Arquivologia, por sua vez, é articulada por arquivistas que, em consequência dessa trajetória histórica, têm a base de sua experiência profissional formada a partir da vivência em arquivos administrativos e governamentais. Uma vez que os princípios elaborados por esses teóricos refletem suas experiências profissionais e suas pesquisas, as formulações teóricas teriam sua ênfase direcionada ao contexto de produção, gestão, preservação e acesso de documentos públicos e administrativos, não incluindo, portanto, os arquivos pessoais. (HOBBS, 2001; OLIVEIRA, 2012).

Na literatura arquivística, comumente são utilizados termos como *manuscripts*, *personal papers*, *écrits personnels*, *carte personali*, *espólios*, entre outros, para designar o conjunto de documentos produzidos e mantidos por uma pessoa física no decurso da execução de suas atividades e funções sociais

(CAMARGO, 2009). Conforme ressalta Oliveira (2012), a utilização desses termos salienta o não entendimento desses conjuntos documentais enquanto arquivos. De acordo com a autora, na literatura arquivística americana e canadense, por exemplo, os termos *manuscripts* e *personal papers* são utilizados somente associados aos arquivos pessoais ou familiares, “enquanto que o termo arquivo (*archives*) diz respeito ao arquivo permanente de uma organização privada ou governamental” (OLIVEIRA, 2012, p. 31). Terry Cook (1998) também aponta essa distância entre arquivos institucionais e arquivos pessoais:

Entre esses dois tipos de arquivos, o público e o pessoal, o oficial e o individual, existe em muitos países uma divisão incômoda, ou mesmo uma tensão. Em grande parte da literatura arquivística dos Estados Unidos, por exemplo, há referências a duas partes distintas da profissão: a tradição dos manuscritos históricos *versus* a tradição dos arquivos públicos. Na Austrália, é revelador o título do periódico nacional dos arquivistas: *Archives and Manuscripts*, que ressalta a nítida dualidade que lá encontrei, com alguns arquivistas de arquivos públicos na verdade ignorando seus colegas que coletam manuscritos, não os considerando arquivistas, e sim profissionais mais próximos, em seu trabalho e em sua visão dos documentos, dos bibliotecários ou dos curadores de museus. [...] Quanto ao destino dos arquivos pessoais ou dos manuscritos privados, na maioria dos países são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticos ou especializados. (COOK, 1998, p. 130).

Essa situação “obscura” ocupada pelos arquivos privados de natureza pessoal levou Ana Maria de Almeida Camargo (2009) a publicar um artigo e Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012) a dedicar um capítulo de seu livro a esta questão, ambos intitulados “arquivos pessoais são arquivos”, nos quais as autoras demonstram que os documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características essenciais aos documentos de arquivos, quais sejam, autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade, devendo, dessa forma, serem tratados à luz das teorias arquivísticas. Apresentamos a seguir, brevemente, essas cinco características:

- Autenticidade: de acordo com Duranti (1994), os documentos são autênticos porque são criados e mantidos segundo as regras do seu produtor. Conforme Oliveira (2012), os documentos possuem o caráter de autenticidade na medida em que foram produzidos para fins de registro “seja da intimidade, das atividades profissionais e de negócios, ou das relações familiares e sociais” do seu titular (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

- Imparcialidade: diz respeito às razões para a sua produção e as circunstâncias de sua criação, já que são produzidos para o desenvolvimento de atividades e carregam, segundo Duranti (1994, p. 51), “uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem”.
- Organicidade: refere-se à relação que os documentos de arquivo mantêm entre si. Conforme Duranti (1994, p. 52) os documentos estão “ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado” e, dessa forma, o seu entendimento só pode se dar pela sua relação com o todo.
- Naturalidade: de acordo com Duranti (1994), refere-se à maneira como os documentos são naturalmente produzidos e acumulados em razão das atividades exercidas pelo seu titular e não de forma artificial, como ocorre com as coleções de livros em uma biblioteca, por exemplo.
- Unicidade: segundo Duranti (1994, p. 52), a unicidade “provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental”, dessa forma, ainda que exista uma cópia daquele documento em outro grupo documental, ele ainda será único enquanto registro documental, já que a sua relação com o contexto do conjunto documental é sempre única.

Camargo (2009) discute, ainda, a utilização do termo “arquivos pessoais”. Segundo a autora, no Brasil, a utilização desse termo é admitida sem maiores discussões, no entanto, ela atenta para o fato de que o uso mais correto seria “arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente)” (CAMARGO, 2009, p. 28), para evitar a confusão com três situações distintas em que, de forma igualmente discutível, tal denominação, também, é comumente utilizada. A primeira delas refere-se a documentos sobre pessoas presentes nos arquivos institucionais, segundo a autora, dossiês e registros individuais gerados por diversas instituições, como hospitais, academias, escolas etc., não podem ser confundidos com arquivos pessoais, assim como documentos produzidos por instituições e recebidos e armazenados por indivíduos não devem ser considerados fundos institucionais deslocados de seu lugar de origem (CAMPOS, 2014). A segunda situação seria sua utilização para designar documentos acumulados por indivíduos que não resultam do exercício de funções públicas, o que leva, conforme

Williams (2008 apud CAMARGO, 2009, p. 37), a discussões em relação à dificuldade de se estabelecer “o limite preciso entre o público, o oficial e o pessoal”, entre os documentos de determinado indivíduo. E a terceira, diz respeito aos “documentos identitários”: cédulas de identidade, passaportes, certidões de nascimento entre outros documentos de identificação civis que, nos arranjos documentais são comumente classificados como “documentos pessoais”, como se os demais documentos também não o fossem. (CAMARGO, 2009). Para fins deste trabalho, será utilizada a expressão “arquivo pessoal” dada a sua utilização corrente na literatura pesquisada.

Oliveira (2012) apresenta o panorama histórico dos processos de inserção dos arquivos privados pessoais e familiares no cenário arquivístico nacional na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá. Conforme mostra a autora, em todos esses países os historiadores tiveram um papel fundamental no reconhecimento desses arquivos, pois foram eles quem primeiro atentaram para sua relevância histórica, enquanto fonte de pesquisa e patrimônio documental, dando visibilidade a esses conjuntos de documentos e garantindo a sua preservação. As Guerras Mundiais, segundo a autora, também tiveram grande influência no ingresso dos arquivos pessoais no âmbito público. Em razão da destruição e evasão de inúmeros documentos, ocorridas durante esses conflitos, os governos passaram a adotar medidas para mapear esses arquivos privados pessoais ou familiares de interesse público, visando a sua proteção e preservação. (OLIVEIRA, 2012).

Dessa forma, conforme Gomes (1998), a valorização crescente dos arquivos pessoais e o acréscimo significativo de ações que visam à sua preservação, institucionalização e patrimonialização devem-se, principalmente, à renovação historiográfica ocorrida a partir do desenvolvimento da história cultural, que considera “a ‘experiência’ dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais” (GOMES, 1998, p. 123), e da mudança para uma nova escala de observação do social, associada à micro-história. Essa mudança no paradigma historiográfico ampliou o conceito de fonte histórica e proporcionou o surgimento de estudos baseados não só em documentos públicos e tidos como “oficiais”, mas também em documentos de arquivos privados e/ou pessoais, como diários, correspondências, etc. (PROCHASSON, 1998; MOLINA, 2013).

O reconhecimento desses conjuntos documentais como relevantes fontes de pesquisa e com um universo de possibilidades de exploração para arquivistas, historiadores e cientistas sociais, levou a um aumento, principalmente a partir da década de 1970, na sua incorporação em instituições de custódia tradicionais como arquivos e bibliotecas, bem como na criação de novas instituições, como centros de documentação, memoriais, fundações, etc., voltadas ao armazenamento, preservação e disseminação desse tipo de acervo, alguns dos quais, dedicados à gestão da memória da trajetória de um personagem em particular.

Nesse sentido, para além da perspectiva da memória individual presente nos arquivos pessoais, muitos desses arquivos transcendem a memória individual e passam a fazer parte da memória coletiva.

Para Halbwachs (1990), a memória é sempre uma construção coletiva, pois, enquanto seres sociais, mesmo que outras pessoas não estejam fisicamente presentes, nunca estamos sós, e, conseqüentemente, tudo o que recordamos está permeado pelos grupos sociais dos quais fazemos parte e, por isso, nenhuma memória pode existir apartada da sociedade. A memória individual, segundo ele, existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros sociais, sendo formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo, uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ela sofre influência. Conforme o autor, pode-se dizer “que el individuo recuerda cuando asume el punto de vista del grupo y que la memoria del grupo se manifiesta y se realiza en las memorias individuales” (HALBWACHS, 2004, p. 11).

Poderíamos dizer, então, que as memórias constantes nos arquivos pessoais representam não só os papéis sociais desempenhados pelo seu produtor, nos diversos grupos aos quais pertenceu ao longo de sua vida, mas que também retratam a trajetória e a memória coletiva desses grupos sociais, a partir da percepção da memória individual como expressão de uma história de vida que, por sua vez, opera como suporte para a memória de uma instituição.

Dito de outra forma, entende-se que, na medida em que o sujeito recorda a partir dos lugares que ocupa nas instituições as quais pertence (trabalho, escola, associações, etc.), também a memória coletiva sobre essas instituições é construída e rememorada, a partir das lembranças e das trajetórias dos sujeitos que delas fazem ou fizeram parte.

Nesse sentido, os arquivos pessoais funcionariam como suportes da memória de seus titulares, nos mais diversos papéis sociais que estes tenham desempenhado ao longo de suas trajetórias de vida, sendo como que a “cristalização de um momento ou situação de memória” (HEYMANN, 1997, p. 47).

2.1 Arquivos pessoais de professores e pesquisadores: trajetórias individuais e coletivas

Conforme Paulo Roberto Elian dos Santos (2012, p. 21), “os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compressão das sociedades modernas”, além disso, “são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida e adquirem ‘valor’ testemunhal” (SANTOS, 2012, p. 21) na medida em que lhes são atribuídos significados sociais e culturais.

Os arquivos pessoais distinguem-se, também, pela capacidade de apresentar através dos seus documentos, tanto aspectos da vida pessoal, social e cultural do seu titular, quanto elementos relacionados à sua atuação profissional, atividades intelectuais e vínculos institucionais.

Por essa razão, os arquivos pessoais de professores e pesquisadores passaram a despertar o interesse de historiadores da ciência e da educação, pois além de refletirem a trajetória pessoal e profissional do seu titular, eles abrigam, também, registros representativos dos seus percursos junto às instituições de ensino e pesquisa nas quais desenvolvem os seus trabalhos, abarcando, assim, parte da história do desenvolvimento da própria ciência e da educação. Conforme Silva (2007), isso ocorre porque é relativamente comum verificar que a vida pessoal do pesquisador e sua vida na instituição confundem-se a ponto de ser difícil estabelecer os limites de autoria entre documentos pessoais e institucionais.

Por uma série de razões, a atividade de pesquisa possui uma relativa autonomia, os pesquisadores, de alguma forma, estabelecem vínculos muito especiais com sua produção, mesmo porque muitas vezes os recursos que possibilitam o desenvolvimento de muitas pesquisas são captados por eles individualmente. Mesmo que a instituição proporcione a infra-estrutura [sic] fundamental para que a pesquisa possa se desenvolver e também o prestígio de sua chancela, a relação do pesquisador com seu

trabalho e algumas peculiaridades da prática científica concorrem para que qualquer iniciativa voltada para a preservação desta memória e mais especificamente dos arquivos científicos leve em conta estes fatores (BRITO, 2003, p. 2-3).

Conforme Latour (2000), à história da ciência não basta somente o produto final, aquele publicado nas revistas científicas, livros e anais de eventos, mas a ela interessa todo o caminho percorrido que levou a obtenção desse produto.

Não tentaremos analisar produtos finais, um computador, uma usina nuclear, uma teoria cosmológica, a forma de uma dupla hélice, uma caixa de pílulas anticoncepcionais, um modelo econômico; em vez disso, seguiremos os passos de cientistas e engenheiros nos momentos e nos lugares nos quais planejam uma usina nuclear, desfazem uma teoria cosmológica, modificam a estrutura de um hormônio para a contracepção ou desagregam os números usados num novo modelo econômico. Vamos dos produtos finais à produção. (LATOUR, 2000, p. 39).

Para a construção da história da ciência, interessa, portanto, desde a estrutura institucional em que foi desenvolvida a pesquisa, os apoios e patrocínios que propiciaram a sua execução, a equipe envolvida no processo, os intercâmbios com outros cientistas e outras instituições, as dificuldades e os desafios encontrados, as decisões tomadas, os percalços enfrentados durante o caminho da pesquisa. Todo esse percurso, inerente ao desenrolar da atividade científica e fundamental ao seu entendimento, não é revelado em documentos como artigos, comunicações e relatórios, que apresentam apenas o resultado final dessa longa trajetória, por isso, é fundamental, para a construção da história da ciência, a preservação dos documentos acumulados durante todas as etapas da pesquisa científica¹⁷ (SANTOS, 2008; SILVA, 2007).

Esses documentos acumulados durante o desenrolar da atividade científica, segundo Thérèse Charmasson (2006), constituem os chamados “arquivos científicos”, que incluem todas as fontes arquivísticas que permitem o estudo da evolução geral das políticas de ensino e pesquisa científicas, a evolução de uma

¹⁷ A respeito dos arquivos produzidos e acumulados no processo de desenvolvimento da atividade científica em laboratório, dois trabalhos no campo da arquivologia merecem ser destacados: a pesquisa de doutorado desenvolvida por Maria Celina Soares de Mello e Silva (2007), na qual a autora estuda a relação que os cientistas de sete instituições de pesquisa vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na cidade do Rio de Janeiro, mantêm com os documentos produzidos no decorrer de suas pesquisas, buscando, assim, subsídios para elaboração de um programa de preservação de arquivos de ciência e tecnologia; e o trabalho de Paulo Roberto Elian dos Santos (2008), que em sua tese de doutorado, a partir de uma análise da atividade científica sob a ótica da sociologia da ciência, observa a gênese documental, as tipologias documentais e as práticas de manutenção e uso desses registros no Laboratório de Genômica Funcional e Bioinformática do Instituto Oswaldo Cruz.

disciplina científica específica ou ainda a contribuição deste ou daquele cientista no desenvolvimento do conhecimento.

A partir desse conceito bastante amplo, Charmasson (2006) distingue três diferentes categorias de arquivos científicos, levando em consideração a sua proveniência e seu estatuto jurídico: os arquivos das instituições de tutela da pesquisa e do ensino, no caso do Brasil, correspondem aos arquivos dos ministérios, secretarias, instituições de fomento, geralmente de caráter público e constituídos, essencialmente, por documentos de cunho administrativo; os arquivos dos próprios estabelecimentos de ensino e pesquisa (universidades, institutos de pesquisas, laboratórios), que podem ser de caráter público ou privado e são compostos tanto por documentos oriundos dos serviços administrativos desses estabelecimentos quanto por documentos gerados a partir das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na instituição; e os arquivos pessoais de cientistas, que, normalmente, são considerados pelos seus titulares como arquivos privados, mesmo que o essencial de suas atividades de pesquisa tenha sido desenvolvido em uma instituição de ensino ou pesquisa de caráter público, e são formados pelos documentos produzidos e acumulados pelos cientistas no desenvolvimento de diversas atividades ao decorrer de sua vida.

Já para Brito (2003), os “arquivos científicos” englobam apenas os documentos produzidos e acumulados no decorrer das atividades científicas propriamente ditas, gerados principalmente no âmbito dos laboratórios. Conforme a autora, eles fazem parte da “memória científica” que, esta sim, abarcaria toda “a documentação produzida e acumulada no decorrer das atividades científicas e daquelas que as viabilizam e concorrem para seu desenvolvimento, difusão e acesso” (BRITO, 2003, p. 1), em qualquer campo de estudos, incluindo as ciências exatas, biomédicas, humanas, sociais, etc. Assim, segundo Brito (2003), a memória científica, além dos arquivos científicos, compreende, também, os registros oriundos dos processos que viabilizaram e possibilitaram essas pesquisas (documentos administrativos) e os documentos que transmitem e divulgam os resultados dessas atividades de pesquisa (revistas científicas, bases de dados, redes de comunicação impressa, televisiva e eletrônica).

Camargo (2006) faz uma ressalva a respeito da utilização da expressão “arquivos científicos” em um sentido tão amplo, como proposto por Charmasson (2006), já que, segundo essa definição, esses arquivos, não são, em sua essência,

científicos, mas decorrentes das atividades ligadas à ciência, sendo, inclusive, compostos por documentos de caráter administrativo. Por essa razão, Camargo (2006, p. 13 apud CAMPOS, 2014, p. 56) considera mais pertinente designá-los como “arquivos de interesse para a ciência ou para a história da ciência”.

No mesmo sentido, Camargo (2009) faz também uma observação em relação à utilização dessa mesma expressão, “arquivos científicos”, para designar arquivos pessoais acumulados por cientistas. Segundo a autora, essa expressão converte a qualificação profissional de seu titular em “atributo geral de todos os documentos de seu arquivo” (CAMARGO, 2009, p. 28), quando, na verdade, nem todos os documentos que constituem um arquivo pessoal dizem respeito ao papel profissional do indivíduo. Assim, segundo a autora, seria mais adequado utilizar a expressão “arquivos de cientistas”, estendendo a mesma observação a outras categorias ocupacionais, como, por exemplo, “arquivos de políticos”, “arquivos de militares”, etc. em lugar das expressões “arquivos políticos”, “arquivos militares”, etc.

Campos (2014), por sua vez, buscando eliminar quaisquer ambiguidades proporcionadas pela utilização das expressões “arquivos científicos” ou “arquivos de ciência”, propõe a utilização dos termos “arquivos de instituições científicas”, sejam elas públicas ou privadas, e “arquivos pessoais de cientistas”, enunciando, assim, “de forma mais satisfatória a natureza da acumulação documental em casa caso” (CAMPOS, 2014, p. 58).

O reconhecimento desses acervos como parcela importante da construção da história da ciência e do conhecimento, levou a constituição de instituições destinadas ao seu armazenamento, conservação, disponibilização e pesquisa, dentre as quais, destacamos aqui, duas das principais instituições de custódia de acervos relevantes para a memória da ciência no Brasil: o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e a Casa de Oswaldo Cruz (COC).

O MAST é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) criada em 1985 com a missão de pesquisa, preservação de acervos e divulgação da história da ciência e da tecnologia no Brasil e possui um acervo arquivístico, denominado Arquivo de História da Ciência, especializado na captação, organização e disponibilização de arquivos pessoais de cientistas relevantes por sua contribuição para os campos do conhecimento em que atuaram. Atualmente é composto por 44 arquivos pessoais de cientistas, engenheiros,

tecnologistas e gestores, cujas trajetórias profissionais estiveram associadas ao ensino, institucionalização ou produção de ciência e de tecnologia¹⁸.

A Casa de Oswaldo Cruz (COC), uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) criada em 1986, tem por objetivo a preservação da memória da Fiocruz, além de desenvolver atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil, abrigando sob sua custódia mais de 100 fundos e coleções de renomados médicos, cientistas e sanitaristas que contribuíram para o desenvolvimento das ciências médicas no Brasil e no mundo¹⁹.

Assim como na história da ciência, os arquivos pessoais de professores vêm ganhando importância nos estudos sobre a história da educação, enquanto fontes de informação que permitem, conforme Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 28) “ir além das versões oficiais e públicas dos fatos, aproximando-nos das pessoas de carne e osso que são os verdadeiros protagonistas da história”. Esses arquivos têm se constituído como ferramentas importantes que podem auxiliar nos mais diversos enfoques da História da Educação, desde trabalhos que buscam traçar a trajetória histórica de uma determinada área (VALENTE, 2004), analisar as políticas, reformas ou ideologias educacionais (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000), a contribuição de um personagem específico para uma área do conhecimento (DASSIE, 2008), assim como aqueles que buscam a compreensão das práticas e processos pedagógicos ou do cotidiano escolar de uma determinada época (MIGNOT; CUNHA, 2006).

No Brasil, a universidade constitui-se em um dos principais órgãos de desenvolvimento de pesquisas e de produção e compartilhamento de conhecimento e, nesse âmbito, o papel dos professores universitários é de fundamental importância, pois são eles os principais responsáveis pela concretização das atividades-fim da instituição, que constituem o tripé ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, as trajetórias profissional e intelectual de professores e pesquisadores confundem-se com a trajetória da própria universidade, que, por sua vez, tem suas memórias constituídas a partir da atuação dos seus atores. Dessa forma, os “arquivos pessoais de docentes e pesquisadores têm muito a dizer a respeito da produção da universidade como instituição” (SOUZA, 2005, p. 116), pois fornecem

¹⁸ Informações extraídas do *site* da instituição: <http://www.mast.br>. Acesso em: 14 jan. 2016.

¹⁹ Informações extraídas do *site* da instituição: <http://www.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 14 jan. 2016.

mais do que a memória dos seus titulares, sendo portadores de parte da memória das instituições das quais estes fazem ou fizeram parte. Consequentemente, são também repositórios da memória científica e do ensino universitário brasileiro, constituindo material de grande interesse tanto para a História da Ciência, quanto para a História da Educação.

Nessa perspectiva, algumas universidades brasileiras vêm adotando iniciativas para adquirir arquivos pessoais de professores e pesquisadores, por perceberem nesses acervos todo o seu potencial memorial e histórico. Sem a pretensão de sermos exaustivos, destacamos aqui exemplos de iniciativas desenvolvidas com vistas à aquisição, tratamento, preservação e disseminação de arquivos pessoais de professores e pesquisadores, em três universidades brasileiras: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de São Paulo (USP).

No câmpus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", o Núcleo de Documentação e Memória, vinculado ao Centro Cultural Professor Waldemar Saffioti, iniciou suas atividades no ano de 2001 e dedica-se à preservação e organização de acervos documentais e à produção de conhecimento, mediante o apoio a investigações históricas sobre a Unesp Araraquara, a atuação de seus intelectuais, a produção da ciência e a relação da Universidade com a sociedade local. Além de abrigar o acervo do professor de química Waldemar Saffioti, que teve participação significativa na consolidação do curso e na implantação do Instituto de Química da Unesp, o memorial acadêmico reúne, também, arquivos pessoais de docentes e pesquisadores da Universidade (SOUZA, 2005).

Já o Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, conforme Vieira e Amaral (2011), foi criado em 2008, como resultado das iniciativas empreendidas para a realização das comemorações dos 40 anos de criação da Faculdade, no ano de 2003. O centro dedica-se à preservação e à difusão da memória institucional e ao estudo da História das Ciências da Saúde, planejando e promovendo ações de gestão documental ²⁰ nos diversos departamentos, centros e núcleos de pesquisa, laboratórios e áreas administrativas

²⁰ Segundo a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, considera-se gestão de documentos "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (BRASIL, 1991).

da unidade acadêmica. Segundo os autores, tendo em vista a quantidade significativa de documentos produzidos e armazenados pelos docentes, relacionados ao desenvolvimento de pesquisas e a outras diversas atividades que desenvolvem na Universidade, uma considerável parte do acervo sob custódia do Centro de Memória e Arquivo constitui-se de conjuntos documentais acumulados por professores no decorrer de suas atividades, dentre os quais os autores destacam os conjuntos documentais dos professores que participaram da formulação dos primeiros cursos e estruturas institucionais.

José Francisco Campos (2014) realizou uma minuciosa pesquisa em sua dissertação de mestrado, na qual identificou 280 conjuntos documentais antes pertencentes aos docentes da USP e que passaram a ser custodiados em diferentes locais (bibliotecas, centros de memória ou documentação, museus, arquivos, laboratórios e núcleos de pesquisa, entre outros) de 37 das 49 faculdades e institutos da Universidade visitados pelo pesquisador. No entanto, ainda que esse número seja bastante expressivo, com exceção de algumas faculdades e institutos que possuem centros de memória ou de documentação estruturados e que divulgam seus acervos e atividades pela Internet, como o Instituto de Estudos Brasileiros, o Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, o Centro de Memória da Educação, o Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública e o Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”, a grande parte das iniciativas de preservação desses acervos vem sendo desenvolvida de forma fragmentada, sem qualquer divulgação ou mesmo institucionalização. A pesquisa desenvolvida por Campos (2014) integrou, também, o projeto “Por uma política da preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”, elaborado pelo Arquivo Geral da USP no âmbito das comemorações do 80º aniversário da Universidade. Os dados sobre os acervos, obtidos através da pesquisa, foram reunidos no banco de dados DOCERE, disponibilizado no site “Projeto Memória Docente”²¹.

Percebe-se, então, que os arquivos de professores e pesquisadores passaram a ser objeto de investigação por constituírem-se como fontes privilegiadas, pois, além de permitirem estudar a trajetória pessoal desses profissionais, suas contribuições para o progresso do conhecimento, o ambiente familiar, intelectual e social em que desenvolvem o seu trabalho e sua participação

²¹ Disponível em: <<http://sites.usp.br/projetomemoria>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

na sociedade, também acumulam documentos capazes de revelar as etapas intermediárias da pesquisa científica e as práticas docentes utilizadas, possibilitar o estudo de trajetórias institucionais e, ainda, proporcionar a investigação das relações entre o sujeito, ciência, ensino, instituição, política e sociedade.

No caso específico do fundo pessoal da professora Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG, cabe destacar o potencial desse acervo enquanto fonte para investigações que vão além de sua trajetória de vida, alvo desse trabalho, mas também relativas à sua prática docente e ao desenvolvimento da Educação Ambiental na FURG, uma vez que a professora integrou o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade²² desde a sua gênese, no ano de 1994²³, e exerceu, dessa forma, influência tanto no desenvolvimento do próprio curso de mestrado, como também nas ações de Educação Ambiental desenvolvidas pela instituição, como por exemplo, o projeto Asas Polares (que será melhor apresentado no capítulo posterior), desenvolvido no âmbito do Museu Oceanográfico da FURG e coordenado pela professora, que foi o primeiro projeto internacional de Educação Ambiental liderado pelo Brasil.

Além de fornecer elementos que contribuam para a história institucional da FURG, o acervo de Judith Cortesão, pode servir, também, como fonte para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a diversas temáticas ambientais, como por exemplo, a elaboração da própria política ambiental brasileira, já que possui documentos relacionados à sua participação, enquanto representante da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do, também extinto, Ministério do Interior, em diversas comissões para elaboração da política e da legislação ambiental do país, incluindo o comitê que elaborou os postulados ambientais para a Constituição de 1988. Ainda que os documentos que constam nesse acervo não sejam em quantidade muito expressiva, pois trata-se de um acervo pequeno e, talvez, não sejam suficientes para embasar toda uma pesquisa,

²² O Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG possui os únicos cursos no país de mestrado e doutorado em Educação Ambiental reconhecidos pela Capes, conforme dados disponíveis na Plataforma Sucupira da Capes. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira> Acesso em: 08 jun. 2016.

²³ Quando de sua criação, em 1994, chamava-se Mestrado em Educação Ambiental (MEA), a partir do ano de 2006, com a criação do curso de Doutorado em Educação Ambiental, passou a denominar-se Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA).

muitas vezes são essenciais para investigações que buscam um enfoque diferenciado sobre determinado assunto.

Dessa forma, arquivos pessoais de professores e pesquisadores podem perpassar a memória e o legado deixado por seus titulares, na medida em que esses documentos são imbuídos de valores científicos e históricos, já que retratam o panorama cultural, científico, histórico de um determinado período. Em razão de tais características, esses acervos documentais privados passariam a ser de interesse público, dado a sua relevância enquanto fontes de informação histórica e de memórias coletivas.

No que tange às políticas e programas governamentais para a preservação da memória científica brasileira, essas são, ainda, bastante incipientes, pontuais e de alcance limitado, permitindo, assim, que ocorram grandes perdas documentais. Conforme constata Silva (2007, p. 30) “a importância de se conhecer o passado, as conquistas já realizadas, os fracassos, a história e os vultos de destaque nas diversas áreas científicas apenas recentemente têm sido valorizados no Brasil”.

Em 2003, foi criada, através da Portaria 116/2003 do Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma Comissão Especial com a finalidade de desenvolver estudos e pesquisas a fim de elaborar uma proposta para uma Política Nacional de Preservação da Memória da Ciência e da Tecnologia. Dentre o amplo conjunto de bens materiais e simbólicos que constituem o patrimônio científico e tecnológico brasileiro, elencados por essa comissão (acervos institucionais, registros fonográficos e fotográficos, filmes, bibliotecas, obras raras, instrumentos de pesquisa, etc.), encontram-se os arquivos pessoais de pesquisadores e professores. (BRASIL, 2003a).

No relatório apresentado pela comissão, consta o resultado da avaliação, realizada a época, das condições dos acervos históricos e do levantamento das iniciativas em curso com vistas a sua preservação. O panorama constatado, segundo o relatório, foi bastante preocupante. Salvo algumas exceções, prevaleciam largamente “o descaso e o desaviso. Poucas instituições cuidam seriamente de seus acervos”. (BRASIL, 2003a, p. 5). O relatório também chama a atenção para a responsabilidade de universidades, institutos de ciência e sociedades científicas na preservação de “documentos inestimáveis para o reconhecimento do trabalho de seus professores, pesquisadores, administradores e alunos” e para que “entidades,

grupos e figuras de relevante papel na construção e na disseminação do saber brasileiro" não desapareçam "sem deixar vestígio palpável" (BRASIL, 2003a, p. 6).

Ao final do relatório, são apresentadas dez recomendações para a elaboração de uma Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia (BRASIL, 2003a, p. 8-10), dentre as quais estão: a elaboração de um Programa Nacional e a formação de uma Comissão Nacional da Memória da Ciência sob responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do CNPq, que envolva as três esferas da administração pública e diferentes setores da sociedade civil; o estímulo a atividades de preservação, pesquisa e difusão por meio de editais periódicos; a identificação e qualificação de acervos públicos e privados relativos à memória da ciência e da tecnologia; estabelecimento de programas de formação de pessoal qualificado para preservação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro; oferta de bolsas de estudo e de pesquisa, prêmios, apoio ao intercâmbio, amparo a publicações e promoção de eventos relacionados à pesquisa em História da Ciência; produção e difusão de publicações, exposições, filmes e de materiais biográficos sobre os protagonistas brasileiros das atividades científicas e tecnológicas, bem como os percursos de disciplinas e de instituições de pesquisa e ensino, entre outras recomendações.

Provavelmente em decorrência do referido relatório, no ano de 2003, foram lançados dois editais pelo CNPq: o "Edital CT-INFRA/MCT/CNPq 003/2003 - Seleção Pública de Projetos de Apoio à Infraestrutura de Preservação e Pesquisa da Memória Científica e Tecnológica Brasileira", com o objetivo de apoiar a infraestrutura de instituições públicas, de ensino e/ou pesquisa, "que desenvolvam atividades relacionadas à preservação de acervos documentais (arquivos, coleções, bibliotecas, instrumentos e outros) de valor inquestionável para o estudo da produção de conhecimento científico e tecnológico brasileiro", que recebeu 288 propostas de instituições de ensino superior e de pesquisa de todas as regiões do país, das quais 30 foram aprovadas (BRASIL, 2003b, p. 29); e o Edital MCT/SECIS/CNPq 07/2003, no âmbito da Ação Programática de Popularização da Ciência, com o objetivo de "apoiar atividades voltadas para a instalação e fortalecimento institucional de museus e centros de ciências", visando "promover a expansão e a melhoria da qualidade do ensino das ciências, o desenvolvimento das inovações e aplicações da Ciência e da Tecnologia, bem como a difusão e popularização da cultura científico-tecnológica junto à sociedade brasileira" (BRASIL,

2003b, p. 26). Neste edital foram aprovadas 135 propostas, envolvendo um valor total de quatro milhões de reais em recursos financeiros. Nos anos seguintes foram lançados outros editais de seleções públicas para apoio a projetos de difusão e popularização da ciência e da tecnologia, dentre os quais estão os editais MCT/CNPq nº 12/2006, MCT/CNPq nº 042/2007, MCTI/CNPq/SECIS nº 90/2013, para citar alguns²⁴.

Ainda que a esfera governamental não tenha desenvolvido iniciativas no sentido de implantar uma política nacional para a preservação da memória da ciência brasileira que envolva as instituições das três esferas da administração pública e a sociedade civil, conforme recomendado pelo relatório elaborado pela Comissão Especial em 2003, iniciativas como essa do CNPq, que vem promovendo, regularmente, editais que visam fomentar ações em torno da preservação da memória científica brasileira, indicam que há uma preocupação por parte do governo e que este vem reconhecendo a sua função em promover a preservação da memória ciência e da tecnologia no Brasil.

²⁴ Informações sobre os editais estão disponíveis no *site* do CNPq: <<http://www.cnpq.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ACERVOS PESSOAIS: O ACERVO JUDITH CORTESÃO

Conforme destacam Duarte (2013), Maciel e Borges (2012), diferentemente dos arquivos institucionais, a institucionalização de arquivos pessoais não se constitui em uma consequência lógica à sua criação. Se nos arquivos de instituições, públicas ou privadas, a institucionalização lhes é intrínseca, desde a origem de sua formação, no que tange aos arquivos pessoais, essa institucionalização se dá na medida em que se atribui uma valoração ao conjunto documental que passará a fazer parte de uma organização. De acordo com Duarte (2013), essa atribuição de valor engloba diversas perspectivas:

o ato de institucionalizar um arquivo pessoal é um ponto de convergência entre vários sentimentos e entendimentos relacionados aos arquivos pessoais e suas correlações. São as memórias e identidades, a pesquisa histórica, a fonte de informação, o desejo de transmissão da imagem. Mas, principalmente, a monumentalização e a inserção junto ao contexto coletivo (DUARTE, 2013, p. 41).

Nesse sentido, a institucionalização dessa documentação de cunho pessoal funcionaria “como uma forma de prolongamento da vida e da presença daquele sujeito na sociedade” (DUARTE, 2013, p. 42), constituindo-se na possibilidade de monumentalizar e imortalizar a sua imagem e o seu legado.

Conforme afirma Heymann (2009b, p. 1), os arquivos pessoais são vistos “como os meios de acesso seguro ao passado, [...] funcionam como 'prova' das trajetórias” de vida de seus titulares e, justamente por isso, esses acervos têm sido “foco de crescente interesse do ponto de vista dos projetos institucionais que visam à valorização de trajetórias individuais”.

A incorporação de arquivos pessoais por instituições de custódia já consolidadas é uma forma de potencializar ainda mais a perpetuação do legado do titular desse arquivo, uma vez que sua imagem estará vinculada a um espaço tradicionalmente dedicado à preservação da memória de personagens relevantes ao desenvolvimento do cenário cultural, científico ou político do país. Do mesmo modo, o recolhimento desses arquivos interessa a essas instituições na medida em que proporcionam o desenvolvimento de seus acervos e justificam a sua existência enquanto espaços memoriais, de pesquisa e de interesse social.

Entre as principais instituições brasileiras no recebimento, tratamento, preservação e difusão de acervos pessoais está o Centro de Pesquisa e

Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que reúne conjuntos documentais de personalidades da elite política brasileira, que atuaram ou ainda atuam no cenário nacional contemporâneo (século XX). Criado em 1973, a partir da doação do arquivo pessoal do ex-presidente Getúlio Vargas, o CPDOC possui, atualmente, um acervo composto por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão documentos²⁵. Outra importante instituição de custódia é o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1962, destinado à pesquisa e documentação sobre a história e as culturas do Brasil, abrigando, atualmente, cerca de 90 fundos e coleções de diversos artistas e intelectuais brasileiros, como escritores, músicos, artistas plásticos, etc., num total de aproximadamente 450 mil documentos²⁶.

Merecem destaque, também: o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), criado em 1974 e vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que, inicialmente, destinava-se a abrigar a coleção de documentos reunidos por Edgard Leuenroth, jornalista e um dos principais militantes anarquistas do Brasil durante a República Velha, mas que com o passar dos anos, passou a abrigar diversos fundos documentais ligados à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, com destaque para a documentação pessoal de expressivas lideranças do movimento sindical²⁷; a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), criada em 1930, que além dos 60 mil documentos que constituem o arquivo Rui Barbosa, passou, a partir de 1972, com a criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, a reunir também arquivos pessoais de escritores brasileiros como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, totalizando mais de 120 fundos atualmente²⁸.

Em outros casos, a instituição de custódia é concebida com a finalidade de preservar o acervo pessoal, e por consequência a memória, de uma personalidade e em particular, sendo, muitas vezes, criada por seu próprio titular ou por seus herdeiros e familiares, após o seu falecimento. Conforme destaca Duarte (2013, p. 57), nesses casos, geralmente, o titular é uma pessoa de destaque em seu campo

²⁵ Informações extraídas do *site* da instituição: <http://cpdoc.fgv.br>.

²⁶ Informações extraídas do *site* da instituição: <http://www.ieb.usp.br>.

²⁷ Informações extraídas do *site* da instituição: http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael.

²⁸ Informações extraídas do *site* da instituição: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>

de atuação e a “instituição é criada para dar continuidade ao pensamento e à ação do seu titular e se vale do arquivo pessoal como o eixo para suas funções”.

Prevalece a associação entre arquivo e história de vida. É ela que está na base da valorização generalizada dos documentos pessoais não apenas em empreendimentos acadêmicos de natureza histórica, mas, também, em projetos que visam à patrimonialização de trajetórias individuais. Muitos desses projetos investiram, nos últimos anos, na criação de instituições – fundações, institutos, memoriais – voltadas especificamente para a “preservação” da memória de uma figura pública. Nesse tipo de empreendimento, os arquivos pessoais ocupam sempre lugar de destaque: por meio do arquivo, preserva-se o personagem, sua atuação, seu ideário, enfim, seu “legado” (HEYMANN, 2009b, p. 7).

Como exemplos de algumas dessas instituições, podemos citar a Fundação Oscar Niemeyer (criada em 1988)²⁹, o Instituto Paulo Freire (1992)³⁰, a Fundação Darcy Ribeiro (1996)³¹ e a Fundação Fernando Henrique Cardoso (2004)³², todas elas idealizadas pelos seus próprios titulares.

No caso dos arquivos pessoais de professores e pesquisadores, tanto os herdeiros que doam esses arquivos a instituições de custódia já existentes, quanto os sujeitos responsáveis pela criação de entidades memoriais destinadas à salvaguarda e disponibilização da documentação de um personagem específico, “veem nesses espaços de preservação o meio de marcar a atuação científica e acadêmica dos titulares dos arquivos, garantindo a perpetuação desses agentes no cenário nacional” (LISBOA, 2012, p. 12).

Contudo, de acordo com Duarte (2013), Borges e Murguia (2014), independentemente dos motivos que levaram à doação, a institucionalização ou não de determinado acervo pessoal dependerá, sobretudo, do potencial de pesquisa e de interesse social presentes na documentação que o constitui, para os diferentes ramos do conhecimento.

Heymman (2005), entretanto, afirma que o processo de institucionalização ou de fundação de um espaço memorial dedicado à custódia e socialização de arquivos pessoais, está submetido a diversas condições, assim como ocorre no processo de produção dos próprios arquivos pessoais. Segundo a autora,

em primeiro lugar, dependerão da ação de sujeitos que expressem a “necessidade” de recuperação desses legados, que sejam os porta-vozes do risco do esquecimento, da “dívida” com a memória desses personagens, da importância dessa recuperação para a “memória nacional” [ou local] [...] Alguns elementos determinantes para os processos de produção e

²⁹ Maiores informações no *site* da instituição: <http://www.niemeyer.org.br>. Acesso em: 18 maio 2016.

³⁰ Maiores informações no *site* da instituição: <http://www.paulofreire.org>. Acesso em: 18 maio 2016.

³¹ Maiores informações no *site* da instituição: <http://www.fundar.org.br>. Acesso em: 18 maio 2016.

³² Maiores informações no *site* da instituição: <http://www.ifhc.org.br>. Acesso em: 18 maio 2016.

institucionalização de legados são o lugar ocupado por esses sujeitos, os recursos e as adesões que consigam mobilizar a partir de suas estratégias discursivas e políticas. As estratégias discursivas podem variar da importância desse resgate para a pesquisa – argumento acadêmico –, à ideia [sic] de homenagem ou de preservação de ideais cívicos e políticos, enquanto as estratégias políticas passam, certamente, pelas redes de relações desses agentes, por seus contatos na esfera governamental, junto a agências de financiamento etc. (HEYMANN, 2005a, p. 2-3).

Como bem observa Duarte (2013), a institucionalização de arquivos pessoais é fundamental para que se possibilite e garanta o seu acesso e usos coletivos. Isso decorre do fato de que, justamente por se tratar de documentos de natureza pessoal e privada, geralmente, permanecem armazenados no ambiente domiciliar do titular ou de seus familiares, o que leva, no mínimo, a uma restrição na sua utilização, já que normalmente esse ambiente privado não reúne as condições necessárias ou os herdeiros não desejam disponibilizar, irrestritamente, aos possíveis interessados na utilização desses materiais. Além disso, as instituições de custódia dispõem (ou deveriam dispor) de melhores condições técnicas e financeiras para proporcionar os cuidados de conservação necessários para garantir a durabilidade desses documentos.

Dessa forma, as instituições de custódia exercem um papel primordial, não só no contexto de preservação e de disponibilização desses documentos de caráter pessoal, mas também na sua constituição enquanto fontes documentais, na medida em que possibilitam que lhes sejam atribuídos outros valores, além do seu valor probatório de origem (DUARTE, 2013; OLIVEIRA, 2012).

Oliveira (2012) reflete acerca dos valores atribuídos aos documentos arquivísticos e, para tanto, utiliza-se do pensamento de Theo Thomassen, o qual afirma que os arquivos “funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral” (OLIVEIRA, 2012, p. 38). Isso, segundo Oliveira (2012, p. 38), evidencia os diferentes “valores que podem ser atribuídos aos documentos, como o histórico, cultural e de pesquisa”. No entanto,

o fato de lhe ser atribuído um valor distinto daquele que justificou sua produção, o valor secundário (valor de pesquisa), não significa que o valor primário deixou de existir. [...] O documento arquivístico sempre servirá de prova das ações que lhe deram origem. Esta característica que lhe é nata permanece; em alguns casos o que modifica é o seu uso. Um recibo de aquisição de uma televisão, por exemplo, uma vez findo o período de sua garantia, não será útil para trocas ou manutenções gratuitas, mas sempre será o registro da compra do objeto (OLIVEIRA, 2012, p. 38).

Nessa perspectiva, o recolhimento de arquivos pessoais por instituições de custódia é um elemento essencial para garantir a sua preservação e o acesso da

sociedade a esses documentos, bem como o seu uso, o que possibilitará atribuir-lhes novas interpretações, valores e usos, transformando-os, assim em fontes históricas.

Ademais, esses espaços memoriais de custódia são, também, determinantes no processo de composição da memória (local ou nacional) que será transmitida às futuras gerações, na medida em que mantêm controle sobre a preservação do passado, podendo exercer tanto o papel de perpetuadores de legados, cancelando a memória de alguém que ficará para a posteridade, quanto podem vir a obliterar determinada história de vida ou até mesmo do desenvolvimento de um saber, através da não efetivação do processo de institucionalização de um determinado acervo (LISBOA, 2012). Dessa forma, como afirma Cook (1998),

Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social (COOK, 1998, p. 143).

A seguir, descreve-se o processo de institucionalização do acervo de Judith Cortesão, no qual essa pesquisa baseia-se e que, atualmente, encontra-se sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, na FURG.

De acordo com o relato dos ex-alunos entrevistados para essa pesquisa, a professora Judith mantinha uma ligação muito estreita com seu acervo e, mesmo residindo em diferentes lugares, levava sempre consigo a sua “biblioteca”³³. Quando passou a morar em Rio Grande, em 1994, onde atuou como professora do Mestrado em Educação Ambiental da FURG, não foi diferente. Trouxe consigo seus livros e documentos. Entre os anos de 1999 e 2000, Judith passou a residir na cidade de Ilópolis (RS), levando, como de costume, a sua inseparável biblioteca. No retorno à cidade do Rio Grande, Judith trouxe, novamente, uma parcela desse acervo, ficando, grande parte dele, em Ilópolis. Segundo relato da ex-aluna de Judith, Adriane Lobo Costa³⁴, com a sua transferência para Genebra, na Suíça, já com a saúde bastante debilitada, seu acervo pessoal ficou dividido entre as duas cidades, uma parte acondicionada na casa da própria Adriane Lobo Costa, onde Judith morou

³³ Termo utilizado pelos entrevistados referindo-se ao acervo de Judith Cortesão, mas que, além de materiais bibliográficos, inclui, também, documentos arquivísticos.

³⁴ Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

no período que antecedeu a sua partida para a Suíça, e a maior parcela permaneceu armazenada em uma casa em Ilópolis.

A partir desse cenário, teve início no ano de 2003, um movimento para transferir esse acervo da cidade de Ilópolis para a cidade do Rio Grande, onde se pretendia criar a “Casa dos Povos Judith Cortesão” no Sobrado dos Azulejos, prédio histórico da cidade, na época, recém-restaurado. Esse movimento foi articulado por Manuel Touguinha, amigo da professora e quem a acompanhou na cidade de Ilópolis, juntamente com o arquiteto Marcelo Ferraz, coordenador do Programa Monumenta do Ministério da Cultura, entre os anos de 2003 e 2004, que conhecia a personagem Judith Cortesão, através do convívio com seu ex-marido Agostinho da Silva, e passou a conhecê-la pessoalmente, com a gravação do documentário “O Povo Brasileiro”, dirigido por sua esposa, Isa Ferraz, do qual Judith participou.

Eu conheci a Judith por conta do programa do Povo Brasileiro, quer dizer, eu já conhecia o marido dela, o primeiro marido, que é pai dos filhos dela, que eu fui muito amigo dele, Agostinho da Silva, um Português que morreu em 1992, eu frequentei lá a casa dele durante uns anos e fui até um dos fundadores da Associação Agostinho da Silva [...] e a Judith eu conhecia de... assim, um pouco de um “mito” da Judith, porque onde ela passava ela fazia um “furor”, assim... [...] Bom, quando a Isa, minha mulher, “tava” fazendo o Povo Brasileiro, ela veio gravar em São Paulo, depois veio pro lançamento e a gente teve dois encontros (informação verbal)³⁵.

O Sobrado dos Azulejos³⁶, construído na cidade de Rio Grande entre os anos de 1862 e 1864, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAЕ), em 1987. Após ter sido negligenciado por um longo período, foi adquirido, no ano de 1998, pela Associação Pró-preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande (APHAC), com verba doada pelo Grupo Ipiranga, que promoveu a sua restauração (RIBEIRO; PESTANA; PENHA, 2004). O processo de restauro foi finalizado em dezembro de 2002, sem que houvesse sido definida uma destinação para o local (RIO GRANDE..., 2003).

Como o acervo de Judith Cortesão havia ficado sem um acondicionamento adequado, pois, como já mencionado anteriormente, após a transferência da

³⁵ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS

³⁶ Para mais informações sobre o Sobrado dos Azulejos e seu processo de restauração ver: Site do IPHAЕ. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15627>>. Acesso em: 10 fev. 2016; e CURVAL, Renata Barbosa Ferrari. **Reflexão sobre a azulejaria portuguesa na cidade do Rio Grande/RS: o caso do Sobrado dos Azulejos**. 2007. 89 f. Trabalho acadêmico (Especialização em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos) - Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/12/Renata-Barbosa-Ferrari-Curval-2007.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

professora para Genebra, ele permaneceu armazenado, parte em uma casa no Balneário Cassino e parte em uma casa em Ilópolis. O Sr. Manuel Touguinha, conforme relata o Sr. Marcelo Ferraz³⁷, percebeu aí uma oportunidade de preservar e disponibilizar o acervo da professora Judith Cortesão e, ao mesmo tempo, dar uma destinação à edificação, que mesmo depois de restaurada, encontrava-se fechada. Foram realizadas inúmeras tentativas de contato com o Sr. Manuel Touguinha, por e-mail e redes sociais, sem que se tenha obtido sucesso. Por essa razão, o movimento que idealizou a criação da Casa dos Povos Judith Cortesão é descrito, nesse trabalho, a partir do depoimento do arquiteto Marcelo Ferraz, concedido em entrevista à autora, que foi, também, um dos sujeitos articuladores dessa ação, junto com Manuel Touguinha. Transcreve-se, abaixo, o relato de Marcelo Ferraz sobre o início dessa ideia:

[Em 2003] eu “tive” no Ministério da Cultura, fiquei um ano e meio lá trabalhando, dirigindo o Programa Monumenta, no primeiro ano de gestão do Lula, do Gilberto Gil, fui convidado pelo Gil pra fazer esse trabalho, e aí surgiu esse mesmo amigo, Manuel Touguinha, me contou do Casarão dos Azulejos, lá em Rio Grande, que “tava” restaurado sem uma função destinada, e aí ele falou: “olha, seria o caso da gente pegar a biblioteca da Judith que está em Ilópolis, de certa maneira guardada, mas guardada um pouco abandonada, tá ocupando uma casa, e levar pra Rio Grande, e ver [...] se a FURG fica com a biblioteca”. E aí a gente começou um movimento e eu, ainda em Brasília, cheguei a levar o Ministro Gil em Rio Grande pra conhecer o Casarão dos Azulejos e lançamos essa ideia de fazer a Casa dos Povos Judith Cortesão, que é uma coisa que ela gostaria. [...] Então a gente fez esse movimento, o casarão de certa maneira foi destinado pra receber a biblioteca e aí a gente entrou num processo de busca dessa biblioteca em Ilópolis. “Pra” isso precisaria ter a autorização da Judith por escrito, a doação dela pra FURG, os filhos tinham que concordar e foi um processo complicado, eu mandei o Manuel Touguinha pra Suíça, ele foi, voltou e depois, no meio do caminho, eu saí do Ministério, eu rompi com o Ministério e saí, mas a coisa foi andando... [...] Foi feita uma coisa no estilo Judith, foi uma coisa assim, você entendeu? Completamente no estilo Judith, eu era do Monumenta, Rio Grande não pertencia ao Monumenta, não “tava” dentro das cidades do Monumenta, então não tinha nenhum sentido eu me meter nisso, eu fiz uma ação ilegal, quase assim, né, entre aspas, de ajudar através do Monumenta a resgatar a biblioteca, mandar o Manuel pra Suíça e tal, e envolvi o Ministro, que era o meu chefe, por que isso era uma questão de cultura importante, e aí ele foi até aí, fez um discurso, fez um lançamento, fomos até São José do Norte, foi um “auê”, sem que fosse uma cidade do Monumenta. Então foi uma ação típica da Judith, assim, sem muita regra, sem burocracia... (informação verbal)³⁸.

No dia 17 de junho de 2003, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em visita à cidade do Rio Grande, assinou um protocolo de intenções para o

³⁷ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

³⁸ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

desenvolvimento de ações para a criação da Casa dos Povos Judith Cortesão e do Memorial Português, no Sobrado dos Azulejos, que, além de “homenagear a professora e ambientalista com a exposição do seu acervo”, tinha o objetivo de “manter viva a cultura das populações lusófonas” e “valorizar e difundir iniciativas em defesa do meio ambiente e da cidadania” (MINISTRO..., 2003). O documento foi assinado também pela Associação Pró-preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande (APHAC), pela Secretaria da Cultura do Estado, pela Prefeitura Municipal, pela FURG e pela Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande (FAHURG). Através do protocolo, ficou estabelecido que o Ministério da Cultura repassaria à FAHURG a verba necessária para a adequação do prédio para o recebimento do acervo da professora Judith Cortesão (RIO GRANDE..., 2003).

De acordo com o Sr. Marcelo Ferraz, tanto a idealização da criação da Casa dos Povos Judith Cortesão quanto a indicação do Sobrado dos Azulejos como local para sua instalação, se deram a partir de uma confluência de elementos:

Na verdade [foi] uma conjunção de fatores, primeiro a casa restaurada sem uso, sempre como arquiteto eu acho isso um absurdo, você restaura uma casa sem pensar no quê que ela vai ser, então nesse caso ela se prestava muito bem [...], uma casa importante de Rio Grande, pra ter um acervo importante, e ter, mais do que o acervo, essa questão simbólica né, da Judith, o papel da Judith, Rio Grande, a cidade que ela adotou, no fim da vida praticamente, nos últimos anos da vida dela, então, em torno dessa casa, em torno desse acervo, mesmo não sendo grande, essa ideia de casa da cultura dos povos, que é tudo o que a Judith mais queria, era juntar todos os povos, porque ela trabalhou com os índios, ela trabalhou com os portugueses, os negros, isso e aquilo, e Rio Grande é um ponto de confluência forte da cultura brasileira, nem se fala aí da importância para o Estado do Rio Grande do Sul. Então acho que foi nesse sentido, foi associar oportunidades que estavam, assim, passando pela mão, e eu acho que as coisas acontecem assim, não é que existe uma coisa, assim, programática, de longo prazo... Não! É uma coisa, mesmo, de ter a visão no momento e ter a conjunção de forças possíveis “pra” realização de uma coisa importante, eu acredito que as coisas acontecem muito assim (informação verbal)³⁹.

A partir do relato de Marcelo Ferraz pode-se perceber que, apesar de se tratar, como ele afirma, de uma conjunção de fatores que levaram ao desenvolvimento do projeto de criação da Casa dos Povos Judith Cortesão, a razão de ser da criação dessa instituição estava baseada na preservação e valorização da memória de Judith Cortesão e na permanência de seu legado, através de seu acervo e de sua instituição. Dessa forma, nesse contexto, o seu acervo pessoal ocupava um lugar de destaque no empreendimento, pois desempenhava um papel

³⁹ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

fundamental no processo de evocação da sua trajetória e de suas ações. Conforme destaca Heymann (2005),

a criação de uma instituição desse gênero pode ser vista como um passo estratégico no processo de monumentalização da memória de seu patrono, seja ele seu instituidor [...], seja a instituição produto da ação de herdeiros, após a morte do titular. Nesse último caso, em geral, a justificativa manifesta da instituição é resgatar, preservar e divulgar a memória do personagem, constituindo-se em um espaço para a evocação de sua imagem e a atualização de sua trajetória, lembrada e ressignificada em trabalhos acadêmicos, exposições, eventos e comemorações. O acervo do titular, por meio desse processo, é aproximado da noção de "legado" histórico (HEYMANN, 2005b, p. 50).

Tanto o nome atribuído à instituição, “Casa dos Povos”, quanto o seu objetivo de “valorizar e difundir iniciativas em defesa do meio ambiente e da cidadania” (MINISTRO..., 2003), buscavam uma consonância com o pensamento e ações de Judith Cortesão e, conseqüentemente, com o seu acervo, pois fazia referência a duas das principais linhas de atuação da professora Judith: o estudo da constituição da cultura de diferentes povos e a busca pelo entendimento e a comunicação entre eles (como o intercâmbio que promoveu entre crianças de diferentes lugares do mundo, a partir do projeto Asas Polares); e a ação ambiental, que desenvolveu de forma muito ativa durante toda a sua trajetória. Em entrevista ao Jornal Zero Hora, em 2002, Judith Cortesão reforçou que, para ela, o movimento ambiental, aliado ao movimento ecumênico, formaria a mais poderosa força humana do futuro (SCHAFFNER, 2002).

A iniciativa de criação da “Casa dos Povos Judith Cortesão”, não partiu da própria titular, como já constatado no depoimento de Marcelo Ferraz, no entanto, Judith acompanhou parte do movimento em torno da criação da instituição, sendo favorável à consecução do projeto.

A gente falava com ela na Suíça e ela foi dando o consentimento pra que isso acontecesse. A ideia de casa dos povos agradava muito a Judith porque ela era uma pessoa múltipla, né [...] Ela ‘tava’ muito debilitada, mas “tava” consciente [...]. Ela acompanhou por cartas, emails e telefonemas e o Manuel, quando foi lá, contou pra ela toda a história e tal, e ela disse: “ótimo!”. Então ela sabia da criação dessa casa (informação verbal)⁴⁰.

Depois da assinatura do protocolo, foi realizada uma nova reunião em 20 de novembro de 2003, entre o presidente da APHAC, Sr. Rui Juliano, o Secretário Estadual da Cultura, Sr. Roque Jacoby, e o assessor do Departamento de

⁴⁰ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

Patrimônio Histórico do Ministério da Cultura, Sr. Manuel Touguinha, durante a qual a Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, assumiu a responsabilidade de administrar o Sobrado dos Azulejos, pertencente à APHAC, e definiu-se que o Secretário Jacoby seria o coordenador do protocolo de intenções da Casa dos Povos Judith Cortesão (ZONA SUL..., 2003). Após essa reunião não se tem notícias da execução de novas ações com vistas a concretizar o referido projeto.

O arquiteto Marcelo Ferraz não soube precisar os motivos que levaram a não concretização do projeto, já que ele se afastou do Ministério da Cultura em fevereiro de 2004, deixando de acompanhar o processo: “depois disso [afastamento do Ministério da Cultura], eu me afastei, quer dizer... A Judith morreu, eu me afastei dessa história [...] Eu sei que a biblioteca saiu de Ilópolis e foi pra Rio Grande, mas não foi pro Casarão dos Azulejos” (informação verbal)⁴¹.

De acordo com o Sr. Rui Juliano⁴², na época presidente da APHAC, e o Sr. Roque Jacoby⁴³, então Secretário Estadual da Cultura, a proposta de criação da Casa dos Povos Judith Cortesão não se concretizou porque o Ministério da Cultura, responsável pelo repasse das verbas para a viabilização do projeto, acabou declinando.

Como o projeto acabou não sendo efetivado, o Sobrado dos Azulejos continuou fechado, sem utilização. Em 19 de dezembro de 2005, a APHAC cedeu o prédio à Administração Municipal e, em 17 de maio de 2006, o sobrado passou a abrigar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), sendo o andar térreo destinado a exposições e mostras culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2005, 2006).

Nesse caso, a reivindicação da memória dessa personagem como importante para a história local e nacional partiu, não de familiares, mas primeiro de uma pessoa que mantinha um convívio bastante próximo da professora Judith Cortesão, o Sr. Manuel Touguinha, e depois de um segundo agente, o Sr. Marcelo Ferraz que, apesar de não ter tido um convívio direto com a professora (segundo o seu relato, eles encontraram-se apenas em duas oportunidades), já possuía o conhecimento do

⁴¹ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

⁴² Contato feito por e-mail com o Sr. Rui Juliano, em 30 de junho de 2016.

⁴³ Contato feito por e-mail com o Sr. Roque Jacoby, em 30 de junho de 2016, que atualmente exerce o cargo de Secretário Municipal da Cultura, na Prefeitura de Porto Alegre.

que ele chamou de o “mito da Judith”, referindo-se a sua trajetória de vida e as diversas ações que ela desenvolveu.

Pode-se perceber aqui, as diversas condições às quais estão submetidos os processos de institucionalização de acervos pessoais a que se refere Heymman (2005a), já citadas anteriormente, que dizem respeito ao lugar ocupado pelos sujeitos responsáveis por empreender o processo, seus recursos e suas estratégias discursivas e políticas. Analisando esses elementos no processo de institucionalização do acervo da professora, a partir da criação da “Casa dos Povos Judith Cortesão”, pode-se notar que tanto os lugares ocupados pelos agentes envolvidos, quanto as suas redes de relações políticas na esfera governamental eram, de certa forma, bastante privilegiadas, já que Marcelo Ferraz era coordenador do Programa Monumenta, ligado ao Ministério da Cultura, e Manuel Touguinha, seu assistente, mantendo, dessa forma, uma ampla rede de relações dentro e fora do Ministério. Em relação à estratégia discursiva utilizada por esses sujeitos, pode-se considerar que esta constituiu-se de forma bastante expressiva, já que conseguiram não só a adesão das três esferas governamentais e de entidades da sociedade civil, envolvendo, inclusive, a visita do Ministro da Cultura à cidade e a assinatura de um protocolo de intenções para a sua efetivação, como também foi cedido um importante prédio histórico da cidade, para a abrigar o referido espaço memorial.

No entanto, ainda que os sujeitos envolvidos nesse processo tenham conseguido empreender importantes ações com vistas à efetivação de sua criação, a Casa dos Povos Judith Cortesão não chegou a ser concretizada. Sendo assim, é possível supor que a saída tanto de Marcelo Ferraz quanto de Manuel Touguinha do Ministério da Cultura, tenha sido um dos fatores preponderantes para que o projeto não tenha sido consumado, já que, segundo as informações do então presidente da APHAC, Rui Juliano, e de Rui Jacoby, na época Secretário Estadual da Cultura, o Ministério da Cultura não repassou a verba que havia se comprometido em conceder para a execução do projeto.

Tendo em vista a não concretização da Casa dos Povos Judith Cortesão, Marcelo Ferraz aponta a transferência do acervo da professora Judith Cortesão para a FURG como o mérito do movimento empreendido: “uma coisa boa foi que a gente tirou a biblioteca de lá, de uma casinha na serra que ‘tava’ mofando, com humidade,

e foi pra universidade, então isso, pelo menos, foi um destino bom” (informação verbal)⁴⁴.

O acervo foi transferido para Rio Grande, onde permaneceu encaixotado, sem destinação até 2005, quando, por iniciativa da professora Dr.^a Susana Inês Molon, então Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da referida Universidade, foi elaborado o projeto e criação da Sala Verde Judith Cortesão.

Segundo o edital de implantação 01/2005, as Salas Verdes são “espaços interativos de informação, formação e ação socioambientais”, dedicadas à consecução de “projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental”, tendo como eixo central a “democratização do acesso à informação ambiental”, estando, necessariamente, vinculados a uma instituição pública ou privada (BRASIL, 2005, p. 5). O Projeto Sala Verde foi concebido pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental, e o primeiro edital para implantação desses espaços foi publicado no ano de 2000.

Segundo a professora Susana Inês Molon⁴⁵, coordenadora do PPGEA entre os anos 2005 e 2006, a criação da Sala Verde Judith Cortesão deu-se a partir da confluência de dois fatores: por um lado, a abertura, pelo Ministério do Meio Ambiente, do edital para implantação de novas Salas Verdes no país e, com isso, a oportunidade de instalação de uma Sala Verde junto ao PPGEA; e de outro, o fato de que, com a não efetivação da Casa dos Povos Judith Cortesão, o acervo da professora, após terem se passado cerca de dois anos desde a sua transferência e doação à FURG, ainda não havia recebido uma destinação adequada, encontrando-se acondicionado de forma inapropriada e indisponível para acesso. Como destaca a professora Susana Molon⁴⁶, foi a união entre a demanda por um espaço que abrigasse esse acervo e a possibilidade de viabilização desse espaço, através da implementação de uma Sala Verde, além da oportunidade de homenagear a “trajetória de vida e atuação profissional da Educadora Ambiental”, que levaram a criação da Sala Verde Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 4).

⁴⁴ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

⁴⁵ Entrevista com a Professora Dr.^a Susana Inês Molon, realizada em 11 de novembro de 2015. Rio Grande, RS.

⁴⁶ Entrevista com a Professora Dr.^a Susana Inês Molon, realizada em 11 de novembro de 2015. Rio Grande, RS.

O projeto de implantação da Sala Verde Judith Cortesão foi selecionado pelo Ministério do Meio Ambiente em julho de 2005, sendo coordenado pela professora Susana Inês Molon, tendo o professor Dr. Claudio Renato Moraes da Silva como responsável pelo tratamento técnico e disponibilização do acervo de Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005).

No ano de 2006, a partir do Ato Executivo nº 031/2006, a Sala Verde Judith Cortesão tornou-se uma biblioteca setorial do Núcleo de Informação e Documentação (NID), atual Sistema de Bibliotecas. A biblioteca, localizada no Centro de Convivência do Campus Carreiros da FURG (Figuras 2, 3 e 4), foi efetivamente inaugurada em 28 de maio de 2007, portanto, poucos meses antes do falecimento da professora Judith Cortesão⁴⁷, e passou a denominar-se, então, Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2006; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2016c).

O acervo da professora Judith Cortesão é constituído por cerca de quatro mil itens de diversas tipologias (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005). Durante o processo de organização, o acervo foi dividido em três categorias: acervo bibliográfico (livros, periódicos, teses, dissertações, CDs, DVDs, etc.), objetos e acervo arquivístico (correspondências, projetos, fotografias, relatórios, currículo, documentos pessoais, etc.). A parte bibliográfica do acervo está organizada e disponível para a consulta pública na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão. Os objetos que compunham o acervo, juntamente com alguns documentos, foram doados ao Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG (NUME) que, por sua vez, encaminhou os materiais ao Museu Oceanográfico da FURG, conforme documentação obtida no NUME (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2008).

⁴⁷ Judith Cortesão faleceu no dia 25 de setembro de 2007, em Genebra, na Suíça.



Figura 2 - Fotografia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, Centro de Convivência, Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (sem data).

Fonte: *Blog da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão*⁴⁸.



Figura 3 - Fotografia do interior da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, Centro de Convivência, Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2012).

Fonte: DZIEKANIAK, 2012.

⁴⁸ Disponível em: <http://bibliotecasalaverde.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso em: 24 ago. 2015.



Figura 4 - Fotografia do interior da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, Centro de Convivência, Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2012).

Fonte: DZIEKANIAK, 2012.

Já o acervo documental, segundo o Relatório de Gestão da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão do ano de 2012, em razão da falta de espaço, esteve acondicionado em caixas em uma espécie de “mezanino”, existente na própria biblioteca (Figuras 5 e 6). Além de estar indisponível ao acesso, o lugar era inadequado ao seu armazenamento, em virtude da alta umidade existente no local, ocasionada por constantes infiltrações na laje da biblioteca (DZIEKANIAK, 2012). O acervo foi retirado desse local e, no período de 14 de novembro de 2012 a 26 de junho de 2013, permaneceu armazenado na marcenaria da Universidade, exposto à poeira característica desse local de trabalho. Após um grande esforço empreendido pela bibliotecária Cibele Vasconcelos Dziekaniak, coordenadora da Sala Verde, denunciando a situação do acervo e buscando uma solução junto à Pró-Reitoria de Infraestrutura, o acervo foi transferido, em 27 de junho de 2013, para uma sala do prédio da Comissão Permanente de Seleção (COPERSE), no Campus Carreiros da FURG, onde permaneceu acondicionado em caixas e estantes (Figuras 7 e 8), sem qualquer organização ou tratamento, até maio de 2016 (DZIEKANIAK, 2014). Com a transferência da Pró-Reitoria de Extensão, que ocupava a sala ao lado da biblioteca, para um novo prédio, em 09 de maio de 2016, a Reitoria da Universidade cedeu à

biblioteca uma sala anexa a sua, que agora abriga o referido acervo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2016b).



Figura 5 - Fotografia do “mezanino”, na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, onde o acervo arquivístico Judith Cortesão ficava acondicionado (2012).

Fonte: DZIEKANIAK, 2012.



Figura 6 - Fotografia do “mezanino”, na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, onde o acervo arquivístico Judith Cortesão ficava acondicionado (2012).

Fonte: DZIEKANIAK, 2012.



Figura 7 - Fotografia do acervo arquivístico de Judith Cortesão acondicionado no prédio da COPERSE, no Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2014).

Fonte: DZIEKANIAK, 2014.



Figura 8 - Fotografia do acervo arquivístico de Judith Cortesão acondicionado no prédio da COPERSE, no Campus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS (2014).

Fonte: DZIEKANIAK, 2014.

Cabe ressaltar que a Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão não se constitui exclusivamente pelo acervo da professora Judith Cortesão. Enquanto inserida no Projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente, recebe publicações editadas e distribuídas por esse Ministério, além de, como Biblioteca Setorial do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, ser depositária das teses e dissertações defendidas no âmbito desse programa e incluir no seu acervo obras sobre a temática ambiental adquiridas pelo Sistema de Bibliotecas da FURG.

Além de um espaço memorial que busca a permanência da trajetória dessa personagem, a Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão tem, também, o objetivo de ser um “espaço de articulação e implementação de ações ambientais entre a universidade, a escola e a comunidade” (FURG..., 2005, p. 13), buscando, assim como no projeto da Casa dos Povos Judith Cortesão, uma consonância entre as ações desenvolvidas pela instituição de custódia e aquelas engendradas pela professora Judith Cortesão ao longo de sua trajetória.

Nessa segunda ação empreendida no sentido de institucionalizar o acervo da professora Judith Cortesão, se tem, novamente, a atuação de dois sujeitos que não são pertencentes ao seu círculo familiar. No entanto, nesse caso, trata-se da criação de um espaço memorial e de ação ambiental criado no âmbito de uma estrutura institucional maior, a FURG, e talvez esteja aqui o ponto chave para que este projeto tenha se efetivado, em contrapartida ao insucesso do primeiro projeto, já que, estando inserida em uma instituição já consolidada, a Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão pôde se valer dos recursos estruturais e humanos, necessários não só a sua concretização, mas também a sua manutenção, concedidos pela FURG.

Entretanto, considerando, conforme Duarte (2013), que a disponibilização de acervos pessoais a partir de sua institucionalização é a principal forma de garantir o acesso a esses documentos, que de outra forma estariam confinados ao âmbito particular dos titulares e seus familiares, e, considerando, ainda, que o papel primordial de uma instituição de custódia é proteger esses documentos e prover à sociedade o acesso irrestrito a eles, cabe aqui o questionamento do papel exercido pela Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, e de forma mais ampla, pela FURG, enquanto custodiadoras do acervo pessoal da professora Judith Cortesão, já que disponibilizam apenas a sua parte bibliográfica, enquanto que o arquivo pessoal, propriamente dito, até a presente data, não recebeu o tratamento necessário e tampouco se encontra disponível ao acesso público.

Além disso, segundo Conway (2001), preservação e acesso são atividades que se entrelaçam. De acordo com o autor, a ação de preservação, além de incluir a organização e tratamento para a conservação do acervo, compreende, necessariamente, a possibilidade de acesso e utilização desses materiais.

Nesse sentido, questiona-se, também, se o fato da não disponibilização desse acervo ao acesso público, o que impede, dessa forma, que sejam desenvolvidos trabalhos e pesquisas relacionados tanto ao acervo em si, quanto à sua titular, não estaria levando a uma obliteração da memória da personagem Judith Cortesão, uma vez que o ponto fundamental para a perpetuação de uma memória está na sua transmissão.

4. A TRAJETÓRIA DE JUDITH CORTESÃO: DOCUMENTOS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS

Maria Judith Zuzarte Cortesão, portuguesa radicada no Brasil, foi uma pesquisadora e educadora que desenvolveu importantes ações relacionadas à temática ambiental no Brasil. Morou na cidade do Rio Grande (RS) entre os anos de 1994 e 2002, período em que atuou como docente no curso de Mestrado em Educação Ambiental da FURG. Seu arquivo pessoal, hoje sob custódia da Universidade, guarda diversos documentos relativos à sua história de vida e às diversas ações e projetos que desenvolveu, permanecendo inexplorado até o momento.

Durante a realização desta pesquisa de mestrado foram poucas as fontes encontradas sobre a trajetória de Judith Cortesão e, além disso, as informações eram bastante dispersas e pontuais. Fato esse que ensejou a elaboração deste estudo, que busca construir uma das muitas narrativas possíveis acerca da trajetória de vida da personagem Judith Cortesão, a partir das informações obtidas através das pesquisas realizadas no seu arquivo pessoal e no seu contexto de atuação.

Ainda que existam muitas lacunas e que esta pesquisa não se pretenda exaustiva e tendo, ainda, ciência de suas limitações e incompletudes, através das informações contidas nesses documentos e nos depoimentos colhidos através das entrevistas realizadas com ex-alunos e amigos de Judith Cortesão, foi possível elencar alguns projetos, atividades e ações engendradas pela professora durante o período em que residiu na cidade de Rio Grande e atuou como docente na FURG, informações estas que serão narradas neste capítulo.

Não se trata aqui de escrever a biografia da professora Judith Cortesão, nem tampouco traçar a história da Educação Ambiental no Brasil ou na cidade de Rio Grande, mas sim de trazer fatos e informações, que foram possíveis de serem coletados durante esses dois anos de pesquisa, com o intuito de construir uma narrativa em torno da sua trajetória de vida.

Desse modo, é necessário fazer uma distinção entre esses dois conceitos: trajetória de vida e biografia. Para tanto, nos valem do pensamento de Born (2001, p. 241), que define a trajetória de vida “como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa”, sendo, normalmente, “determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao

longo de uma vida”, enquanto que a biografia “trata da interpretação subjetiva da trajetória da própria vida de uma pessoa. A biografia não apenas inclui o local dos acontecimentos, mas também a sua opinião, os motivos, planos para o futuro, assim como a percepção/interpretação do passado” (BORN, 2001, p. 243). Dessa forma, conforme Azevedo (2000, p. 134, citando Penna) enquanto a trajetória de vida estaria “centrada na individualidade do ser”, a biografia, por sua vez estaria situada “na confluência desta com a do ser social, isto é, aquele que combina uma dupla condição: a do indivíduo e a do cidadão”.

Sendo assim, de acordo Gonçalves e Lisboa (2006), a trajetória de vida é também denominada de “transcurso”, pois “analisa mudanças sociais, passagens de status, de situação econômica, de atividades profissionais, utilizam-se datas significativas, períodos, números, enfim aspectos quantitativos e qualitativos estão relacionados na mesma abordagem”, possuindo, dessa forma, “relação direta com a seqüência [sic] cronológica da vida dos indivíduos” (GONÇALVES; LISBOA, 2006, p. 5). É considerada, segundo as autoras, como parte de uma História de Vida e de uma Biografia, podendo estar relacionada a determinados percursos, ciclos ou etapas da vida do indivíduo, como por exemplo, trajetória ocupacional, trajetória política, trajetória artística, trajetória literária, etc.

Neste ponto, é necessário levar em consideração, também, a crítica feita por Bourdieu (2006) em relação à “ilusão biográfica”, já apresentada em capítulo anterior, que chama a atenção para o fato da impossibilidade de se biografar um indivíduo em sua totalidade, já que a narrativa da trajetória de um indivíduo é baseada em representações que se faz sobre o sujeito a partir da interpretação das fontes disponíveis.

Desse modo, salientamos que a narrativa apresentada neste capítulo, a respeito da trajetória de vida da professora Judith Cortesão, constitui-se em apenas uma dentre as várias narrativas possíveis, na qual se buscou dar ênfase, principalmente, à sua trajetória acadêmica e ao período no qual atuou como docente na FURG. No entanto, para tentarmos compreender seu pensamento e suas ações, julgou-se necessário relatar um pouco de sua vida, sua vinda para o Brasil e alguns dos caminhos que percorreu, antes de sua chegada à cidade do Rio Grande.

Conforme as discussões apresentadas nos capítulos anteriores, as trajetórias de vida de professores e pesquisadores constituem parte importante da história da educação e da ciência, já que são eles os principais responsáveis pelo “fazer”, tanto

na ciência quando na educação. Dessa forma, traçar a trajetória desses personagens é, também, uma forma de contribuir com a preservação da memória e da história do desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento. A relevância da construção dessas trajetórias é evidenciada pelas ações que os órgãos de fomento à ciência vêm empreendendo, no Brasil, no sentido incentivar trabalhos de pesquisa destinados a essa temática.

Tratando especificamente da trajetória da mulher na ciência, o CNPq lançou, em 2013, a primeira edição do projeto “Pioneiras das Ciências no Brasil”⁴⁹, com o objetivo principal de divulgar as histórias das mulheres pesquisadoras que contribuíram, de forma relevante, para o avanço do conhecimento científico e para a formação de recursos humanos para a ciência e tecnologia no Brasil, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Atribuindo visibilidade às mulheres e às suas contribuições para determinada área do conhecimento, o projeto visa, dessa forma, preservar e disseminar a história e a memória dessas pesquisadoras e cientistas, já que, muitas vezes, as participações femininas foram menos reconhecidas em função das relações de gênero (BRASIL, 2016). O projeto é realizado no âmbito do “Programa Mulher e Ciência”, do qual o CNPq faz parte, juntamente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Ministério da Educação, e sua primeira edição teve como base o livro de Hildete Pereira de Melo e Lúgia Rodrigues, publicado em 2006 pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), intitulado “Pioneiras da Ciência no Brasil”⁵⁰, no qual as autoras disponibilizaram os resultados de suas pesquisas sobre as pioneiras nas ciências. A partir da segunda edição, a construção dos verbetes contou com a colaboração de autores da comunidade acadêmica, que tiveram estudos e pesquisas relacionados com a biografia e obra das cientistas e que enviaram suas contribuições ao CNPq através de e-mail, verbetes que foram selecionados levando em consideração a relevância da atuação dessas pesquisadoras. Em junho de 2016, foi lançada a sexta edição do projeto, que homenageou, até o momento, 79 pesquisadoras e cientistas, dentre as quais a professora Judith Cortesão é uma delas (BRASIL, 2016).

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia1>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

⁵⁰ O livro encontra-se disponível no site do CNPq: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/6c9d74dc-0ac8-4937-818d-e10d8828f261>>. Acesso em 13 jun. 2016.

No âmbito do Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) lançou, em 2015, o “Edital nº 13/2015 - Memórias Brasileiras: Biografias”, com o objetivo de “promover e fomentar a realização de pesquisas científicas que resultem em biografias (individuais ou coletivas) e/ou trajetórias de vida de pessoas ou grupos significativos para a compreensão da história do Brasil republicano”, sendo contempladas todas as áreas do conhecimento. (BRASIL, 2015).

Como dito anteriormente, as informações sobre a vida de Judith Cortesão são poucas e bastante esparsas, por isso, foi necessário lançar mão de diversas fontes de pesquisa, dentre as quais estão: documentos pertencentes ao seu acervo pessoal; entrevistas realizadas com ex-alunos e amigos da professora; livros e artigos de jornais e revistas; documentos pertencentes ao arquivo administrativo da FURG e ao arquivo do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA).

Os documentos pertencentes ao seu acervo pessoal trouxeram diversas informações a respeito de sua formação acadêmica, cargos e funções profissionais ocupadas ao longo de sua vida no Brasil, prêmios e distinções recebidos, manuscritos de livros e artigos que escreveu, planos de aulas ministradas e projetos desenvolvidos junto ao mestrado em Educação Ambiental da FURG, além de documentos de registro civil, como identidade, certidão de nascimento, e correspondências que puderam evidenciar a rede de relações que a professora mantinha.

No arquivo administrativo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da FURG obteve-se informações referentes ao período em que Judith exerceu a atividade de docência junto à FURG, bem como sua situação funcional. Enquanto que, a partir dos documentos do arquivo do PPGEA, foi possível identificar os alunos que cursaram a disciplina de Educação Ambiental Marinha, ministrada por Judith Cortesão, bem como aqueles que, durante o curso de Mestrado em Educação Ambiental foram orientados pela professora, para que, dessa forma, pudessem ser contactados para a realização das entrevistas.

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo recolher informações e impressões sobre a personagem Judith Cortesão, a partir das memórias narradas pelos seus ex-alunos e amigos ao falarem sobre ela. Por essa razão, buscou-se entrevistar pessoas que tiveram um convívio próximo da professora, para que,

assim, pudessem relatar fatos e momentos relativos à sua trajetória de vida e acadêmica, bem como sobre a atuação docente e sua linha de pensamento.

Para melhor caracterizar os entrevistados, bem como suas relações com a professora Judith Cortesão, essas informações foram sistematizadas em um quadro (APÊNDICE A), baseado no trabalho de Nery (2015), no qual descrevemos os dados dos entrevistados e seu vínculo com a professora. As entrevistas tiveram caráter semiestruturado e ocorreram em lugares diversos, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Utilizou-se um roteiro (APÊNDICE B) com questões mais pontuais, o qual serviu apenas como um guia para a condução da entrevista, deixando que o entrevistado expusesse suas recordações de forma mais natural e espontânea possível. No momento da entrevista, também, foram apresentadas algumas fotografias da professora Judith, a fim de estimular as lembranças dos entrevistados.

É necessário destacar, entretanto, o caráter subjetivo da memória e sua relação com a narrativa. Conforme Michael Pollak (1992) e Jacques Le Goff (2003), a memória é um processo de construção, no qual o indivíduo além de realizar uma operação de organização dos vestígios memoriais, também, executa uma releitura desses vestígios, a partir do tempo presente. Esse processo de construção e reconstrução, inclui lembranças, rememorações, mas também esquecimentos, silêncios e exclusões.

Segundo Thomson (1997, p. 57), a memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação de experiências relembradas”. De acordo com o autor, “nós compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente” (THOMSON, 1997, p. 56) e nesse processo de composição, narramos aquilo que queremos que a coletividade saiba, selecionando, consciente ou inconscientemente, o que deve ser exposto ou silenciado, a partir da representação que desejamos que essa coletividade tenha sobre nós e que queremos que faça parte de nossa memória. Há, portanto, como salienta Candau (2012), uma diferença entre as lembranças propriamente ditas e o processo de verbalização dessas lembranças, que podem ser múltiplos, de acordo com o contexto de rememoração. Dessa maneira, Suely Kofes (2001), analisando as ideias de Turner, ressalta a dificuldade de estabelecer tanto uma correspondência quanto uma distinção

entre uma vida como é vivida (o que atualmente acontece), uma vida como experiência (imagens, sentimentos, emoções, desejos, pensamentos e significações conhecidas pelas pessoas que as vivenciaram) e uma vida como contada (narrativa, influenciada pelas convenções culturais do contar, pela audiência e pelo contexto social) (KOFES, 2001, p. 153-154).

Nesse contexto, Thomson (1997) destaca a relação entre memória e identidade e como uma é influenciada pela outra, na medida em que construímos nossa identidade a partir de nossas memórias e das histórias que contamos para as outras pessoas sobre nós mesmos, da mesma forma que nossas reminiscências são moldadas por nossa identidade e aspirações do presente, sendo também modificadas a partir das alterações que sofre nossa identidade pessoal com o passar do tempo.

Dessa forma, a composição de lembranças que escolhemos relatar ou silenciar não é estática, mas, ao contrário, está em constante mutação, a partir das construções memoriais-identitárias e dos papéis sociais que desempenhamos ao longo do tempo (POLLAK, 1992; THOMSON, 1997).

Partindo desse ponto de vista, cabe destacar que os relatos colhidos para o desenvolvimento dessa pesquisa, não fogem a esse complexo contexto memorial e, por isso, encontram-se permeados por subjetividades, esquecimentos, silêncios e manipulações, conscientes ou não, já que, ao tecer narrativas a respeito da história de vida de um sujeito, o narrador está, da mesma forma, construindo, a partir das suas interpretações e da relação estabelecida com essa pessoa, a representação que se quer transmitir a respeito desse indivíduo.

Esses aspectos são ainda mais observados quando existe uma relação de afetividade entre o narrador e o personagem que será o centro da narração. Uma das questões levadas em consideração para a seleção dos entrevistados para este trabalho foi a sua convivência com Judith Cortesão, pois a intenção era, justamente, que os entrevistados fossem pessoas que tiveram alguma proximidade com a professora para que, assim, pudessem contribuir com informações que auxiliassem na reconstrução de sua trajetória. Conforme observa Nery (2015, p. 50), “quando falamos dos amigos e familiares, tendemos a omitir os aspectos negativos dessas pessoas, principalmente quando há o sentimento de saudade ou de afeto”.

Além dos aspectos mencionados, Candau (2012) destaca, ainda, que a morte também é um fator que pode influenciar as narrativas, já que a memória em relação a indivíduos já falecidos, pode envolver diversas “características de *Exemplum*”

(CANDAU, 2012, p. 143), implicando em idealizações que, muitas vezes, transcendem as qualidades pessoais do defunto ou mascaram características vistas como defeitos.

Nesse sentido, tanto o fato de os entrevistados possuírem uma relação de afetividade com Judith Cortesão, quanto o falecimento da professora, há quase dez anos, bem como os papéis sociais desempenhados pelos entrevistados, hoje e na época em que com ela conviveram, afetaram, necessariamente, as representações sobre a professora relatadas durante as entrevistas.

Entretanto, isso não se constitui em um motivo para a não validação dessas fontes, já que essas narrativas são igualmente importantes no processo de reconstrução de uma trajetória de vida. Aliás, conforme constata Thomson (1997, p. 54), “toda história de vida entrelaça de modo inseparável provas objetivas e subjetivas, cujos valores, embora diferentes, têm o mesmo peso”. Além disso, toda reconstrução biográfica constitui-se, por si só, em uma interpretação subjetiva de experiências individuais (BORN, 2001).

A partir dessas considerações, pretende-se, nesse capítulo, construir uma narrativa da trajetória de vida de Maria Judith Zuzarte Cortesão, através do cruzamento de informações de fontes orais e documentais, buscando, sempre que possível, o seu entrelaçamento.

Em seu conjunto documental não foram identificados documentos que remontem à sua vida em Portugal ou à sua partida para o Brasil. Segundo os relatos colhidos nas entrevistas realizadas com ex-alunos, amigos e colegas de Judith Cortesão, muitos deles narraram que essa era uma parte de sua vida da qual a professora não gostava de comentar. Sobre esse fato destacamos o relato da ex-aluna, Adriane Lobo Costa:

Desde de criança ela fugiu com pai dela, pelos Alpes, da ditadura portuguesa e foi cair na França e foi presa na época da juventude, isso tudo são coisas que ela não falava, talvez as pessoas que conviveram com ela, viveram anos com ela nem saibam as coisas que ela fez, assim... [...] Esse viés dela era uma questão que ela segurava muito, sabe? Por tudo que ela passou, ela passou muita dificuldade na vida por conta disso, pela luta contra os “faxismos”, como ela falava... [risos, lembrando o sotaque português de Judith] (informação verbal)⁵¹

Tendo em vista a seletividade e a subjetividade presentes no processo de constituição de arquivos pessoais, discutidas no capítulo anterior, poderíamos presumir que a ausência de documentos que se refiram a esse período se dá

⁵¹ Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

justamente pelo fato de remontarem a lembranças dolorosas e traumáticas, envolvendo períodos de prisão, exílio e, até mesmo, tortura e, por esse motivo, supostamente, não teriam sido armazenadas pela titular do acervo. Outra hipótese seria o fato de a professora ter morado em diversos países e, também, em vários estados do Brasil, e que essas inúmeras mudanças, algumas delas sendo, inclusive, realizadas em caráter de fuga, como veremos a seguir, podem ter influenciado no processo de acumulação de seus papéis pessoais.

Dessa forma, o pouco que foi possível conhecer sobre sua vida na Europa, sua saída de Portugal como exilada política e seus primeiros anos de permanência no Brasil se deu através, principalmente, de três obras dedicadas à vida e à memória de seu esposo, Sr. Agostinho da Silva, quais sejam: “O estranhíssimo colosso: uma biografia de Agostinho da Silva”, escrita por António Cândido Franco; “*In memoriam* de Agostinho da Silva: 100 anos, 150 nomes”, organizada por Renato Epifânio, Romana Valente Pinho e Amon Pinho Davi (ambas editadas em Portugal); e “Presença de Agostinho da Silva no Brasil”, organizada por Amândio Silva e Pedro Agostinho e editada pela Casa de Rui Barbosa. Outra obra que traz relatos importantes sobre o período em que viveu em Portugal é o livro “13 cartas do cativo e do exílio (1940)”, que reúne as cartas escritas por seu pai, Jaime Cortesão, e enviadas ao amigo Câmara Reis ao longo do ano de 1940, de diferentes lugares e situações: durante o exílio na França, enquanto esteve detido nas prisões de Peniche e Aljube, quando do seu retorno a Portugal, e a bordo do navio Angola a caminho do exílio no Brasil.

Sendo assim, cabe ressaltar que, por se tratarem de obras biográficas de seu esposo, Agostinho da Silva, e de seu pai, Jaime Cortesão, as fontes utilizadas para narrar a trajetória de Judith, nos períodos que se referem tanto à sua partida de Portugal, quanto às primeiras décadas de sua permanência no Brasil, têm seu foco direcionado, principalmente, às ações desenvolvidas por estes homens e não diretamente por ela. Dessa forma, duas observações fazem-se necessárias a esse respeito: a primeira é que essa circunstância justifica o fato de muitas das citações utilizadas neste trabalho para narrar os caminhos percorridos por Judith, não se referirem propriamente às suas ações; e a segunda, é que por essa razão, não foi possível estabelecer as atividades desenvolvidas pela professora, durante o período mencionado, pois nessas fontes, ela é apenas coadjuvante.

4.1 A resistência ao regime ditatorial português e o exílio no Brasil

Maria Judith Zuzarte Cortesão (Figura 9) nasceu em 30 de dezembro de 1914, na cidade do Porto, em Portugal, filha do renomado médico, escritor, político e historiador português Jaime Zuzarte Cortesão e de Carolina Ferreira Cortesão (Figura 10). Tinha dois irmãos: uma irmã mais velha, Maria da Saudade Cortesão Mendes (Figura 11 e 12), nascida em 1913, poeta e tradutora de obras estrangeiras para língua portuguesa, tendo recebido, inclusive, o Prêmio Fábio Prado de Poesia, pelo seu primeiro livro “Dançado Destino”, casada com o brasileiro, também poeta, Murilo Mendes e falecida em 25 de novembro de 2010, aos 97 anos de idade, em Lisboa, Portugal (OBITUÁRIO..., 2010); e um irmão mais novo, o médico António Augusto Zuzarte Cortesão (Figura 11 e 13), nascido em 29 de janeiro de 1916 e falecido no ano de 1995, casado com Maria Irene Coelho Cortesão Abreu, também possuidor da veia literária inerente à família Cortesão, tendo publicado um livro de contos intitulado “A cinco vozes” e traduzido alguns outros.



Figura 9 - Fotografia de Judith Cortesão na Estação Ecológica do Taim (1994-1995).
Fonte: Álbum de fotografias pertencente ao acervo da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

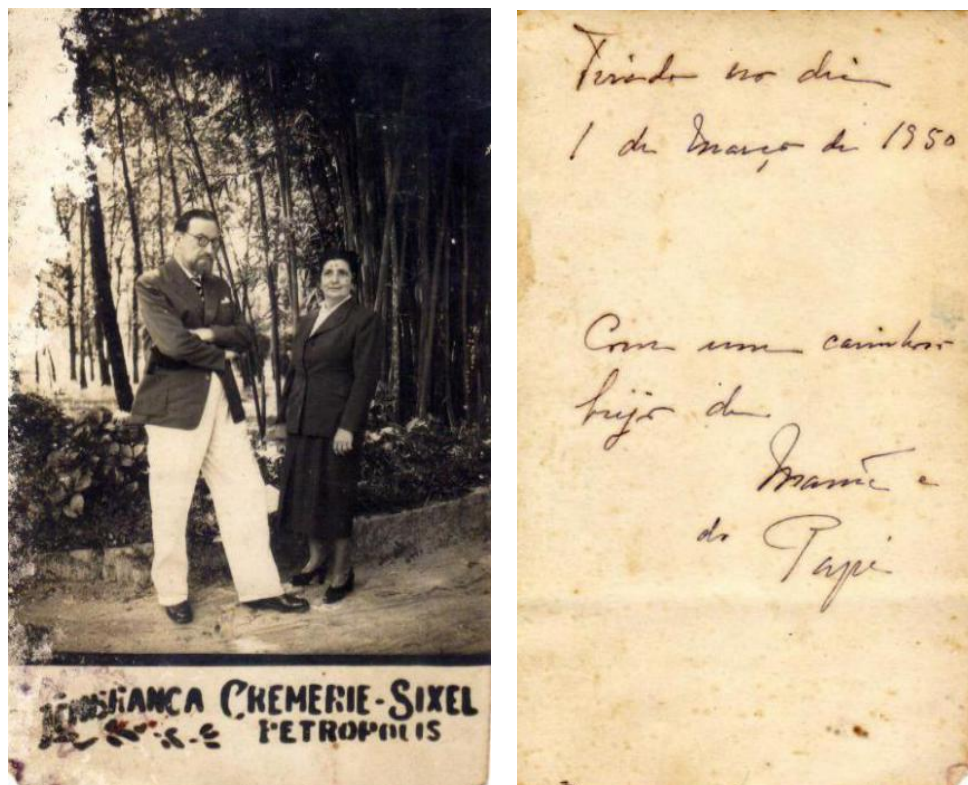


Figura 10 - Fotografia de Jaime Cortesão e Carolina Ferreira Cortesão, com dedicatória no verso (01/03/1950).

Fonte: acervo Judith Cortesão.



Figura 11 - Imagem de Maria Judith Zuzarte Cortesão, com seus irmãos: Antônio Augusto Zuzarte Cortesão e Maria da Saudade Zuzarte Cortesão (sem data).

Fonte: Página que apresenta a árvore genealógica de Judith Cortesão, imagem postada por Luísa Cortesão⁵².

⁵² Disponível em:

<https://www.geni.com/photo/view/6000000002990903738?album_type=photos_of_me&photo_id=600000008343430230&position=0>. Acesso em: 15 abr. 2016.



Figura 12 - Fotografia de Judith Cortesão, com o pai Jaime Cortesão, a mãe Carolina Ferreira Cortesão e a irmã, Maria da Saudade Cortesão Mendes, em Sevilha, Espanha (sem data).
Fonte: LOPES, [19--].



Figura 13 - Fotografia dos pais de Judith Cortesão, Carolina Ferreira Cortesão e Jaime Cortesão, e seu irmão António Augusto Zuzarte Cortesão, no Estoril, Portugal. (25/06/1956).
Fonte: LOPES, [19--].

Ao longo de sua vida, Judith morou em diversos países, em virtude das perseguições sofridas por ela e sua família durante o período ditatorial de Portugal.

Seu pai, Jaime Cortesão, era militante político, simpatizante de ideias anarquistas e libertárias e defensor do republicanismo democrático, sendo eleito deputado, em 1915, pelo Partido Democrata. Exerceu seu mandato até o ano de 1917, quando partiu para a França como médico voluntário do Corpo Expedicionário Português, durante a Primeira Guerra Mundial. De volta a Portugal, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1919, cargo que ocupou até 1927, quando foi demitido em razão de sua participação na Junta Revolucionária de 03 de fevereiro de 1927 (FRANCHETTI, 2003; TRAVESSA, [200-]). Conforme Costa (1990) e Cameira (2009), a revolta tinha o objetivo de pôr fim à Ditadura Militar, instaurada em Portugal a partir do golpe de 28 de maio de 1926⁵³, e restaurar a República democrática e parlamentar, nos termos da Constituição de 1911, tendo início no dia 03 de fevereiro, na cidade do Porto, e no dia 07 em Lisboa. Estiveram à frente da revolta tanto militares quanto personalidades civis do meio cultural, dentre os quais estava Jaime Cortesão. Após sangrentos combates, a revolta foi dominada pelas forças governamentais e os mais destacados chefes do levantamento foram presos e muitos fugiram para outros países, sobretudo para a Espanha e França.

Em razão de sua participação na revolta de fevereiro de 1927 e com o insucesso do movimento, teve início o longo período de exílio de Jaime Cortesão. Em 1927 transfere-se com a família para França, de onde continua sua luta contra o regime ditatorial português, participando ativamente da “Liga de defesa da República” ou “Liga de Paris”, que consistia em um grupo de refugiados políticos portugueses, residentes à França, que se organizaram no sentido de congregar em

⁵³ O golpe de 28 de maio de 1926, também conhecido como Revolução Nacional, foi um levante militar que retirou o poder dos partidos republicanos portugueses e foi o primeiro passo para a instalação do regime Estado Novo (1933-1974). O período da Primeira República Portuguesa (1910-1926), que precedeu esta revolução, foi marcado por uma constante instabilidade, repleto de agitação social e de ameaças de golpe, problemas que se intensificaram com as sérias dificuldades financeiras, agravadas com a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Nesse cenário, no dia 28 de maio de 1926, eclodiu a revolução, chefiada pelo general Manuel de Oliveira Gomes da Costa e pelo comandante José Mendes Cabeçadas Júnior. Com o golpe, o então Presidente da República, Bernardino Machado, foi deposto e formou-se um governo provisório chefiado, inicialmente, por Cabeçadas. A partir desse golpe, começa o período denominado como Ditadura Militar, que suspende a Constituição de 1911, dissolve o Parlamento e estabelece a censura, perdurando até o ano de 1928, quando deu lugar à Ditadura Nacional, com a eleição Óscar Carmona para Presidente da República e a nomeação de António de Oliveira Salazar para o cargo de ministro das finanças (AZEVEDO, 2014; GRANDE... c2005).

uma frente única todos os republicanos em oposição à Ditadura, independente de seus partidos políticos (COSTA, 1990).

Em 1931, com a vitória dos republicanos e a proclamação da República na Espanha, Cortesão muda-se para a capital espanhola, onde reside entre os anos de 1931 a 1939 (FRANCHETTI, 2003; TRAVESSA, [200-]).

Com a mudança de Jaime Cortesão para a Espanha em 1931, não se sabe se Judith acompanha o pai ou se permanece na França para dar continuidade aos seus estudos. Sabe-se, entretanto, segundo duas cartas suas endereçadas a Manuel Mendes⁵⁴, que entre os anos de 1935 e 1936, Judith residia na cidade de Lisboa e era aluna da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa.

Há indícios, no entanto, que Judith já estivesse morando em Lisboa no ano anterior, em 1934, pois, conforme consta em sua certidão de nascimento, ela foi emancipada por seu pai em oito de junho de 1934, aos 19 anos de idade⁵⁵, provavelmente para que pudesse votar no sufrágio realizado em Portugal, em 16 de dezembro de 1934, que elegeu os deputados que iriam constituir a primeira legislatura da Assembleia Nacional do Estado Novo⁵⁶, já que somente tinham direito a voto cidadãos maiores de 21 anos ou emancipados⁵⁷ (O ESTADO, [20--]).

⁵⁴ Cartas de Judith Cortesão endereçadas a Manuel Mendes, em 11 de novembro de 1935, na qual Judith comunica-lhe que tem um livro para lhe entregar, da parte de seu pai, Jaime Cortesão, e também pede-lhe dinheiro emprestado; e em 27 de março de 1936, na qual Judith solicita-lhe urgentemente um encontro para lhe falar sobre uma carta recebida de seu pai. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=%22Judite+Cortes%C3%A3o%22>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁵⁵ Certidão de nascimento de Maria Judith Zuzarte Cortesão, que faz parte de seu acervo pessoal, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da FURG, localizada no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande, em Rio Grande, RS.

⁵⁶ Denominou-se Estado Novo o regime ditatorial instituído em Portugal, em 1933, por António Salazar, que sucedeu a Ditadura Militar (1926-1928) e a Ditadura Nacional (1928-1933). António Salazar foi nomeado ministro das finanças em 1928, durante o governo de Óscar Carmona. Em razão do êxito que obteve na restauração do crédito financeiro nacional, passou, em 1932, a presidente do Conselho de Ministros, o que lhe proporcionou poder para promulgar, em 1933, uma nova constituição que instaurou o Estado Novo, regime autoritário, nacionalista e corporativista, que assumiu uma postura anti-partidária, relegando à ilegalidade os partidos e associações políticas que se opunham ao regime e oficializando um partido político único, designado União Nacional. Também configurou-se como anti-parlamentar, pois embora tenha promovido, a partir das eleições em 1934, a reabertura da Assembleia Nacional, dissolvida pelo golpe de 1926, todos os lugares da assembleia eram ocupados por partidários do governo. Além disso, foi criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), com a função de repressão aos opositores do regime. O Estado Novo perdurou por 41 anos, destes, 35 foram sob a liderança de António Salazar, que após sofrer um derrame cerebral, em 1968, foi substituído por Marcelo Caetano, deposto em 25 de abril de 1974 pelo golpe militar que ficou conhecido como Revolução do Cravos. (ANGELO, 2009; O ESTADO..., [20--]; GRANDE..., c2005).

⁵⁷ Além disso, as mulheres só poderiam votar se fossem também possuidoras de curso especial, secundário ou superior (O ESTADO..., [20--]).

Tendo seguido os passos do pai, Judith Cortesão e seus irmãos também eram militantes ativos dos movimentos em oposição ao regime ditatorial português e, por isso, acabaram sendo presos em diversas ocasiões. Judith foi presa pela primeira vez em Lisboa, em 31 de março de 1936, aos 21 anos de idade, por “motivo político”, como consta em sua ficha prisional (CORTESÃO, 1987, p. 98), por estar envolvida em manifestações contrárias ao regime. Depois de transferida para o Hospital de Arroios, em Lisboa, onde estava internada como presa, Judith fugiu do referido hospital em 25 de junho do mesmo ano, para tanto, conforme Franco (2015, p. 361) “atirou-se duma janela para um carroção de palha que passava”.

Antes disso, em 16 de fevereiro de 1935, seu irmão, António Augusto, ainda estudante de medicina, também havia sido preso em Portugal, por “escrever nas paredes dos prédios matéria subversiva”, sendo liberado em 24 de abril do mesmo ano, após pagar multa e perder seus direitos políticos por 5 anos. Já médico, foi preso novamente em 21 de junho de 1958, “para averiguações por crime contra a segurança do Estado” sendo liberto em 31 de julho do mesmo ano⁵⁸.

Após a sua fuga, Judith junta-se aos seus pais na Espanha, onde participa das mobilizações da Guerra Civil Espanhola, atuando também como enfermeira durante o conflito. Durante a guerra, o edifício em que vive a família Cortesão é bombardeado e Judith é ferida no braço. Permanecem na Espanha até o ano de 1939, quando Francisco Franco derrota as tropas republicanas e assume o poder do país. Com a instauração do regime ditatorial na Espanha, a família transfere-se para a França, atravessando os Pirineus a pé. (FRANCO, 2015; MATRIARCA..., 2011).

Permanecem em Biarritz, no sudoeste da França, até o ano seguinte quando, diante da ocupação da França pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, em junho de 1940, e tendo acreditado na pretensa anistia concedida pelo governo português, através da promulgação do Decreto-Lei n. 30.484, de 1º de junho de 1940 (PORTUGAL, 1940), Judith Cortesão, seu pai, sua mãe e um pequeno grupo de refugiados⁵⁹ regressaram a Portugal atravessando a Espanha por via férrea. Entraram em Portugal pela fronteira de Vilar Formoso, na noite de 27 de junho de 1940, onde foram detidos pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

⁵⁸ Informações obtidas a partir da ficha prisional de António Augusto Zuzarte Cortesão pertencente ao fundo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Registo Geral de Presos, livro 2, registo n.º 381, que se encontra no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal.

⁵⁹ Entre os refugiados estavam: Bernardino Machado e seu filho, Francisco Xavier da Cunha Aragão, Álvaro Poppe, Júlio César de Almeida, Ernesto Álvaro Poppe e familiares. (CORTESÃO, 1987, p. 86).

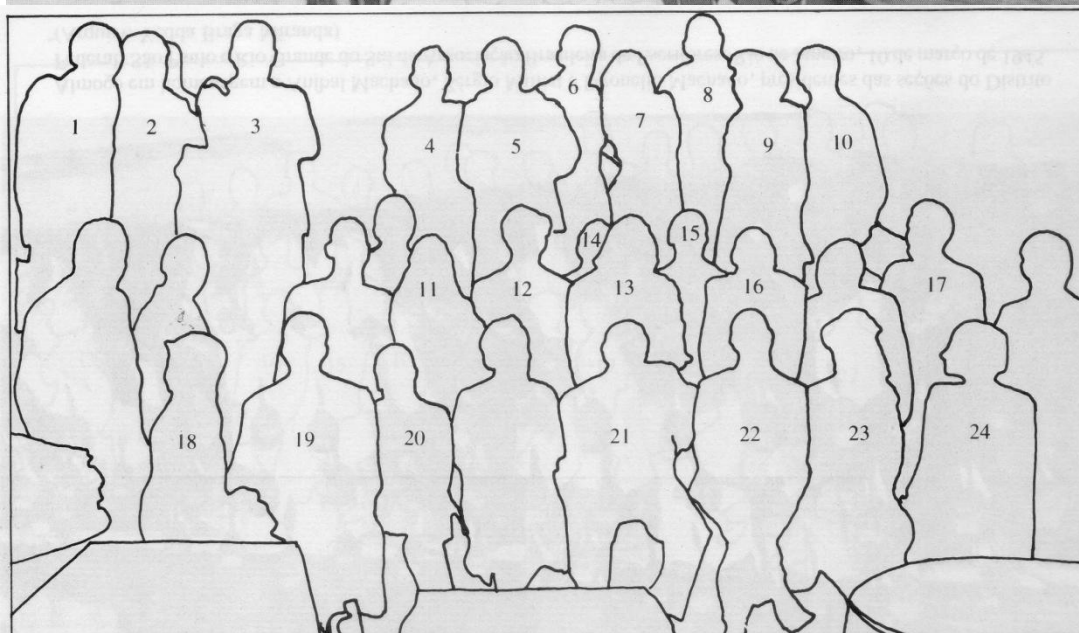
Jaime e Judith Cortesão (a única mulher do grupo a ser presa), juntamente com mais três exilados são levados para Lisboa sob prisão. Chegando a Lisboa, no dia 29 de junho, Jaime Cortesão é encaminhado para a prisão de Aljube, enquanto que Judith é enviada para a 7ª Esquadra e, logo depois, transferida para o presídio feminino Cadeia das Mónicas. Pai e filha são banidos do país em 13 de setembro de 1940, quando lhes é dado o prazo de 30 dias para que se retirassem do território nacional, sendo ambos libertados no dia 19 de outubro do mesmo ano. No dia seguinte a sua soltura, Judith Cortesão e seus pais, Jaime e Carolina Cortesão, embarcam a bordo do navio Angola, no cais do Porto de Lisboa com destino ao Brasil. Sua irmã, Maria da Saudade Cortesão, partiria para o Brasil poucos meses depois, em 1941, onde em 1947, viria a se casar com o poeta brasileiro Murilo Mendes (CORTESÃO, 1987).

Pelo que se pôde averiguar através das pesquisas realizadas, seu irmão, António Augusto, não acompanhou a família no exílio no Brasil, já que a única referência encontrada em relação a sua estada no Brasil é uma fotografia sua com o pai, Jaime Cortesão, e o cunhado, Murilo Mendes, em 1954, durante a Exposição Histórica das Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo (LOPES, [19--]). Além disso, seu nome também não consta nos cartões de emigração para o Brasil até o ano de 1965⁶⁰, o que leva a crer que António Augusto esteve no Brasil, apenas visitando a família.

4.2 O Brasil e Agostinho da Silva

No Brasil, Jaime Cortesão dedicou-se aos estudos sobre a História de Portugal, com enfoque principalmente nos descobrimentos portugueses. Contribuiu com inúmeros periódicos, além de realizar diversas conferências e ministrar cursos em universidades brasileiras (TRAVERSA, [200-]), o que levou a família Cortesão a conviver com importantes intelectuais e artistas brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Carlos Scliar, Lasar Segall, Darcy Ribeiro entre diversas outras personalidades (Figura 14).

⁶⁰ Informação fornecida pelo professor português João Esteves, responsável pelo *blog* “Silêncios e Memórias”, no qual divulga os dados das pesquisas realizadas por ele no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Em contato realizado por e-mail, o professor João Esteves, nos informou que durante suas pesquisas no referido arquivo, não encontrou registro dele nos cartões de emigração para o Brasil até 1965 e, por isso, acredita que o António Augusto tenha permanecido em Portugal.



1) Carlos Scliar, 2) Rubem Navarra, 3) Athon Bulcão, 4) Ruy Santos, 5) Augusto Rodrigues, 6) Moacir Werneck de Castro, 7) Patrícia Galvão, 8) Paulo Emílio Salles Gomes, 9) Nora Segall, 10) Otávio Dias Leite, 11) Judith Cortesão, 12) Arpad Szenes, 13) Sílvia Chalhó, 14) Clóvis Ramalhe, 15) Quirino Campofiorito, 16) Jenny Klabin Segall, 17) E. Stein, 18) Maria da Saudade Cortesão, 19) Eros Martim Gonçalves, 20) Oscar Klabin Segall, 21) Lasar Segall, 22) Murilo Miranda, 23) Yedda Braga Miranda, 24) Maria Helena Vieira da Silva.

Figura 14 - Fotografia de jantar em homenagem a Lasar Segall, Rio de Janeiro (maio de 1943).

Fonte: ANDRADE, 1981.

Daniel Prado, durante entrevista realizada, ao relembrar algumas histórias contadas por Judith Cortesão, recorda o fato de que “Ela secretariava as reuniões do pai dela com o Sérgio Buarque de Holanda [...] Ela me dizia uma vez que ela

brincava com o Chico Buarque ‘pequenininho’, nas pernas dela, [...] brincando de cavalinho... [risos] Foi nesse meio cultural que ela conviveu...” (informação verbal)⁶¹.

Ao que tudo indica, foi nesse círculo de intelectuais que Judith Cortesão conheceu Agostinho da Silva, com quem viveu por cerca de 15 anos e veio a ter seis filhos.

George Agostinho Baptista da Silva foi um renomado filósofo, filólogo, poeta e professor português, nascido em 1906, na cidade do Porto, em Portugal, e radicado no Brasil em razão das perseguições políticas do regime salazarista. Desembarcou no Brasil em novembro de 1944 e, nos meses seguintes à sua chegada, ficou instalado na cidade do Rio de Janeiro, partindo para São Paulo entre o final de 1944 e início de 1945 (FRANCO, 2015, p. 350).

Conforme Franco (2015), não há registro específico sobre o encontro de Agostinho e Judith mas, segundo depoimento de Dora Ferreira da Silva⁶², acredita-se que tenha ocorrido pouco tempo após a sua chegada ao Brasil, durante o ano de 1945: “Vicente e eu conhecemos Agostinho da Silva em 1945. Ele chegara a pouco tempo a São Paulo, foragido político do salazarismo. [...] Quando encontramos o Agostinho, foi um momento perfeito. Logo depois apareceu Judith Cortesão”. (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 131-132).

Em agosto de 1945, Agostinho muda-se para Buenos Aires, na Argentina, e no início de 1946, transfere-se para o Uruguai, morando nas cidades de Santa Lucía (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 373) e de Canelones, próxima a Montevideu (FRANCO, 2015, p. 374). Não foi possível determinar se Judith deixou o Brasil juntamente com Agostinho, acompanhando-o na sua transferência para Buenos Aires ou se a ida de Judith ocorreu depois. Sabe-se, no entanto, que Judith acompanhava Agostinho no início de 1946, já que a primeira filha do casal, Carlota da Silva Cortesão, nasceu em novembro desse mesmo ano, no Uruguai (FRANCO, 2015, p. 375).

Agostinho da Silva era casado, em Portugal, com sua prima Berta David, com quem possuía dois filhos, Pedro Manuel Agostinho da Silva e Maria Gabriela Agostinho da Silva, que haviam permanecido em Lisboa quando de sua partida para o Brasil. Em 1947, Berta David foi ao encontro de Agostinho no Uruguai, onde ele

⁶¹ Entrevista de Daniel Porciuncula Prado, em 15 de janeiro de 2015, Rio Grande, RS.

⁶² Poetisa e tradutora, esposa do filósofo e escritor Vicente Ferreira da Silva, em cuja casa, situada na Rua José Clemente, em São Paulo, reunia-se o grupo de intelectuais que criou o Colégio Livre de Estudos Superiores.

vivia com Judith Cortesão e com quem já tinha uma filha, Carlota. Agostinho e Berta rompem o relacionamento (separam-se, mas não se divorciam) e Berta volta a Portugal levando a filha mais nova do casal, Maria Gabriela, com cerca de sete anos, e deixando com o pai o filho mais velho, Pedro, com dez anos de idade. (FRANCO, 2015, p. 377-378; SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 140).

Em 20 de maio de 1947, Judith e Agostinho deixam o Uruguai e regressam ao Brasil. Segundo Franco (2015), fazem uma curta estadia em São Paulo, partindo, em seguida, para a região de Itatiaia, no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, região que Judith já teria apresentado a Agostinho da Silva, antes mesmo de sua partida para o Uruguai.

Em Itatiaia (na época distrito da cidade de Resende⁶³), instalaram-se na Fazenda de Penedo, que fora, outrora, uma extensa fazenda de café. Com a decadência do ciclo do café, a fazenda cessou sua produção e, em 1929, passou a abrigar imigrantes finlandeses que, liderados por Toivo Uuskallio, construíram uma colônia na região, na qual buscavam uma nova vida em plena harmonia com a natureza. No entanto, a dificuldade de cultivar as terras de solo já esgotado pela cultura do café e pelas queimadas desencadeadas para formação de pastagens, somado à crise de 1930, levaram os finlandeses a procurar outras alternativas de produção de renda e passaram, então, a alugar partes de suas casas para turistas, que eram atraídos pelas belezas do Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937, pela alimentação saudável e terapias naturais, como a sauna, por exemplo, hábito da cultura finlandesa (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA, [2013]).

Agostinho e Judith, juntamente com a filha do casal, Carlota Cortesão, e o filho de Agostinho da Silva com sua primeira esposa, Pedro Agostinho, instalaram-se, primeiramente, na pensão para turistas do finlandês Toivo Suuni, onde ficaram por cerca de uma semana, depois se mudaram para um modesto cômodo instalado na antiga senzala da fazenda. Permaneceram nesse local por aproximadamente seis meses, quando em 28 de novembro de 1947, mudaram-se, então, para o Casarão da Fazenda Penedo (Figura 15 e 16) (FRANCO, 2015, p. 381-383; SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 372).

⁶³ Até o início da década de 1940, a região de Itatiaia chamava-se Campo Belo e era um distrito do município de Resende. Em 1943, o distrito de Campo Belo passou a chamar-se Itatiaia e em 1988, Itatiaia foi desmembrada da cidade de Resende, passando à categoria de município (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA, [2013]).



Figura 15 - Fotografia da Casa Grande da Fazenda de Penedo, região de Itatiaia, Município de Resende/RJ (1951).
Fonte: SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 333.

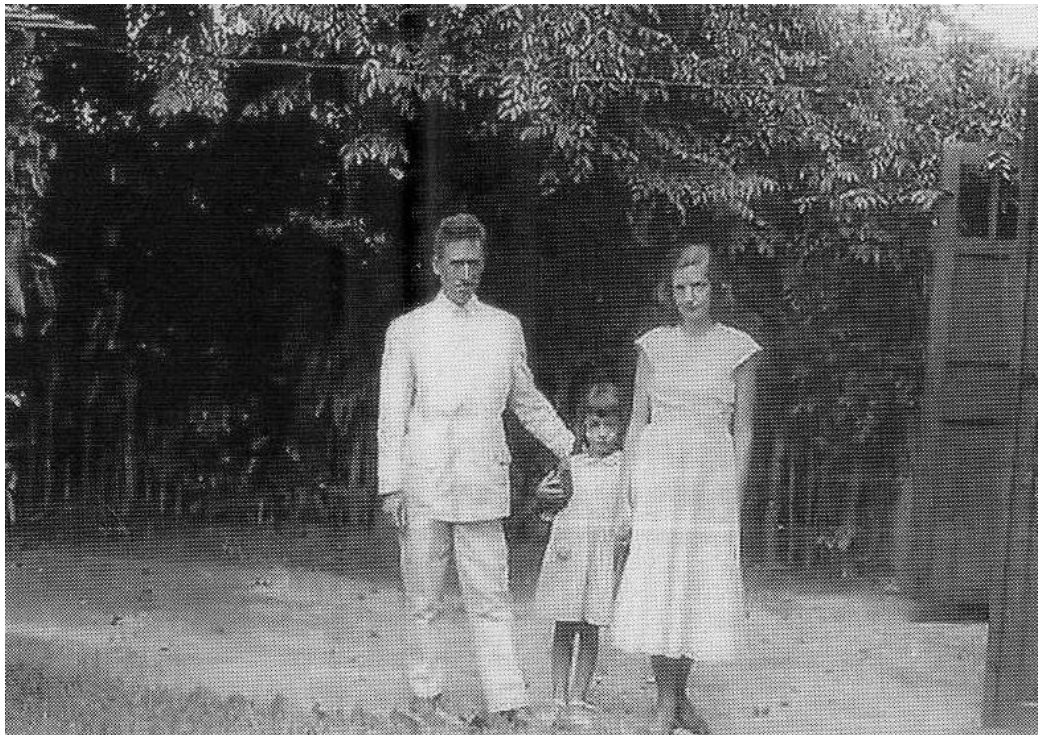


Figura 16 - Fotografia de Agostinho da Silva e Judith Cortesão com a filha Carlota (década de 1950).
Fonte: FRANCO, 2015.

No Casarão de Penedo, Judith e Agostinho criaram o que Dora Ferreira da Silva chamou de “utopia” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 132). A “utopia” consistia em um grupo de pessoas que moravam no casarão da Fazenda Penedo e que buscavam um novo modo de viver, guiados pelos preceitos descritos no “Alcorão”, texto redigido por Agostinho, a partir dos seus diálogos com Vicente Ferreira da Silva, esposo de Dora. De acordo com o relato de Dora: “Agostinho e Vicente dialogavam dias e noites, entre almoços e jantares frugais. A conversa era saborosíssima, abraçava o céu e a terra, e dela resultou o *Alcorão*, termo proposto por Agostinho para designar uma nova utopia, que assim nascia” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 131).

Judith, Agostinho, Dora e Vicente faziam parte dos moradores permanentes do casarão e eram, também, os idealizadores do projeto. Além deles, havia os visitantes, que passavam apenas um período determinado, numa espécie de “retiro espiritual”, conforme declara Milton Vargas⁶⁴ (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 140). Dentre os visitantes, estavam os pais de Judith, Carolina e Jaime Cortesão; a irmã de Judith, Maria da Saudade Cortesão e seu esposo, Murilo Mendes; Milton Vargas e sua irmã, Mabel Vargas; e Oswald de Andrade e seu filho, Rudá de Andrade. Segundo Pedro Agostinho, também estiveram visitando o casarão o entomologista Sebastião José de Oliveira, da Fundação Oswaldo Cruz, Candido Portinari e Djanira da Motta e Silva, além de Barbosa Lima Sobrinho e sua esposa, dona Maria José. (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 372).

Na “utopia”, tanto a limpeza quanto a preparação das refeições eram compartilhadas pelo grupo e, portanto, os caseiros da fazenda, um casal finlandês, senhor Niilo e dona Maya, foram dispensados de seu trabalho. O grupo tinha o cuidado com o corpo e com a mente: praticavam ginástica, ioga, sauna, reservavam um momento para a pintura, para a leitura, para as reflexões e debates e, também, para a ajuda aos mais necessitados, conforme relata Dora: “Tínhamos o cuidado do corpo, o cuidado da imaginação, arte, cuidado dos outros, o elemento religioso. Cada um tinha o seu caminho. E cada um tinha seu quarto separado; cada um era um” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 133).

⁶⁴ Engenheiro, professor emérito da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Segundo seu depoimento, Milton Vargas conheceu Judith e Agostinho por intermédio do casal Vicente e Dora Ferreira da Silva, já que mantinha com eles uma relação de amizade, fazendo parte do grupo de intelectuais que se reunia na residência do casal (SILVA; AGOSTINHO, 2007).

Nos depoimentos de Dora Ferreira da Silva pode-se perceber melhor as atividades diárias desempenhadas pelo grupo :

A gente levantava cedo, fazia ginástica e ioga; havia um finlandês, que era nosso professor de ginástica (ele tinha sido aviador na guerra e era um excelente professor), e o Agostinho ensinava ioga. Depois íamos àquelas saunas dos finlandeses, e, a seguir, nadávamos no Ribeirão das Pedras (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 133).

Almoçávamos todos em torno de uma só mesa. Não havia criados. Éramos todos servos uns dos outros. Rápida limpeza de pratos, cozinha. Varria-se o chão e cada um ia repousar em seu quarto, do qual era o único habitante. Os quartos eram toscos mas belos. Pequenas celas que íamos arrumando como desejávamos. [...] No meio da tarde ficávamos reunidos numa sala ampla e ouvíamos, lidas por Agostinho, suas maravilhosas traduções dos *Four Quartets*⁶⁵ (EPIFÂNIO; PINHO; DAVI, 2006, p. 111).

Dora também relembra um fato curioso sobre Judith Cortesão: “na utopia, não havia empregados domésticos. Cada dia um deveria cozinhar. A gente rezava para nunca ser o dia da Judith, porque o dia da Judith era dia de penitência” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 132).

Como dito anteriormente, os membros da “utopia” tinham também o compromisso com o serviço ao próximo e, conforme Franco (2015, p. 389), Judith era quem “tinha a consciência social mais marcante do grupo” e, por ter estudado medicina e ter sido enfermeira durante a guerra civil espanhola, conduzia o grupo nos serviços que executavam junto aos mais necessitados da região.

Sobre esse aspecto, destacamos abaixo, os depoimentos de Dora Ferreira:

Não se pense porém que o grupo se isolava para usufruir os bens da natureza e do espírito. Havia o lado extrovertido e de serviço aos necessitados. Aprendemos a aplicar injeções e visitávamos os pobres dos arredores, levando-lhes alimentos, remédios e vitaminas. Ensinávamos a eles a higiene básica, a cozinhar e a cuidar da limpeza de seus casebres (EPIFÂNIO; PINHO; DAVI, 2006, p. 112).

[...] cuidávamos dos caboclos, e nossa vida se inseria no lugar. [...] Aquele pessoal todo, aquela criançada toda, pondo lombriga pela boca, era uma coisa terrível. Havia um médico do Rio, o Dr. Edgar Braga, também poeta, que levava remédios. Fizemos uma farmácia. Era: arte, amor, o serviço do próximo (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 133).

A “utopia” de Penedo durou cerca de três meses, do final de novembro de 1947 até fevereiro ou março de 1948, conforme indica Pedro Agostinho (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 372) e Dora confirma em um de seus relatos: “A nossa experiência foi curta, três meses, mas foram três meses fantásticos” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 132). Não se sabe especificamente as causas para o fim da

⁶⁵ Livro de T. S. Eliot, escrito em 1943.

“utopia” de Itatiaia. Uma das razões seria o final das férias de verão e o retorno às aulas, que levaram Dora, Vicente, Milton, Mabel e Rudá a deixarem Itatiaia, outro motivo, segundo Pedro Agostinho, seria a falta de condições materiais para manutenção do projeto. Segundo ele, Rudá de Andrade “ficou durante os três meses das férias do verão, austral, de 1947-1948, só se retirando ao ficar claro já não haver condições materiais para que o projeto perdurasse” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 372). Judith Cortesão e Agostinho da Silva ainda permaneceram em Itatiaia até o final de 1951 ou começo de 1952 (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 382) e deram continuidade aos trabalhos de alfabetização junto aos habitantes menos favorecidos da região, tratando dos doentes e prestando serviços básicos de socorro.

Foi também no Casarão de Penedo, durante os cerca de quatro anos em que lá viveram, que vieram a nascer três dos seis filhos do casal: Marcos Filipe Zuzarte Cortesão, em oito de fevereiro de 1948; Jorge Tadeu Baptista Cortesão, em 15 de abril de 1950; e Leonor Maria Santiago Cortesão, em 25 de julho de 1951 (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 372).

Conforme nota dada por Franco, Judith foi

mãe e parteira, tudo em casa, longe de qualquer hospital, como uma cabocla do lugar. De mãe sabia ela, ano a ano, e de parteira, dia a dia, pois no raio de muitos quilômetros, até à Mantiqueira, no final da década de 40, ela seria a única mão com autoridade para meter os dedos no útero para tirar algum empecilho que prendesse o nascituro (FRANCO, 2015, p. 396).

Um fato interessante, que podemos perceber, é que nem todos os filhos que Judith e Agostinho tiveram, levam o sobrenome do pai e, mesmo os que foram registrados com o sobrenome de Agostinho, tinham Cortesão como sobrenome final. Segundo FRANCO (2015, p. 378), isso se dava pelo fato de Judith ser “contra leis e casamentos”.

Não se sabe exatamente a data em que o casal partiu de Itatiaia, mas segundo informação de Pedro Agostinho, “Agostinho deixou definitivamente Penedo, numa data exata por enquanto não conhecida, mas situada entre 1951.07.25 e o começo do primeiro semestre de 1952” (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 382). Sendo assim, Judith e Agostinho permaneceram em Itatiaia entre maio de 1947 e o final de 1951 ou início de 1952.

De Itatiaia, Judith e Agostinho transferiram-se para João Pessoa, na Paraíba. A mudança se deu por conta de que Agostinho assumiu, em 1952, segundo

depoimento de Milton Paiva⁶⁶ (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 165), o cargo de professor catedrático na recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba. A faculdade, embrião da futura Universidade Federal da Paraíba, foi criada por iniciativa do então governador do estado, o romancista José Américo de Almeida, que trouxe diversos professores estrangeiros para ministrar as aulas. De acordo com Franco (2015, p. 403), o pai de Judith, Jaime Cortesão encontrava-se no elevador do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, então sede do Ministério das Relações Exteriores, em uma das muitas vezes em que visitou a biblioteca e os arquivos do lugar, quando ouviu a conversa de dois indivíduos que falavam da criação de uma faculdade em João Pessoa que já se encontrava pronta para o início de suas atividades, exceto pela falta de um docente para ministrar a cadeira de História e Cultura Portuguesas. Ao que Jaime Cortesão indica seu genro, Agostinho da Silva, para ocupar o lugar.

Edson Nery da Fonseca⁶⁷ relata que, quando conheceu Agostinho e Judith, no ano de 1952, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba, em João Pessoa, o casal e seus muitos filhos “habitavam uma casa modesta da Praia de Manaíra, que naquele tempo não passava de simples colônia de pescadores” (SILVA, AGOSTINHO, 2007, p. 168), mas, segundo nota de Pedro Agostinho (SILVA, AGOSTINHO, 2007, p. 180), a família, no primeiro semestre de 1953, passou a morar em um casarão na Rua das Trincheiras, no centro da cidade.

Na Paraíba, Judith e Agostinho deram continuidade ao trabalho, iniciado em Itatiaia, junto aos mais necessitados. Segundo os relatos de Edson Nery da Fonseca, eles fizeram muitos trabalhos junto aos flagelados da seca no sertão paraibano. Destacamos o trecho de seu depoimento, em que relata as ações do casal:

De segunda a sexta feiras Agostinho da Silva dava suas aulas de História Antiga e Medieval. Nos sábados e domingos ia para o sertão com sua mulher Judite Cortesão. Ele havia sido escoteiro e ela bandeirante. Com essa experiência, ajudavam os flagelados das secas, ensinando-lhes medicina caseira e ajudando-os a sepultar os mortos de modo higiênico. Os médicos paraibanos da época, que nada faziam pelos desamparados,

⁶⁶ Milton Paiva era Filósofo, Bacharel em Letras Clássicas e em Direito e professor da Universidade Federal da Paraíba. Era amigo de Agostinho da Silva e trabalhou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba, no mesmo período em que Agostinho.

⁶⁷ Bibliotecário, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). Conheceu pessoalmente Judith e Agostinho na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Paraíba, em João Pessoa, em 1952, além de ter sido professor do casal durante o curso intensivo de biblioteconomia que ministrou em João Pessoa, que ambos cursaram.

denunciaram Agostinho por exercício ilegal da medicina. Mas o governador [...] não deu a menor importância às denúncias dos médicos de ricos instalados na capital. (EPIFÂNIO; PINHO; DAVI, 2006, p. 113).

Foi também em João Pessoa, conforme Franco (2015, p. 407), que nasceram os dois últimos filhos do casal: Maria Regina Mont'Serrat da Silva Cortesão, no ano de 1952, e Bruno Duarte da Silva Cortesão, em 1954.

No início do segundo semestre de 1954, Judith e Agostinho voltaram a residir em São Paulo, por conta da participação de Agostinho, a convite do seu sogro, Jaime Cortesão, na organização da Exposição Histórica em Comemoração ao IV Centenário da Cidade de São Paulo (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 180).

As comemorações em torno dos 400 anos da cidade foram diversas, desde espetáculos de balé e teatro, chuva de prata pela cidade, até a criação do Parque do Ibirapuera e a organização de uma grande exposição histórica. Os trabalhos de organização das comemorações tiveram início em 1951, com a implantação da comissão organizadora do evento, que nomeou Jaime Cortesão como curador chefe da exposição histórica (SILVA, 2014). A convite de Jaime Cortesão, Agostinho da Silva passou a integrar a comissão no início do segundo semestre de 1954, no entanto, conforme Franco (2015, p. 418), o professor não se desligou da Universidade da Paraíba, tendo se deslocado apenas temporariamente para São Paulo para a execução do referido encargo, mantendo, dessa forma, seu vínculo com a Universidade.

A Exposição Histórica Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo foi inaugurada em 13 de setembro de 1954, mas Judith, Agostinho e os filhos permaneceram em São Paulo até fevereiro ou março de 1955, quando partiram para a cidade de Florianópolis, em Santa Catarina (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 39).

A oportunidade de transferência para Florianópolis surgiu durante uma viagem ao Rio de Janeiro. Conforme relata Franco (2015, p. 422), durante a organização da exposição histórica, Agostinho foi encarregado de apanhar um documento, que deveria integrar a referida exposição, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Na Biblioteca Nacional, Agostinho encontrou-se com Hernâni Cidade, que havia sido seu professor na Faculdade de Letras do Porto, em Portugal, e este comentou que um amigo, o desembargador Henrique da Silva Fontes, professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina, responsável pela fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia, estava à procura de um professor para ministrar aulas de Literatura

Portuguesa na faculdade recém criada. Ao que Agostinho, apesar de ainda estar vinculado à Universidade da Paraíba, se dispôs a ir.

Em Florianópolis, além de ministrar aulas, Agostinho da Silva tornou-se Secretário Geral da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina e, em 1956, foi nomeado Diretor de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, pelo então governador, Jorge Lacerda, cargo que ocupou até o ano de 1958, quando decidiu deixar a diretoria, após a morte de Jorge Lacerda (FRANCO, 2015, p. 434; SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 194-195).

Judith e Agostinho sempre buscaram se integrar e contribuir com a comunidade local nos diferentes lugares onde viveram e, em Florianópolis, não foi diferente. Para isso, realizaram diversas atividades junto aos moradores da região, desenvolveram ações escotistas, palestras, passeios, reuniões, leituras, visitas ao bairro dos pescadores, audições de música clássica, apoio às favelas, entre diversas outras (FRANCO, 2015, p. 433).

Em 1959, ocorre a separação do casal, com a transferência de Agostinho da Silva para Universidade Federal da Bahia, em Salvador, onde, mais tarde, viria a criar o Centro de Estudos Afro-Orientais. Em seu depoimento sobre as ações escutistas realizadas por Judith e Agostinho em Florianópolis, Lírion Zani, colega de Pedro Agostinho (filho do primeiro casamento de Agostinho da Silva com Bertha David), deixa indícios de que nesse período eles já moravam em casas separadas: “Esse encontro [escutista] foi realizado no lugarejo denominado Saco-Grande - onde morava a senhora Judith com os seus filhos” (EPIFÂNIO; PINHO; DAVI, 2006, p. 293). Todavia, com base no depoimento de Edson Nery da Fonseca (SILVA; AGOSTINHO, 2007), podemos perceber que quando da ida de Agostinho para Salvador, em 1959, o relacionamento já havia sido rompido. Segue a transcrição do depoimento de Edson Nery da Fonseca:

Em 1959, fui à Bahia para tomar parte num Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Hospedaram-me numa casa de retiros dos frades Franciscanos. Na primeira manhã, indo cedo à capela, encontrei Agostinho da Silva ajoelhado, com as mãos em prece. Na segunda manhã, fui ainda mais cedo para a capela e o encontrei na mesma postura de quem vivia profunda experiência mística. Disse-me depois que deixara Judith e estava à procura de uma ordem religiosa em que pudesse ingressar (SILVA; AGOSTINHO, 2007, p. 169).

Após a separação de Agostinho da Silva, em 1959, não foram encontradas muitas referências à vida de Judith Cortesão. Sabe-se que ela permaneceu em

Florianópolis com seus seis filhos que, na época, tinham, aproximadamente, entre cinco e treze anos de idade, e que assumiu, em 1960, segundo o depoimento de Edelmira Rodrigues (SOUZA et al, 2002), o cargo de Bibliotecária Chefe da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, segundo dados que constam em seu *Currículum Vitae* (1978), Judith desenvolveu atividades educacionais experimentais, através da Escola Campo Ilha Verde, situada na localidade de Saco Grande, onde residia, em Florianópolis⁶⁸. Tampouco foi possível precisar a data em que Judith deixou Santa Catarina. O que se pôde determinar é que entre os anos de 1961 e 1963, Judith residiu no Rio de Janeiro, onde foi Diretora do Arquivo de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura⁶⁹.

Na segunda metade da década de 1960, Judith mudou-se para o Uruguai, lugar em que viveu por sete anos e onde se graduou em Biologia, Antropologia e Meteorologia, além de desenvolver diversas pesquisas nas áreas de Biologia e Medicina⁷⁰. No Uruguai, enfrentou, mais uma vez, uma ditadura militar, instaurada no país entre os anos de 1973 a 1985, e viveu momentos difíceis, sendo novamente presa e torturada sob a acusação de envolvimento com os guerrilheiros Tupamaros⁷¹. Os relatos que seguem, narram episódios relativos à sua prisão, no entanto, não foi possível encontrar nenhuma referência sobre o real envolvimento de Judith com os Tupamaros. Manuel Touguinha, amigo de Judith Cortesão, em depoimento para a Revista Superinteressante, relata que Judith “contava que deixava os torturadores mais agressivos, porque nos interrogatórios ela dormia profundamente, de propósito, e não sentia os golpes de tortura” (MATRIARCA..., 2011, p. 36).

⁶⁸ Informações obtidas através do *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, do ano de 1978, que integra seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

⁶⁹ Informações obtidas através do *Curriculum Vitae* (1978) e de ficha pessoal de Judith Cortesão, na qual candidata-se ao cargo de consultora técnica na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que integra seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

⁷⁰ Informações obtidas através do *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, dos anos de 1978 e 1998, que integram seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

⁷¹ O *Movimento de Liberación Nacional - Tupamaros* (nome que homenageava Tupac Amaru, líder indígena peruano que, no século XVII, lutou contra o domínio espanhol) foi uma organização uruguaia de guerrilha urbana surgida em 1963, que congregava militantes de vários grupos de esquerda, sob a liderança do socialista Raúl Sendic. Após o início do regime militar uruguaio, que perdurou entre os anos de 1973 a 1985, os Tupamaros tiveram todos os seus líderes e muitos de seus integrantes presos, torturados e mortos (GRANDE..., 2005; VILLALOBOS, 2006). Sobre a história dos Tupamaros ver: ALDRIGHI, Clara. **La izquierda armada**: ideología, ética e identidad en le MLN – Tupamaros. Montevideo: Trilce, 2001.

A ex-aluna de Judith, Adriane Lobo Costa, em entrevista concedida para esta pesquisa, faz um breve comentário em relação às perseguições sofridas por Judith Cortesão no Uruguai: “Desde a infância, né, tudo que ela viveu, ela fugiu de muitas ditaduras, ela passou a vida dela fugindo de ditaduras [...] E ali [no Uruguai] foi dura a coisa, foi feio, invadiram a casa deles, foi bem complicado (informação verbal)”⁷²

Ainda a esse respeito, transcrevemos também um trecho da crônica escrita por Manuel António Pina (escritor, poeta e jornalista português) para a revista Notícias Magazine, em homenagem a Judith Cortesão, no qual faz referência às sessões de torturas sofridas no Uruguai:

Um dia ensinou-nos o que chamava “técnicas de sobrevivência”. Sobrevivente de revoluções falhadas e interrogatórios sob tortura (os mais duros no Uruguai, com um saco na cabeça e sem poder prever quando ia ser agredida), sabia do que falava. A primeira dessas “técnicas” era (como esquecê-lo nos dias que correm?) acreditar em alguma coisa (PINA, 2008, p. 106).

Não conseguimos determinar a data em que deixou o Uruguai, sabe-se, entretanto que, depois de mais de 30 anos de exílio, Judith regressou a Portugal, no ano de 1974.

4.3 O regresso a Portugal e o início de suas ações ambientais no Brasil

Em julho de 1974, logo após o golpe de 25 de abril que pôs fim ao regime salazarista em Portugal e, depois de quase 34 anos longe de seu país (partira para o exílio no Brasil em 19 de outubro de 1940), Judith Cortesão retorna à sua terra natal e passa a trabalhar na Faculdade de Medicina de Coimbra (CORTESÃO, 1979). Conforme Franco (2015, p. 635), “Judith Cortesão, com a queda do fascismo e o desenrolar auspicioso da revolução, com o povo nas ruas de braço dado com soldados e marinheiros, veio de escantilhão” para Portugal e participou intensamente da Revolução dos Cravos⁷³. “Tinha 60 anos mas muita raiva jovem no pêlo ruivo. Esteve na ocupação de uma casa, com guevaristas que pediam armas para o povo, para dar com o pé no traseiro da reacção” (FRANCO, 2015, p. 635).

⁷² Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015, Pelotas, RS.

⁷³ Nome pelo qual ficou conhecido o golpe militar desencadeado em Portugal, em 25 de abril de 1974, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), com o objetivo de derrubar o governo de Marcelo Caetano (sucessor de António Salazar, depois do seu afastamento do poder, em 1968, em virtude de um acidente vascular cerebral) e pôr fim à ditadura portuguesa. A Revolução dos Cravos ficou conhecida por este nome como uma referência aos cravos vermelhos distribuídos pela população aos soldados que participaram da revolta (ARCARY, 2004; VARELA, 2015).

Manuel António Pina, que a conheceu em meio ao movimento revolucionário, faz uma breve narração de como foram esses dias, em sua crônica publicada na revista *Notícias Magazine* (2008):

Conheci-a em 1974, nos improváveis dias do 25 de Abril. Ao longo de madrugadas intermináveis, sonhávamos então o mais excessivo dos sonhos, o da liberdade. Nós tínhamos vinte ou trinta anos, ela sessenta. Atordoados, nós acordávamos, esfregando ainda deslumbradamente os olhos, de uma obscura noite sem sonhos; ela transportava consigo algo raro, um passado. E algo luminoso, a que, por não saber que nome tem, chamo fidelidade. Deslumbramento e fidelidade eram tudo o que possuíamos [...]. Com Judith Cortesão descobrimos o mais esquecido dos direitos, o direito de agir de acordo com aquilo em que se acredita. [...]. Uma noite, enquanto a rádio dava a notícia da ocupação da Renascença, deitou numa panela tudo o que havia nas rações de combate que nos forneciam os militares, carne, peixe, fruta, doces. Como durante a fuga de Espanha com os víveres que cada um levava. “Sabe a memória, disse ela; mas vocês ainda não podem reconhecer o sabor”. (PINA, 2008, p. 106).

Foi no seu retorno a Portugal, em 1974, que Judith desenvolveu um de seus grandes trabalhos: a elaboração de um método de educação para adultos, ao qual nomeou “Método Terra/Homem”, implantado em São João do Campo, freguesia portuguesa do *concelho* de Coimbra, e que um ano depois se espalhou a dezenas de escolas em Lisboa e no Norte de Portugal.

Em artigo escrito para a revista portuguesa “Raiz e Utopia”, em 1979, Judith Cortesão faz um relato de sua experiência no processo de desenvolvimento e experimentação desse método de educação. Segundo ela, em julho de 1974, “trabalhando então na Faculdade de Medicina de Coimbra, foi-me pedido, na aldeia de S. João de Campo [*sic*], terra de meu pai, que tomasse a peito as reivindicações locais: uma farmácia, água e esgotos, uma escola para adultos” (CORTESÃO, 1979, p. 261). Ao levar as solicitações ao conhecimento dos membros do Ministério da Educação e Cultura português e diante da inexistência, tanto de um novo programa de educação de adultos quanto de um corpo docente preparado, ou mesmo de uma cartilha de alfabetização voltada para adultos, foi-lhe proposta a tarefa de responsabilizar-se pelo Programa Nacional de Educação de Adultos, a partir da implantação de uma escola-piloto em São João do Campo. Aceito o desafio, foi assinado um protocolo, durante o ministério de Vitorino Magalhães Godinho⁷⁴, que especificava a missão: “elaborar e experimentar novos métodos de educação de

⁷⁴ Ministro da Educação e Cultura no período de 17 de julho a 29 de novembro de 1974, durante o II Governo Provisório de Portugal, após a queda da ditadura salazarista (REPÚBLICA PORTUGUESA, c2016).

adultos [...]; avaliação de resultados; preparação de quadros docentes” (CORTESÃO, 1979, p. 266).

O Método Terra/Homem, desenvolvido por Judith Cortesão, procurava, partindo do conhecimento, da experiência e da realidade dos adultos, na sua grande maioria camponeses e operários, levá-los ao conhecimento da história passada e presente e das ciências exatas e naturais, buscando sempre a inserção em um contexto ecológico e de preservação da natureza, com o objetivo maior de, através desses conhecimentos, elevar essa parte da população, inferiorizada política e culturalmente, aos níveis decisão. Para tanto, o programa propunha: a abordagem e incorporação da tradição popular e o linguajar das culturas regionais; a aprendizagem do trabalho em equipe, em contraposição a uma educação estritamente individualista; o ensino das ciências naturais e sociais debruçado sobre a vida e a sua dialética, caracterizado pela atividade ecológica e comunitária; e a substituição da divisão tradicional do ensino (química, física, matemática, etc.) “por uma abordagem de conhecimentos em forma global (Terra/Homem) e a partir de uma realidade quotidiana, regional, mensurável” (CORTESÃO, 1979, p. 261).

O programa de ensino secundário compreendia dois anos (1º ano - Terra/Homem; 2º ano - Dialética da Vida e da Sociedade) ou dois anos e meio, caso o adulto não possuísse o ensino primário (nesse caso eram incluídos seis meses iniciais que compreendiam o ensino do núcleo biológico, comunidade, região, país, Homem), e levaria o adulto a níveis pré-universitários. Tendo em vista que foi elaborado para um programa de emergência e visava à criação de pequenas unidades de ensino, o método Terra/Homem foi elaborado com base em uma equipe de somente três professores.

O programa Terra iniciava “por uma apologia do analfabeto, pelo seu cabedal de conhecimentos aprendidos pela ‘experiência, madre de todas as coisas’, pela dignidade da sua herança oral, elo de transmissão de uma cultura local que é indispensável preservar e continuar” (CORTESÃO, 1979, p. 263-264). Abordava a evolução tanto dos signos e da linguagem, desde as pinturas rupestres até a linguagem atual, como da linguagem matemática, a partir da representação de objetos reais até chegar a um nível maior de abstração. O estudo das formas (reta, polígono, círculo e espiral) era realizado a partir da observação de elementos próximos aos alunos como árvores, flores, frutos e conchas marinhas e, tendo como

ponto de partida esses elementos, a eles eram agrupados todos os conhecimentos de ciências físico-químicas e naturais, da matemática e do desenho.

O programa Terra era continuado pelo programa Homem, que consistia, essencialmente, em “um programa de integração na grande comunidade do planeta” (CORTESÃO, 1979, p. 265), abordando temas relacionados à geopolítica, história do trabalho, legislação nacional e internacional, Direitos Humanos, etc. e ambos faziam parte do primeiro ano de ensino.

O programa Homem, por sua vez, levava a uma segunda etapa, que consistia no estudo da Dialética da Sociedade (dialética da história, história das ideias políticas, história da filosofia e das religiões, antropologia, economia, planejamento urbano e rural, saúde pública, sociologia da linguagem, da literatura e da arte, comunicação, psicologia da infância, social e sexual), enquanto que o programa Terra encaminhava o aluno ao estudo da Dialética da Vida (que incluía o estudo de genética, geologia, física da radiação, astrofísica, origem da vida, paleontologia, etc.), que juntos constituíam o segundo ano de estudos (CORTESÃO, 1979).

Foi elaborada também, ainda em 1974, a cartilha de alfabetização “Viva o povo”, que passou a ser utilizada imediatamente após ser editada pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1975, e permitia, em geral, a alfabetização em seis semanas, sendo utilizada em muitas escolas pilotos nos anos seguintes.

O programa Terra/Homem foi experimentado a partir de janeiro de 1975, com um grupo de camponeses, ex-soldados da África, pequenos comerciantes e operários. O primeiro seminário realizado por Judith Cortesão, visando à formação de professores, ocorreu em agosto e setembro de 1975, no Instituto Superior de Economia, em Lisboa, congregando mais de 60 docentes, sendo a maioria professores secundários. O seminário compreendia: “técnicas de alfabetização pela cartilha *Viva o povo*; o método Terra/Homem; critérios de avaliação” (CORTESÃO, 1979, p. 267). Todos os outros seminários de formação de professores foram ministrados pelos próprios professores que já haviam assistido a esses cursos.

Sobre o Método Terra/Homem, Judith ministrou, ainda, três seminários de graduação e pós-graduação de professores em universidades francesas: no Instituto de Ciências Sociais do Trabalho, da Universidade Paris 1 *Panthéon-Sorbonne*, no Departamentos de Ciências da Educação, da Universidade Paris 10 Nanterre e na Universidade de Caen; em Portugal, ministrou um seminário para alunos do curso de Ciências da Educação, na Universidade do Minho e na Escola Normal de Braga; e

representou Portugal no Encontro de Educadores de Adultos do Conselho da Europa, em Siena, na Itália, em 1975 (CORTESÃO, 1979).

O programa Terra/Homem foi cancelado em Agosto de 1976, em virtude das imensas dificuldades administrativas e financeiras que acabaram ocorrendo. Abaixo transcrevemos o trecho do artigo em que Judith relata as dificuldades que levaram ao cancelamento do programa:

Poderá esta enumeração [refere-se aos seminários de formação de professores ministrados nacional e internacionalmente, mencionados anteriormente] dar a falsa ideia de que houve ocasião, recursos e tempo para preparar e seleccionar devidamente o professorado que deveria ter a responsabilidade das novas escolas-piloto, o que estaria longe da verdade. [...] Já no primeiro ano me fora necessário largar frequentemente a escola-piloto inicial, para passar semanas em Lisboa pugnando pelo pagamento dos salários. No segundo ano, em que os quadros de professores ultrapassavam as duas centenas, as dificuldades burocráticas e administrativas [...] foram de tal ordem que travaram de todo a viabilidade de participar na tarefa primordial: rever, aperfeiçoar, discutir e refazer toda a metodologia experimentada com o corpo de professores. Tendo esperado um semestre, em vão, o pagamento de salários para os professores [...] e tendo um grupo de professores (entre os quais o Jorge, a Hilda e eu) exaurido as suas economias a pagar os professores mais necessitados, cancelei o projecto em Agosto de 1976 (CORTESÃO, 1979, p. 268).

Judith ainda continuou, de forma particular, com o projeto até julho de 1977, no Gerês, vila próxima à freguesia de São João do Campo, onde prosseguiu com o que seria a última etapa do programa, a preparação de um grupo de camponeses para o ingresso na Universidade, contando, para tanto, com o apoio de mais três professores voluntários. Com o fim do programa, além dessa experiência final, ainda foram apresentados ao então Ministro da Educação e Cultura, Vítor Alves, propostas para o desenvolvimento de cursos alternativos a nível universitário, como um Curso de Engenharia Petroquímica, Elétrica e Rural para operários; um Curso de Arquitetura, com especializações em Paisagismo Industrial, Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico; uma Escola de Belas Artes, com estágios práticos em aldeias de artesãos; um Curso Superior de Expedições Científicas; e um Curso Superior de Ciências da Informação (CORTESÃO, 1979), o que demonstra a relevância desse programa para a sua atuação acadêmica.

Segundo Judith Cortesão (1979, p. 270), durante o período de desenvolvimento da metodologia Terra/Homem em Portugal, ela foi “procurada por dezenas de professores franceses, alemães, suecos; houve até um ônibus que viera da França e de Luxemburgo para nos visitar”; foram realizados, também, diversos estudos e críticas na França e na Alemanha sobre o método. Judith publicou alguns

artigos (dentre os quais só conseguimos localizar o artigo intitulado “Terra-Homem: uma trajetória experimental”, publicado na revista Raiz e Utopia, no ano de 1979) e, além da edição da cartilha de alfabetização para adultos “Viva o Povo”, também elaborou o filme “Eis o Homem”⁷⁵.

O programa Terra/Homem teve a duração de dois anos e meio, concluídos, conforme as palavras de Judith Cortesão, “contra ventos e marés” (CORTESÃO, 1979, p. 270), tendo em vista os muitos problemas financeiros e estruturais enfrentados, em um momento político bastante incerto no país, pois após a revolução que acabou com 48 anos de ditadura, somente entre maio de 1974 e julho de 1976, Portugal passou por seis governos provisórios, até a implantação do Primeiro Governo Constitucional da Terceira República Portuguesa (GRANDE...,2005). Essa metodologia, no entanto, viria a caracterizar, não só os vários projetos desenvolvidos por ela aqui no Brasil, mas também a sua ação docente.

Em relação ao período que permaneceu em Portugal, Franco (2015) faz referência, ainda, a atividades desenvolvidas por Judith no Alentejo, durante o ano de 1975, onde, segundo o autor, pôs “o saber médico que tinha ao serviço da revolução”⁷⁶ (FRANCO, 2015, p. 636). Refere-se Franco, ao Curso de Formação de Unidades de Apoio a Campanhas Sanitárias de Emergência, coordenado por Judith Cortesão, durante o ano de 1975, no Aljustrel, na região de Alentejo. O curso, realizado pela Câmara Municipal de Aljustrel com a participação de diversas instituições de saúde da região, foi desenvolvido em regime de acampamento, englobou 51 voluntários, entre médicos, estudantes de medicina, engenheiros, agrônomos, camponeses, etc. e tratava, basicamente, nas palavras de Judith,

de condicionar o currículo médico às condições de emergência sanitária de grandes zonas do país (ou de qualquer outro país do Terceiro Mundo) e de permitir o ingresso na carreira médica a trabalhadores, por meio de um sistema de bolsas de estudo nos primeiros semestres e de trabalho remunerado, como participantes em hospitais regionais, a partir do terceiro ano do curso [...]. Uma das premissas da experiência (provar que a saúde não pode partir exclusivamente de um universitário, receitando atrás de uma

⁷⁵ Infelizmente, também não conseguimos localizar a cartilha de alfabetização nem o filme.

⁷⁶ Em Alentejo, região rural localizada no centro-sul de Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, ocorreu uma grande reforma agrária. Em seguida da revolução, os próprios camponeses do lugar, organizados em cooperativas e unidades coletivas de produção agrícola, tiveram a iniciativa de expropriar e ocupar as áreas agrícolas da região, determinadas na Constituição como destinadas à reforma. Entre 25 de abril de 1974 e 30 de junho de 1976, foram ocupados e expropriados cerca de um milhão de hectares, sendo a maioria pertencente a grandes latifundiários (ALMEIDA, 2006; BARRETO, 1983; FRANCO, 2015).

escrivadinha, mas também de um sistema de envolvimento da comunidade) encontrou plena confirmação com a participação voluntária da aldeia (onde acampávamos) na construção de esgotos escavados pelos alunos, assim como a adesão das mulheres de Aljustrel [...] na complementação das obras que realizávamos para condicionar uma casa antiga (tarefa em que participei como pintor de portas e janelas) transformando-as num Lar da Terceira Idade (CORTESÃO, 1979, p. 269).

Conforme Franco (2015, p. 646), “depois da revolução portuguesa e da desilusão que ela foi, [Judith] regressou ao Brasil, onde se meteu em novas frentes, dessa vez pela defesa das árvores e dos rios”. Manuel António Pina (2008, p. 106) também relata não ter reencontrado Judith após o termino da revolução: “quando a Revolução morreu, ela sumiu-se. Só agora soube da sua morte, no ano passado [2007] em Genebra”.

Em julho de 1977, Judith partiu de Portugal em missão médica para outros países da Europa, como Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Finlândia, entre outros, e retornou ao Brasil, ainda no ano de 1977, quando, residindo em Brasília, organizou um Centro de Formação de Recursos Humanos e de Documentação em Medicina de Reabilitação, no Hospital de Doenças do Aparelho Locomotor de Brasília, da Rede Hospitalar Sarah Kubitschek (CORTESÃO, 1979), sendo também assessora de pesquisas e projetos do EquipHos, uma área desse mesmo hospital, dedicada à pesquisa e à elaboração de projetos para o desenvolvimento de equipamentos hospitalares e tecnologia assistiva⁷⁷. No livro “Percorrendo memórias”, Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador do Hospital de Doenças do Aparelho Locomotor de Brasília, cita a participação de Judith Cortesão no período inicial da criação do hospital, não fazendo, no entanto, menção ao período ou cargo ocupado.

Comecei, então, a atrair pessoas jovens, preparando-as para o futuro. Jovens que estavam se formando na perseguida Universidade de Brasília e tinham militância estudantil. Criei um setor de recursos humanos e entreguei a direção à Maria Luiza Angelim. Vieram antes Roberto Pinho e Judith Cortesão (PAZ JÚNIOR, 2010, p. 109).

Segundo informações que constam em seu *Curriculum Vitae* (1978)⁷⁸, Judith Cortesão trabalhou no Hospital de Doenças do Aparelho Locomotor de Brasília, durante um ano, entre 1977 e 1978. De fato, Lauro Barcelos, Diretor do Museu Oceanográfico da FURG e amigo muito próximo de Judith, em entrevista concedida

⁷⁷ Informação obtida a partir de ficha pessoal de Judith Cortesão, na qual candidata-se ao cargo de consultora técnica na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que consta em seu acervo pessoal sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

⁷⁸ *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, datado de 1978, que consta em seu acervo pessoal sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

ao programa “Ação FURG”⁷⁹, em 26 de novembro de 2014, relata ter conhecido Judith no ano de 1978, quando ela esteve em Rio Grande, em visita à localidade do Taim, já à serviço da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Não foi possível determinar, no entanto, se em 1978 Judith já fazia parte do quadro de pessoal da SEMA ou se prestava serviço a essa secretaria através da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)⁸⁰, já que em seu acervo há uma “ficha de pessoal”, na qual Judith Cortesão candidata-se ao cargo de consultora técnica da Fundação e, conforme relato de Paulo Nogueira Neto, a FBCN foi contratada diversas vezes pela SEMA para prestação de serviços (FRANCO; DRUMMOND, 2009)⁸¹.

Na Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)⁸², Judith Cortesão foi Assessora da Coordenação Geral de Política Ambiental, do Departamento de Planejamento e Coordenação de Política Ambiental e representou essa secretaria junto à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)⁸³, ao Programa

⁷⁹ Ação FURG é um programa quinzenal, exibido pela FURGTv e apresentado por Péricles Gonçalves, professor titular da Faculdade de Direito da FURG e presidente do Núcleo de Memória Francisco Martins Bastos (NUME) da Universidade. O programa tem o objetivo de divulgar eventos, projetos, programas e acontecimentos da Universidade, além de promover discussões, exposições e debates de assuntos pertinentes à produção universitária, com objetivo de integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O programa exibido em 26 de novembro de 2014, foi realizado em homenagem ao centenário de nascimento de Judith Cortesão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3FzySjT0ruk>>. Acesso em: 13 mar. 2015

⁸⁰ A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) foi fundada em 1958 e foi considerada, principalmente entre os anos de 1966 e 1989, a mais importante e influente organização não-governamental conservacionista do Brasil (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

⁸¹ Foi feito contato por e-mail com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas e com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente, mas não obtivemos retorno.

⁸² Criada no âmbito do Ministério do Interior, pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente surgiu em consequência dos compromissos firmados pelo Brasil após a assinatura da Declaração de Estocolmo, durante a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano em Estocolmo (Suécia), em 1972. A SEMA tinha como objetivo a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, tendo três grandes campos de atuação: o controle da poluição, a defesa dos ecossistemas e a educação ambiental, tendo Paulo Nogueira-Neto como diretor no período de janeiro de 1974 a junho de 1986 (NOGUEIRA-NETO, 1991; BRASIL, 1973). A SEMA foi extinta em 1989, pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que criou o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), também vinculado ao Ministério do Interior (BRASIL, 1989).

⁸³ A CIRM foi criada em 1974 pelo Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974, revogado pelo Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, com a finalidade de coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. É composta por representantes de diversos ministérios e é coordenada pelo Comandante da Marinha (BRASIL, 1974, 2001). Mais informações no endereço: <<https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/principal.html>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Antártico Brasileiro (PROANTAR)⁸⁴ e à Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR)⁸⁵. Com a extinção da SEMA em 1989, Judith passou a integrar a então criada Secretaria de Meio Ambiente, vinculada à Presidência da República (BRASIL, 1991).

E foi representando a SEMA que Judith Cortesão, aos 68 anos de idade, participou da primeira viagem brasileira ao Continente Antártico (Figura 17 e 18), realizada em 1982, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. Os navios “Barão de Teffé”, da Marinha Brasileira, e “Prof. Vladimir Besnard”, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, partiram no dia 20 de dezembro de 1982, iniciando a primeira expedição brasileira a Antártida, levando a bordo, respectivamente, 86 e 35 pessoas, entre tripulação e cientistas. A expedição à Antártida foi realizada no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), gerenciado pela CIRM. A viagem à Antártida serviu para realizar diversas pesquisas científicas, planejar a implantação da Estação Brasileira no continente (criada em 6 de fevereiro de 1984) e também para que o Brasil fizesse parte do Tratado de Exploração da Antártida. O referido tratado foi assinado em 1959, por 14 países, como resultado dos estudos efetuados pelas nações signatárias durante o Ano Geofísico Internacional, realizado em 1958. Mesmo tendo participado do Ano Geofísico Internacional, o Brasil não foi incluído no Tratado por não ter efetuado expedições ao continente. A expedição teve duração de dois meses, retornando ao Brasil no dia 22 de fevereiro de 1983 (BAKKER, 1982; BRASIL, 1983).

⁸⁴ Criado em 1982 e gerenciado pela CIRM, o PROANTAR estabelece as normas de como o Brasil participará das explorações científicas ao Continente Antártico. Mais informações através do endereço: <<https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html>>. Acesso em: 30 maio 2016.

⁸⁵ Foi criada em 1982 pelo Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982, com o objetivo de assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos, sendo vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e, assim como a CIRM, composta por representantes de diversos ministérios (BRASIL, 1982).



Figura 17 - Fotografia de Judith no navio “Barão de Teffé”, durante a primeira expedição brasileira à Antártida (1982-1983).

Fonte: Acervo pessoal de Clayton Lino.



Figura 18 - Fotografia dos integrantes da primeira expedição brasileira à Antártida (1982-1983).

Fonte: Acervo pessoal Clayton Lino.

Durante a expedição, Judith Cortesão foi responsável pela coordenação dos 40 projetos de pesquisa desenvolvidos pela SEMA, o principal deles buscava “a comprovação dos laços ecológicos entre a Antártida e o Brasil, justificando a urgência da presença brasileira no Continente Antártico” (CARLOS HUMBERTO T.D.C., 1983, p. 10). Também ficou encarregada de coletar informações sobre as condições médicas, modalidades de saneamento, formas de provimento de água potável e o destino dos resíduos sólidos nas estações e bases científicas visitadas durante a expedição (BRASIL, 1983). O relatório, redigido a partir das informações coletadas, que se encontra em seu acervo pessoal sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG⁸⁶, tinha o objetivo de servir como base para a elaboração do projeto de criação da Estação Antártica Brasileira, concretizado, como dito anteriormente, em 1984.

Outro importante projeto desenvolvido por Judith, envolveu grande parte dos integrantes da expedição. Durante a viagem, ela montou grupos de observadores de pássaros, que anotavam as diversas espécies encontradas, desde o litoral brasileiro até a Antártida. As observações eram feitas das quatro horas da manhã até o anoitecer pelos membros da expedição, separados em grupos e com turnos de observação alternados. Como dito anteriormente, Judith havia participado de um trabalho no Taim, em 1978, e através das observações realizadas ao longo da expedição, buscava comprovar a migração de aves para a região do Taim, além de identificar essas espécies migratórias. Segundo Judith, nas proximidades de Punta Arenas, no Chile, havia sido possível observar algumas espécies de cisne-de-pescoço-negro e de cocorovia, aves que também podiam ser encontradas na zona ecológica do Taim, o que, segundo ela, provaria a migração dessas aves (NAVIO..., 1983). As informações obtidas a partir dessas observações dariam origem, mais tarde, ao Programa Asas Polares, desenvolvido e coordenado por Judith Cortesão junto à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que tinha por objetivo proteger as áreas de pouso e reprodução dessas aves migratórias. Em razão de sua participação na primeira Expedição Brasileira à Antártida, segundo o seu *Curriculum*

⁸⁶ Trata-se de documento datilografado, de autoria de Judith Cortesão, datado de fevereiro de 1983, intitulado “Avaliação de estruturas básicas de saúde”, que faz a descrição e análise a respeito dos equipamentos, vestuário, alimentação, meios de comunicação, estruturas de assistência clínico-cirúrgica e de remoção de acidentados, meios de provimento de água potável e descarte de resíduos encontrados nas estações e bases visitadas, além de apresentar um mapeamento de refúgios de apoio para casos de emergência, localizados próximos a essas estações.

Vitae (1998), Judith Cortesão recebeu o Título de Heroína Nacional, outorgado pelo Senado⁸⁷.

Judith também fez parte, como representante da SEMA, do comitê que elaborou os postulados ambientais para a Constituinte, no ano de 1985. Com o fim da ditadura militar no Brasil, o então presidente da República, José Sarney, deu o primeiro passo em direção à elaboração da nova constituição instalando a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos de Melo Franco. A Comissão, instituída pelo Decreto Nº 91.450 de julho de 1985, era composta por 50 membros, escolhidos livremente pelo Chefe do Executivo e tinha como objetivo desenvolver “pesquisas e estudos fundamentais, no interesse da Nação Brasileira, para futura colaboração aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte” (BRASIL, 1985, p. 10393). Os integrantes dessa Comissão pertenciam a diversos seguimentos, entre eles estavam o cientista político Bolívar Lamounier, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, o antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre, o escritor Jorge Amado, o jurista Miguel Reale, o sindicalista José Francisco da Silva, entre outros (BRASIL, 2015).

Na comissão, atuou como Coordenadora do Comitê de Recursos Naturais e Meio Ambiente, na qual defendeu uma maior participação da sociedade no apoio aos trabalhos da Comissão, pois, segundo alerta feito por Judith, em carta encaminhada ao Secretário Executivo da Comissão de Estudos Constitucionais, Mauro Santayana, “o sigilo e a manipulação do pensamento e da sensibilidade nacionais que acompanharam nas últimas décadas o manejo do meio ambiente constitui uma das formas mais perigosas e mais lamentáveis de abuso do poder” (CORTESÃO, 1986)⁸⁸. Seguindo esse pensamento, enquanto coordenadora do Comitê, Judith enviou os dez postulados ambientais para a Constituinte, redigidos pelos consultores técnicos do Comitê de Recursos Naturais e Meio Ambiente, a diversas organizações ambientais em diferentes estados do país, convidando-as a

⁸⁷ Além do Curriculum Vitae da professora, não foram encontradas outras fontes referentes ao recebimento desse título.

⁸⁸ Carta redigida por Judith Cortesão ao Secretário Executivo da Comissão de Estudos Constitucionais para o Meio Ambiente, Mauro Santayana, em 15 de janeiro de 1986, que pertence ao seu acervo pessoal sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

participar do processo de elaboração destes, através de seus pareceres e opiniões a respeito destes postulados⁸⁹.

O trabalho desenvolvido por essa comissão gerou um anteprojeto que ficou conhecido como Anteprojeto Afonso Arinos, de cunho democrático e progressista, que, no entanto, nunca foi enviado à Assembleia Nacional Constituinte, pois segundo Cristóvam Buarque, integrante da Comissão na época, “houve uma pressão muito grande, por parte de muitos constituintes, para que o anteprojeto não chegasse ao Congresso; eles consideravam o texto uma intromissão do Executivo em seus trabalhos” e, em vista dessa pressão, o Presidente Sarney, tomou a decisão de não enviar o anteprojeto ao Congresso “para evitar uma crise” (BRASIL, 2015). Entretanto, o Anteprojeto não deixou de exercer influência no processo constituinte, pois foi publicado e os constituintes puderam ter acesso ao seu conteúdo, além de Afonso Arinos ter se tornado presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte (BRASIL, 2015). Judith Cortesão, por sua vez, continuou participando ativamente do processo constituinte, arrebanhando “o que chamava de ‘ecoespíões’, em apoio à costura parlamentar de Fabio Feldmann para aprovar o capítulo ‘Do Meio Ambiente’” (BERNARDO, 2007, p. 28).

A partir do ano de 1984, documentos pertencentes ao seu arquivo pessoal⁹⁰, registram, também, a atuação de Judith Cortesão como servidora da extinta Fundação Nacional Pró-Memória, órgão executivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura, na qual ocupava o cargo de Técnica em Promoção e Divulgação Cultural. Com a dissolução da Fundação Nacional Pró-Memória, pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, Judith passou a ocupar o referido cargo no, então criado, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que acabou por absorver todo quadro de servidores da extinta fundação (BRASIL, 1991; REZENDE et al, 2015). Judith Cortesão

⁸⁹ Trata-se de oito cartas enviadas à Judith Cortesão por diferentes organizações ambientais, em resposta à correspondência enviada por ela anteriormente, nas quais essas organizações apresentam suas análises e sugestões a respeito dos postulados ambientais para a Constituinte. Esses documentos integram o acervo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

⁹⁰ Trata-se de seu Currículo Vitae (1998) e do documento “Análise de função”, no qual Judith Cortesão descreve as funções que desempenhou durante o período de 05 de novembro de 1984 a 15 de dezembro de 1986, enquanto Representante da Fundação Nacional Pró-Memória no Mato Grosso do Sul, ambos pertencentes ao seu arquivo pessoal sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

permaneceu como servidora do IBPC, que a partir de 1994 passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN⁹¹ (REZENDE et al, 2015), até 1º de dezembro de 1994, quando foi aposentada compulsoriamente, por completar 70 anos de idade no final daquele mês (BRASIL, 1994).

Na Fundação Nacional Pró-Memória, Judith foi responsável, a partir de 1984, pela implantação do Escritório Técnico da 8ª Diretoria Regional do SPHAN, no Estado do Mato Grosso do Sul. Permaneceu, durante dois anos, como responsável pelo Escritório Técnico (1984 e 1986), período em que, juntamente com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lutou arduamente contra a devastação no Pantanal (MARQUES, 1987). Desenvolveu diversas atividades no Estado: articulou ações com universidades e escolas locais, com as secretarias municipais e estaduais de educação, cultura, esportes, saúde e segurança pública, com a Assembleia Legislativa, entre outras instituições locais; organizou e participou de exposições, levando, inclusive 38 peças artesanais populares brasileiras para uma exposição na Casa de Cultura de Genebra; ministrou palestras; desenvolveu projetos de valorização da cultura e da língua indígenas; coordenou a Diretoria de Bibliotecas de Campo Grande e o Catálogo Coletivo de Bibliografia Sul-mato-grossense (CORTESÃO, 1986)⁹². Além dessas e outras tantas atividades que desempenhou, Judith também elaborou um relatório, em 1985, a partir das informações coletadas nas expedições que organizou ao longo do Rio Paraná, que apontava as ameaças ao patrimônio natural e cultural advindas do alagamento de áreas ribeirinhas e insulares, em consequência da construção de represas no Rio Paraná, e propondo ações para salvaguarda dos bens históricos, culturais e

⁹¹ Cabe aqui um esclarecimento em relação às diversas denominações que essa instituição teve ao longo dos seus quase 80 anos de atuação, as quais descreve-se, cronologicamente, a seguir: 1937-1946 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); 1946-1970 - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); 1970-1979 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 1979-1990 - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória); 1990-1994 - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); a partir de 1994 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (REZENDE et al, 2015).

⁹² Informações obtidas através do documento "Análise de função", no qual Judith Cortesão descreve as funções que desempenhou durante o período de 05 de novembro de 1984 e 15 de dezembro de 1986, enquanto Representante da Fundação Nacional Pró-Memória para o Mato Grosso do Sul; de dois ofícios recebidos e um ofício enviado por Judith Cortesão à 8ª Diretoria Regional do SPHAN; e carta enviada ao Secretário do SPHAN. Estes documentos pertencem ao acervo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

arqueológicos e evacuação das comunidades das regiões atingidas (CORTESÃO, 1985)⁹³.

Ainda em 1984, Judith propõe a implantação do Museu Terra/Homem, como alternativa à revitalização da Fazenda Pau d'Alho⁹⁴, localizada no município de São José do Barreiro, no Estado de São Paulo. A fazenda, situada em uma posição singular no Vale do Paraíba, na junção dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, começou a ser edificada em 1817, sendo considerada, se não a primeira, uma das primeiras sedes de fazenda de monocultura de café em São Paulo, tendo sido tombada pelo SPHAN, em fevereiro de 1968. Após o tombamento, a fazenda começou a ser restaurada pelo SPHAN e foi adquirida pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), para que, através de um acordo de cooperação entre as duas instituições, ali fosse implantado o Museu Nacional do Café. Após vários anos, a implantação do museu acabou não se concretizando e, em 1982, o IBC doou a propriedade ao SPHAN, em forma de comodato. Em 1984, após diversas críticas, advindas principalmente da Fundação Pró-Memória, a respeito das políticas empreendidas pelo SPHAN em relação aos modelos de uso a serem implantados na Fazenda Pau d'Alho, Judith Cortesão propõe a implantação, na fazenda, do Museu Terra/Homem (o qual sofreria duas alterações em sua denominação, passando a ser chamado, em 1986, de Projeto Terra-Homem e, a partir da publicação da portaria de sua implantação, em 1987, de Centro de Estudos Terra-Homem), que apresentava uma abordagem integradora dos elementos constitutivos do local, buscado, para além da preservação do patrimônio edificado, também a preservação do patrimônio natural e paisagístico do local (BRASIL, 1987, 2016; GUIDI, 2012; SAIA, 1975; WINTER, 2004).

Como mencionado anteriormente, Judith apresentou o projeto do Museu Terra/Homem aos coordenadores do SPHAN, em 1984, mas o início de sua implantação só foi efetivado em 14 de dezembro de 1987, através da publicação da portaria nº 220 da Secretaria Geral do Ministério da Cultura (BRASIL, 1987), que instituiu o Grupo de Implantação e Administração do Centro de Estudos

⁹³ Relatório intitulado "Patrimônio cultural e natural ameaçado pelas represas do Rio Paraná (MS/PR/SP): exposição de motivos", elaborado por Judith Cortesão, datado de 1985, no qual são apresentadas as consequências da construção de represas ao longo do rio Paraná. Documento que integra o acervo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

⁹⁴ Para mais informações a respeito da história e do processo de tombamento da Fazenda Pau d'Alho ver: SAIA, Luis. Notas preliminares sobre a Fazenda Pau d'Alho (história, restauração e projeto de aproveitamento). Revista de História, São Paulo, n. 102, p. 581-630, 2 trimestre 1975.

Terra/Homem, composto por Vladimir Murtinho, Dora de Alcântara, Bruno Pagnoccheschi, Adalto Manso, Rui Peres, Gilberto Rufino, Pedro Scherer e Judith Cortesão, presidindo a comissão. O Grupo de Estudos Terra/Homem situava-se na Fazenda Pau d'Alho, seria supervisionado pela Coordenadoria Geral de Bens Culturais e Naturais da SPHAN/Pró-Memória e tinha como competências:

assegurar a boa manutenção e administração da Fazenda Pau d'Alho [...]; promover a preservação dos bens culturais existentes na região de conturbação Rio-São Paulo; promover ações que conduzam à otimização da relação homem/terra na citada região; produzir e difundir informações com o objetivo de orientar e facilitar as ações do poder público e da iniciativa privada na região (BRASIL, 1987, p. 6613).

Segundo Maria Cecilia Winter (2004) e Rebecca de Luna Guidi (2012), uma das preocupações centrais do projeto, e que consistia no principal argumento de justificativa para a sua implementação, era o crescimento urbano acelerado e a perspectiva do processo de conurbação Rio-São Paulo, que ameaçavam o patrimônio cultural, étnico, paisagístico e natural daquela região. Segundo o projeto, seria necessária uma “redefinição cultural da relação terra-homem (...) que recupere e ou corrija – quando possível – os erros do passado e, acima de tudo, viabilizem a prospecção e diagnósticos seguros para um direcionamento futuro da situação de conurbação Rio- São Paulo, inclusive servindo como modelo para outras regiões” (CARTA..., 1987 apud WINTER, 2004).

O primeiro passo pretendido pelo projeto era transformar a Fazenda Pau d'Alho em uma unidade autônoma da Fundação Nacional Pró-Memória, o que possibilitaria a busca de aporte orçamentário para o projeto junto a diferentes órgãos internacionais, como a Unesco, a Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial. Através do apoio desses organismos, o projeto teria abarcado investimentos da ordem de 28 milhões de dólares, que seriam repassados quando fossem iniciados os trabalhos (GUIDI, 2012).

Segundo Guidi (2012), outra preocupação era a formação de quadros de pesquisadores e, para tanto, o projeto previa a realização de cursos de pós-graduação, “capacitação para-universitária (Universidade Aberta) e complementação de conhecimentos técnicos” (GUIDI, 2012, p. 85), contando, para isso, com parceiros como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG), o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ), entrou outros.

Apesar de, no final de 1987, Judith Cortesão passar a residir na Fazenda Pau d'Alho e a verba para o projeto ter sido aprovada em 1986, tanto Winter (2004) quanto Guidi (2012) relatam que o Projeto Terra-Homem nunca chegou a ser concretizado. Além disso, segundo as autoras, não foram encontradas nos arquivos, informações a respeito dos motivos que impediram a sua execução, ou tampouco puderam determinar se estariam ou não relacionados à extinção da Fundação Nacional Pró-Memória, que viria a ocorrer em 1990. Não obstante, Judith Cortesão recebeu o Prêmio de Museologia Paulo Duarte do ano de 1986, na categoria Projeto Museológico, pelo Museu Terra-Homem (SÃO PAULO, 1988). A premiação foi promovida pela extinta Associação Paulista de Museólogos (ASSPAM), e tinha sua comissão julgadora composta pelo Presidente da Associação Paulista de Museólogos, por um representante da Secretaria de Cultura, por um representante do Instituto de Museologia de São Paulo e por um profissional de museologia atuante no Estado de São Paulo, eleito por Assembleia Geral da Associação Paulista de Museólogos (SÃO PAULO, 1987).

Infelizmente, o acervo Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG, não possui nenhum exemplar do Projeto Terra-Homem e também não foi possível o acesso ao processo de tombamento da Fazenda Pau d'Alho ou aos relatórios das atividades lá exercidas, já que estes documentos pertencem ao Arquivo Noronha Santos do IPHAN, localizado no Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio de Janeiro e ao Arquivo do IPHAN, em São Paulo, e só podem ser acessados mediante presença *in loco*⁹⁵. Entretanto, dado o objetivo dessa dissertação, esses processos não se constituem em documentos essenciais, já que o que se pretende é traçar a trajetória da professora Judith Cortesão de forma geral e, para tanto, os documentos disponíveis foram suficientes. As informações aqui apresentadas puderam ser obtidas, através do artigo de Maria Cecília Winter (2004) e da dissertação de Rebecca de Luna Guidi (2012), já citadas anteriormente, além de alguns ofícios e um breve relatório da Fundação Pró-Memória pertencentes ao acervo pessoal de Judith Cortesão. Apesar de não ter acesso ao projeto propriamente dito, pôde-se perceber semelhanças em relação ao Programa

⁹⁵ Informação obtida através de contato realizado por e-mail com o arquivo do IPHAN de São Paulo, no dia 06 de junho de 2016.

Terra/Homem desenvolvido por ela, em anos anteriores, em Portugal, não só pelo nome, obviamente, mas porque em ambos pode-se notar a preocupação em relação à conservação da biodiversidade e da cultura local, além da formação e capacitação do que Judith chamava de “quadros” de pessoas.

Concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos na Secretaria Especial do Meio Ambiente e na Fundação Nacional Pró-Memória, ainda durante a década de 1980, Judith Cortesão participou da fundação de duas Organizações Não-Governamentais (ONGs) de cunho ambientalista: a Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA) e a Fundação SOS Mata Atlântica (BORGES, 2009; CORTESÃO, 1998; SOS MATA ATLÂNTICA, 2007)

Na verdade, a primeira unidade da ARCA, foi criada em 21 de setembro de 1978, em Brasília, no Instituto de Arquitetos do Brasil, por um pequeno grupo de técnicos e acadêmicos de Arquitetura, motivados por Judith Cortesão. Depois de sua fundação em Brasília, foram criadas, em 1982, outras duas unidades regionais, uma em Goiás e outra na Chapada dos Guimarães⁹⁶. Essas duas unidades da ARCA foram as que obtiveram maior destaque pelas ações que desenvolveram e também as duas que permaneceram ativas. Em seu estatuto, a ARCA apresenta-se como uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, “formada por profissionais interessados em promover o conhecimento e contribuir na recuperação e conservação do ambiente, com a promoção do desenvolvimento sustentável” (BORGES, 2009, p. 20). Segundo Borges (2009), em âmbito nacional, a ARCA obteve um alcance limitado, mas, regionalmente, desenvolveu diversas ações bastante significativas, participou do desenvolvimento do plano diretor de vários municípios do estado de Goiás, como Planaltina, Terezópolis, entre outros, participou dos conselhos estaduais e municipais do meio ambiente, além de outras inúmeras ações promovidas pela associação⁹⁷, tendo também apoiado a produção

⁹⁶ Em seu *Curriculum Vitae* (1998), Judith Cortesão apresenta-se como sócio-fundadora de outras duas unidades da ARCA em Salvador, na Bahia, e em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Segundo depoimento de Rita Patta Rache, com o apoio de Judith Cortesão, ela, juntamente com um grupo de pessoas do Museu Oceanográfico da FURG, fundaram uma unidade da ARCA em Rio Grande, em 1991, mas, segundo palavras de Rita, “nunca saiu do papel, a gente até registrou no cartório e aí acabou não indo pra frente” (LOUSADA, 2006, p. 253). Em relação à unidade de Salvador, não conseguiu-se encontrar informações a respeito de sua existência.

⁹⁷ Para mais informações a respeito das ações desenvolvidas pela ARCA, ver a dissertação de Rafael Borges, 2009. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Disserta____o_Rafael_Borges_ARCA_e_Funda____o_O_Botic____rio_Uma_perspectiva_sobre_o_movimento_ambiental.pdf>. Acesso em 10 out. 2015.

de filmes e áudio-visuais, incluindo um documentário escrito por Judith Cortesão “O Mundo Natural do Cerrado”.

A Fundação SOS Mata Atlântica, por sua vez, segundo informações obtidas no *site* da organização⁹⁸, foi criada em 20 de setembro de 1986, na cidade de São Paulo, por um grupo de cientistas, empresários, jornalistas e defensores da questão ambiental, com o objetivo de defender os últimos remanescentes de Mata Atlântica no país e, para isso, buscavam profissionalizar pessoas e gerar conhecimento sobre esse bioma. Conforme texto publicado no site da fundação, em 2007, em homenagem a Judith Cortesão, consta que esta, além de ser fundadora da SOS Mata Atlântica, foi também conselheira e depois consultora da fundação (SOS MATA ATLÂNTICA, 2007). De acordo com Santilli (2005), a Fundação SOS Mata Atlântica é umas das organizações ambientalistas mais atuantes do país, desenvolvendo projetos que vão além da preservação da Mata Atlântica, passando a promover ações e campanhas de proteção ao bioma marinho brasileiro e de educação ambiental em meios urbanos, visando a despoluição de rios, o acompanhamento de políticas públicas relativas à gestão de resíduos sólidos, preservação de árvores e parques urbanos, entre outras.

Também no ano de 1986, o então Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, por meio do Decreto de 05 de novembro de 1986, concedeu à Maria Judith Zuzarte Cortesão a “Medalha do Mérito Alvorada”, por sua relevante contribuição para o progresso do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1986). A distinção foi instituída no ano de 1970 pelo Governo do Distrito Federal, através do Decreto nº 1.435, de 27 de agosto de 1970, com o objetivo de homenagear personalidades civis ou militares que tenham “de modo relevante, contribuído para o progresso do Distrito Federal, por meio de atividades artísticas, assistenciais, científicas, comerciais, culturais, esportivas, industriais, de administração pública, de divulgação, de ensino, de saúde e de segurança” (DISTRITO FEDERAL, 2008).

No final de 1980 e início de 1990 a questão ambiental estava em grande efervescência, várias comissões, grupos de trabalhos e convenções discutiam a crise ecológica mundial e buscavam alternativas para os principais problemas ambientais globais, entre eles, o efeito estufa, as mudanças climáticas, a poluição, a fome, a pobreza, a extinção de espécies, entre diversos outros. Judith Cortesão,

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.sosma.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2015.

representou o Brasil em várias conferências e comissões internacionais, entre as quais estão a 14ª Comissão do Patrimônio da Humanidade, realizada em Banff, no Canadá, em dezembro de 1990 (CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITERAGE, 1990)⁹⁹; a 3ª Reunião da Convenção das Nações Unidas para a Conservação de Espécies Animais Silvestres Migratórias, em Genebra, na Suíça, em setembro de 1991, (CONVENTION ON THE CONSERVATION OF MIGRATORY SPECIES OF WILD ANIMALS, 1993); o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Caracas, na Venezuela, no ano de 1992 (WORLD CONGRESS ON NATIONAL PARKS AND PROTECTED AREAS, 1993) e a 45ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, ocorrida em Quioto, no Japão, em maio de 1993 (INTERNATIONAL WHALING COMMISSION, 1993)¹⁰⁰, ficando responsável pela compilação das informações necessárias para a elaboração do relatório anual das atividades de pesquisa em cetáceos desenvolvidas no Brasil, apresentado ao Comitê Científico dessa Comissão. Além dessas comissões e convenções citadas, no *Curriculum Vitae* (1998)¹⁰¹ de Judith Cortesão, encontra-se, também, referência à sua participação na Comissão Internacional dos Oceanos, realizada em 1992, no Rio de Janeiro; na Convenção sobre a Poluição Marinha de Origem Terrestre, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Quênia, na qual participou como delegada plenipotenciária; e na Comissão Especial para a América Latina (CEPAL), em Santiago, no Chile, entretanto, não se conseguiu encontrar outras referências da sua participação, além do seu *Curriculum Vitae*.

Consta, também, em seu *Curriculum Vitae* (1998), a sua participação como representante do Ministério do Meio Ambiente na Comissão de Apoio à pesquisa no Arquipélago de Alcatrazes, do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo participado do movimento “Projeto Alcatrazes” e contribuído na elaboração do projeto de lei 5.673/90, proposto pelo Deputado Federal Fábio Feldmann, em 1990, no qual se

⁹⁹ Relatório da 14ª Comissão do Patrimônio da Humanidade, realizada em Banff, no Canadá, em dezembro de 1990, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

¹⁰⁰ Comunicação circular enviada aos comissários, governos participantes e membros do comitê científico da 45ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, realizada em maio de 1993, em Quioto, no Japão. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

¹⁰¹ *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, datado de 1998, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

pretendia a criação do Parque Nacional dos Alcatrazes, projeto que foi arquivado depois de 7 anos de tramitação (CORTESÃO, 1998¹⁰²; BRASIL, 1990).

4.4 Rio Grande, a FURG e o Mestrado em Educação Ambiental

Judith Cortesão considerava-se brasileira, apesar de ter nascido em Portugal e morado em inúmeros países. Segundo entrevista concedida ao programa “Ação FURG” por Lauro Barcelos, diretor do Complexo de Museus da FURG e amigo muito próximo da professora:

Se perguntassem a ela se era portuguesa ela dizia: “não, sou brasileira”. [...] Mas “perai” um pouquinho, com esse sotaque todo, como que acreditarão que és brasileira? E um dia ela me respondeu, ela disse o seguinte: a nação nunca pediu desculpas à família pelo que fizeram com o pai dela, então, a honra era ser brasileira. Aqui foi o lugar onde a Judith pode ajudar, contribuir de forma intensa (BARCELLOS, 2014).

Sua relação com a cidade do Rio Grande iniciou-se em 1978, conforme depoimento de Lauro Barcelos¹⁰³, quando esteve no município visitando a localidade do Taim, a pedido de Paulo Nogueira-Neto, na época Secretário da extinta Secretaria Especial de Meio Ambiente. O Banhado do Taim fazia parte do Programa de Estações Ecológicas dessa Secretaria, por se tratar de uma importante área de pouso e reprodução de aves migratórias, além de abrigar uma fauna bastante variada¹⁰⁴. As tratativas para a criação da Estação Ecológica do Taim tiveram início em 1974, mas a oficialização de sua criação se deu somente em 1986, através do Decreto nº 92.963 de 21 de julho de 1986. No entanto, segundo Nogueira-Neto (1991, p. 82), “na realidade a Estação já havia sido criada e inaugurada em 1978”, com a publicação do Decreto nº 81.603, que estabeleceu “a Estação Ecológica do Taim, ao traçar os seus limites e declarar de utilidade pública a sua área de 33.815 hectares para fins de desapropriação”. Durante essa visita, Judith realizou estudos sobre as aves migratórias da região e participou da elaboração do documentário

¹⁰² *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, datado de 1998, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

¹⁰³ Entrevista concedida por Lauro Barcelos ao programa “Ação FURG”, em 26 de novembro de 2014, que homenageou o centenário de seu nascimento de Judith Cortesão, conforme já mencionado em nota anterior. Programa disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3FzySjT0ruk>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

¹⁰⁴ Para maiores informações sobre a Estação Ecológica do Taim ver: AZAMBUJA, Pericles. Taim, a última divisa: geografia de uma região. Santa Vitória do Palmar: Poligraph Serigrafia, 2001 e Brasil. Ministério do Interior. Secretaria Especial do Meio Ambiente. Estação Ecológica do Taim. Brasília: SEMA, 1975.

intitulado “Taim”, dirigido por Lyonel Lucini. O filme, produzido em 1979, foi contratado e pago pela SEMA com o objetivo de divulgar a Estação junto ao grande público, tendo ganho, inclusive, o prêmio de Melhor Música no 12º Festival de Brasília, em 1979 (CINEMATECA BRASILEIRA, 2016; NOGUEIRA-NETO, 1991).

As informações obtidas a partir dos estudos realizados nessa ocasião iriam servir, mais tarde, como base para um dos projetos desenvolvidos por Judith durante a sua participação na primeira expedição brasileira à Antártida, em 1982, no qual, como já relatado em capítulo anterior, Judith contou com o apoio de grande parte dos integrantes da expedição, que passaram a observar e anotar as diversas espécies de aves desde o litoral brasileiro até a Antártida, com o objetivo de identificar essas espécies migratórias.

Quase quinze anos depois de sua primeira visita ao município de Rio Grande, durante os quais desenvolveu inúmeros projetos e ações em diferentes locais do país, o estudo e a preocupação com a preservação das aves migratórias a trouxeram de volta à cidade para desenvolver, em parceria com a FURG, outro grande projeto, o Programa Asas Polares, nascido a partir dos dados obtidos através das observações realizadas durante a viagem ao Continente Antártico (GONÇALVES, 1999).

O Programa Asas Polares visava, principalmente, a proteção de áreas de pouso e reprodução de aves marinhas migratórias e, para isso, além de realizar cursos de capacitação de professores e formação de agentes multiplicadores para a conservação dessas áreas úmidas, utilizava “a mesma ‘filosofia’ das aves para realizar o intercâmbio de crianças de ambos os lados do Atlântico, através de cartas, desenhos e visitas de professores para a efetivação do contato entre as comunidades” (A IMPORTÂNCIA..., 1999, p. 9).

O programa foi o primeiro projeto internacional de Educação Ambiental liderado pelo Brasil, sendo apresentado pela professora Judith Cortesão durante a sua participação, como representante da Secretaria Nacional do Meio Ambiente do Brasil, no IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Caracas, na Venezuela, no ano de 1992 e tendo a FURG como instituição que se dispôs a desenvolvê-lo (A IMPORTÂNCIA..., 1999; WORLD CONGRESS ON NATIONAL PARKS AND PROTECTED AREAS, 1993). Nesse período, a professora Judith ainda não fazia parte do quadro docente da Universidade, vindo a integrar-se

a ele, como professora visitante do curso de Mestrado em Educação Ambiental, no ano de 1994 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, 1994a) .

O programa desenvolveu-se na zona costeira sul brasileira, abrangendo os municípios de São José do Norte, Tavares, Mostardas, Palmares do Sul, Capivari, Pinhal, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, sendo, inicialmente, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Educação (BRASIL, 1996¹⁰⁵; MADUREIRA; TAGLIANI, 1997). Com os recursos advindos desse financiamento, foi concluído, em 1993, junto ao Museu Oceanográfico da FURG, o Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha (CEFAM), espaço onde eram ministrados os cursos de formação e capacitação de Agentes de Educação e Formação Marinha. O desenvolvimento do programa se dava a partir da parceria de diversos departamentos da FURG (Departamento de Educação e Ciências do Comportamento, Departamento de Oceanografia, Museu Oceanográfico, Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha) com as prefeituras municipais de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul e, também, com os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, já que o programa mantinha, também, uma ação conjunta com o Canadá, através da Universidade de *New Brunswick* e *Harmony Foundation*, e com o Chile, através da *Casa del Niño*, em *Punta Arenas*, além de contar com a participação de crianças indígenas e esquimós (A IMPORTÂNCIA..., 1999; MADUREIRA; TAGLIANI, 1997).

Em entrevista concedida à revista Terra, em 1999, Judith falou sobre o trabalho que desenvolvia: “há sete anos trabalho com a comunidade para criar e proteger áreas de pouso e reprodução dessas aves que migram de um polo a outro da Terra” e “os dados conseguidos naquelas observações [expedição à Antártida] são usados até hoje no Programa Asas Polares” (GONÇALVES, 1999, p. 60).

O Programa Asas Polares visava à “formação de agentes preocupados com a preservação da natureza, da sociedade e de suas culturas” e, para isso, ministrava “cursos teóricos e práticos de capacitação em educação ambiental marinha para professores, monitores, escolas e comunidades tradicionais próximas aos locais de

¹⁰⁵ Ofício do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, enviado à Judith Cortesão no dia 10 de maio de 1996, a respeito da entrega de relatório técnico referente ao Programa Asas Polares. Documento pertencente ao acervo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

pouso e cria de aves migratórias”, paralelamente ao desenvolvimento de pesquisas científicas locais (MADUREIRA; TAGLIANI, 1997, p. 55). Eram oferecidos três diferentes cursos de forma sazonal, que levavam em conta a dinâmica biológica e cultural de cada estação do ano: o curso outono/inverno, que trabalhava principalmente a questão do “pensar globalmente e agir localmente”; o curso de primavera, que tinha como temas principais a migração de aves, o uso sustentável de recursos renováveis e o patrimônio histórico, étnico e cultural; e o curso de verão, que tinha como temas a pesca de pequeno, médio e grande porte e a mulher costeira como agente de transformação. Entre os anos de 1995 e 1996, foram oferecidos mais dois cursos: capacitando a escola para a educação ambiental marinha e a mulher como agente de transformação: alfabetizando adultos (MADUREIRA; TAGLIANI, 1997). Esse último projeto focava-se na alfabetização de mulheres pescadoras das colônias de Pesca Z1, Z2 e Z3 (Rio Grande, São José do Norte e Pelotas, respectivamente), pois, segundo Judith, era necessário instrumentalizar essas mulheres já que elas eram “as verdadeiras tomadoras de decisão nas famílias dos homens do mar” (SILVA, 2014, p. 49).

Além dos relatórios do Programa Asas Polares, exercícios 1993-1994 e 1995-1996, o programa produziu textos didáticos que serviam de apoio para os cursos ministrados, como o “Guia de aves”, “Alimentação de aves”, “O pássaro é um voo”, “Ecologia para a primeira infância”, “Brincando com a natureza” e a cartilha para alfabetização de adultos “Viva o Povo que Vive do Mar, Viva o Mar” (MADUREIRA; TAGLIANI, 1997). No arquivo pessoal de Judith Cortesão, consta o projeto para a edição do livro “Educação Ambiental para a Primeira Infância”¹⁰⁶, que se pretendia um guia para pais e educadores para a orientação de crianças de até sete anos de idade, nas questões relacionadas ao meio ambiente, no entanto, esse guia não chegou a ser editado.

Até o ano de 1999, o programa promoveu a formação de onze Agentes de Educação e Formação Marinha dentro da Universidade (alunos de graduação), a participação nos cursos sazonais de 43 alunos (entre professores municipais e estaduais, estudantes, mães e pescadores) e a realização de um curso para 55 alunos de escolas estaduais e municipais de Rio Grande, totalizando a formação de

¹⁰⁶ Trata-se do documento intitulado “Pré-projeto editorial: Educação Ambiental para a primeira infância: em louvor da vida”, de autoria de Judith Cortesão, que integra o seu arquivo pessoal, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

109 agentes. Além da formação desses agentes, que atuavam em nível local, o programa também previa o intercâmbio de experiências e conhecimentos, através da troca de correspondência entre escolas e comunidades nacionais e internacionais, envolvendo, inclusive, comunidades indígenas e de esquimós (MADUREIRA; TAGLIANI, 1997).

No âmbito do Programa Asas Polares, Judith realizou também, entre os anos de 1993 e 1994, uma série de expedições científicas à localidade da Restinga Norte, situada entre os municípios de São José do Norte e Mostardas, região que faz parte da Área IV da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, além das expedições à Estação Ecológica do Taim. Essas expedições eram integradas por pesquisadores e colaboradores do Museu Oceanográfico, visando o reconhecimento de aves migratórias e de seus principais locais de refúgio na Restinga Norte, além de demarcar importantes áreas para posteriores trabalhos de observação e preservação (ELISEIRE JUNIOR, 1993; HELLEBRANDT, 1994; MATOS, 1993)¹⁰⁷.

No ano de 1994, Judith Cortesão passa, então, oficialmente, a fazer parte do quadro de professores da FURG, sendo contratada pelo Departamento de Educação e Ciências do Comportamento (DEEC) como professora visitante do recém criado Mestrado em Educação Ambiental¹⁰⁸, a partir de solicitação realizada através do Ofício 009/94, de 04 de março de 1994, da Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa ao então Reitor Carlos Rodolfo Brandão Hartmann (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, 1994b)¹⁰⁹. O contrato, assinado no dia 07 de março de 1994, foi prorrogado, a pedido do Diretor do Museu Oceanográfico da FURG, Lauro Barcellos, até 06 de março de 1998, tendo como justificativa os “importantes serviços ao Museu e à FURG”, prestados pela professora (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, 1994a, 1995a, 1995b)¹¹⁰. Em 05 de março de 1998, mesmo após o

¹⁰⁷ Tratam-se de três relatórios referentes às expedições realizadas à localidade da Restinga Norte, entre outubro de 1993 e janeiro de 1994, pertencentes ao acervo Judith Cortesão, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

¹⁰⁸ O Mestrado em Educação Ambiental da FURG foi fundado em 1994 e teve a sua primeira dissertação defendida em 1997, sendo o único curso mestrado em Educação Ambiental reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Brasil. Em 2006, a FURG passou a oferecer também o doutorado em Educação Ambiental, também único no Brasil, conforme dados disponíveis no site da Capes: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

¹⁰⁹ Ofício 009/94, de 04 de março de 1994, da Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa ao então Reitor Carlos Rodolfo Brandão Hartmann, pertencente ao arquivo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da FURG.

¹¹⁰ Trata-se do Contrato de pessoal de Judith Cortesão, enquanto professora visitante do Mestrado em Educação Ambiental da FURG, assinado em 07 de março de 1994; do Ofício MOFURG

fim do período de quatro anos, permitidos legalmente para a permanência de professores visitantes, o Reitor Carlos Alberto Eiras Garcia, por meio do memorando do Gabinete do Reitor nº 035/98, solicita a permanência da professora Judith Cortesão na folha de pagamento da Universidade “devido ao grande número de atividades desenvolvidas por ela, não podendo as mesmas sofrer qualquer tipo de interrupção” e complementa dizendo que tal situação “deverá perdurar até o momento de encontrarmos outra solução para o caso” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, 1998)¹¹¹.

A situação perdurou até 17 de abril de 2001, quando a professora foi excluída da folha de pagamento da Universidade, em razão do posicionamento da Comissão de Auditoria da Secretaria Federal do Controle Interno, que determinou a sua imediata retirada por falta de amparo legal para sua permanência (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2001)¹¹². A permanência de Judith Cortesão e o pagamento irregular de seus proventos, contribuíram, entre outros fatores, para a não aprovação das contas do exercício de 2000 da FURG, junto ao Tribunal de Contas da União, o que levou à aplicação de multa ao então Reitor Carlos Alberto Eiras Garcia, responsável pela prestação de contas da Universidade (BRASIL, 2002, 2004).

Durante os sete anos em que atuou como docente do curso de Mestrado em Educação Ambiental (1994 a 2001), Judith Cortesão lecionou a disciplina de Educação Ambiental Marinha (Figuras 19), orientou oito dissertações, foi coorientadora de duas e participou da banca examinadora de outras três. A disciplina de Educação Ambiental Marinha tinha como ementa:

A disciplina visa iniciar os alunos numa teoria e numa prática de divulgadores e formadores da/em educação ambiental marinha. A educação como palavra, instrumento de tomada de decisão. Abordar-se-á a evolução dos paradigmas filosóficos e sociais da nossa era e essa parte teórica (apoiada continuamente na pesquisa de campo e no diálogo com comunidades) completar-se-á por um treinamento assíduo em trabalho de

011/95, enviado pelo Diretor do Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de C. Rios, Lauro Barcellos, ao Reitor da Universidade solicitando a renovação do contrato da professora; e do Termo Aditivo assinado em 06 de março de 1995, prorrogando o contrato da professora Judith até 06 de março de 1998, todos documentos pertencentes ao arquivo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da FURG.

¹¹¹ Memorando Nº 035/98 do Gabinete do Reitor, enviado em 05 de março de 1998, à Pro-Reitoria Administrativa, solicitando a permanência da professora Judith na folha de pagamento da Universidade. Documento pertencente ao arquivo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da FURG.

¹¹² Memorando No. 083/01, pertencente ao arquivo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da FURG, enviado em 17 de abril de 2001, pela Pró-Reitoria Administrativa ao Setor de Folha de Pagamento, solicitando a exclusão da professora Judith Cortesão da folha de pagamento da FURG,

equipe. A avaliação levará em conta a capacidade do aluno a trabalhar em grupo assim como de associar uma visão global dos cenários mundiais com a agilidade em identificar e discutir alternativas viáveis de ações sinérgicas locais. Algumas unidades básicas são: evolução dos paradigmas e educação ambiental; dinâmica da sociedade no decurso do século XX; o Planeta Água, o Planeta Oceano: de Estocolmo à ECO-92; a ONU e o Direito do Mar, e as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE); um mundo uno; formação de formadores e de agentes locais em educação ambiental e aprimoramento das tecnologias patrimoniais costeiras e marinhas; política nacional e internacional de educação para o mar (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, [1994])¹¹³.



Figura 19 - Fotografia de Judith Cortesão com a turma de Mestrado em Educação Ambiental da FURG, na disciplina de Educação Ambiental Marinha (1994-1995).

Fonte: Álbum de fotografias pertencente ao acervo da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

¹¹³ Ementa da disciplina de Educação Ambiental Marinha, ministrada por Judith Cortesão, pertencente ao arquivo Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

Em relação às suas aulas, um aspecto muito característico, destacado por todos os ex-alunos entrevistados e evidenciado na ementa da disciplina, eram as saídas de campo realizadas, principalmente, na Estação Ecológica do Taim (Figuras 20 e 21) e, também, em diversas outras localidades da região, como a Ilha da Pólvora, Lagoa Mirim, Lagoa Verde, Albardão e Ilha dos Marinheiros, cujas descrições e relatos são encontrados nos “cadernos de campo”¹¹⁴ de alguns alunos, que integram o seu acervo pessoal. Adriane Lobo Costa, ex-aluna de Judith, em entrevista realizada para essa pesquisa, destaca também o uso de cartazes como uma característica marcante em suas aulas (Figura 22):

Ela adorava usar cartaz, isso era uma característica dela, ela fazia muitos cartazes, de cartolina assim, quando ela começa a desenvolver um tema, as vezes até informalmente, ela pedia: “traz uma cartolina!” Ela tinha em casa sempre cartolina branca onde ela, então, desenvolvia o pensamento dela, né, sempre muito real, muito próximo da realidade, era uma ciência muito rica, né, porque tu entendia, tu compreendia pela relação que ela fazia com as coisas que tu vivia mesmo, no dia a dia, né...[...] Acho que a principal lembrança mesmo que eu tenho dela é dessa questão da cartolina, sabe? Por que eu usei muito isso, eu passei a valorizar mais essa coisa do ir construindo o conhecimento conjuntamente através dessas representações (informação verbal)¹¹⁵.



Figura 20 - Fotografia de Judith Cortesão na Base Costeira da Estação Ecológica do Taim durante saída de campo (1994-1995).

Fonte: Álbum de fotografias pertencente ao acervo da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

¹¹⁴ O “caderno de campo” consistia em um pequeno caderno, bloco ou caderneta utilizados pelos alunos para descrição dos ambientes visitados e para a anotação de suas impressões durante as saídas de campo. No arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG, encontram-se os cadernos de campo de dois ex-alunos da professora.

¹¹⁵ Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.



Figura 21 - Fotografia de Judith Cortesão com a turma da disciplina de Educação Ambiental Marinha do Mestrado de Educação Ambiental da FURG, na Base Costeira da Estação Ecológica do Taim durante saída de campo (1994-1995).
Fonte: Álbum de fotografias pertencente ao acervo da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.



Figura 22 - Fotografia de Judith Cortesão ministrando uma aula ao ar livre, utilizando um de seus recursos didáticos característicos: a cartolina (1995).
Fonte: Web álbum de Maria Colla Cortesão¹¹⁶.

¹¹⁶ Disponível em: <<https://picasaweb.google.com/111900161707499111383/JudithCortesao02#5545480022656488034>>. Acesso em: 25 out. 2014.

Além das saídas de campo, as aulas eram, por vezes, ministradas em sua própria casa, como destaca o relato da ex-aluna Núbia Martinelli:

a gente fazia um revezamento e nós levávamos ela da casa dela até o local da aula, às vezes a aula era na casa dela [...] se fazia café, se tinha aula durante toda a tarde... Se alguém precisasse de “pouso”, como ela dizia, também tinha, enfim, ela sempre hospedava um estudante, dois ou três, quantos coubessem [risos], porque o coração era grande e a casa era grande também...(informação verbal)¹¹⁷.

Isabel Cristina Gonçalves, ex-aluna do Mestrado em Educação Ambiental e que teve a orientação de Judith Cortesão durante o desenvolvimento de sua dissertação, na apresentação de sua tese de doutoramento em Educação Ambiental, concluída em 2011, relembra as aulas ministradas pela professora e as saídas de campo, durante o mestrado:

Tínhamos longas conversas nas tardes, naquela mesa gigante de sua casa onde ela nos servia o café da tarde e nos brindava com sua imensa sabedoria. Mulher fantástica, em sua casa com seu gato e seus livros, e sua conversa suave, com seu forte acento luso e sua imensa disposição. Lembro das saídas de campo que fazíamos, nas quais aquela senhora era a mais disposta, incansável. Por várias vezes em sua aula eu disfarçava o choro, as aulas dela me atingiam de tal forma que eu me emocionava chegando às lágrimas (GONÇALVES, 2011, p. 19).

No período que Núbia Martinelli e Isabel Cristina Gonçalves referem-se em seus relatos, entre os anos de 1998 e 1999, Judith residia em um sobrado à rua Rio Branco, nº 1.159, no bairro Lagoa, na cidade do Rio Grande. A casa de Judith é uma lembrança recorrente nas narrativas do grupo de ex-alunos entrevistados. Daniel Prado, ex-aluno da professora, em seu depoimento, recorda da casa da professora como um “um espaço de reunião da juventude”, onde “ela recebia muitos convidados, alunos, colegas” (informação verbal)¹¹⁸. Lauro Barcellos, amigo próximo de Judith, relembra que sua casa estava sempre cheia de pessoas dos mais diversos perfis, mas todos conviviam com muita harmonia: “uma fazia botões, a outra fazia comida, a outra arrumava a cama, a outra ouvia música, a outra tocava violino, a outra escrevia poesia... Era uma grande casa de coisas acontecendo numa harmonia, numa serenidade...” (informação verbal)¹¹⁹.

¹¹⁷ Entrevista de Nubia Rosa Baquini da Silva Martinelli, realizada em 16 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹¹⁸ Entrevista de Daniel Porciuncula Prado, realizada em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹¹⁹ Discurso proferido por Lauro Barcellos, diretor do Museu Oceanográfico, na abertura da “Exposição 100 anos Judith Cortesão”, que ocorreu no dia 09 de dezembro de 2014, na Biblioteca Central da FURG, situada no Campus Carreiros da Universidade, em Rio Grande, RS.

De acordo com a informação da ex-aluna Adriane Lobo Costa¹²⁰, antes de morar nessa casa localizada à rua Rio Branco, Judith residia em uma casa localizada na RS734, rodovia que liga a cidade do Rio Grande ao Balneário Cassino, situada na região onde, atualmente, encontra-se a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde, tendo, inclusive, prestado uma importante contribuição na “gestão da área e com ações para alertar sobre a importância do local” (BEHLING, 2007, p. 93).

Entre os anos de 1996 e 1999, Judith integrou o projeto de pesquisa “Sítios de pouso e cria de aves migratórias: identificação e mapeamento”, juntamente com Rejane Both, Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), tinha por objetivo identificar as espécies de aves encontradas na Lagoa Verde e conseguiu, através das saídas de campo realizadas nesse período, identificar 80 espécies de aves na região. A comprovação da existência de uma grande diversidade de aves no local demonstrou a sua importância para essas inúmeras espécies que nele encontraram condições favoráveis para pouso, cria e alimentação, constituindo-se em uma das principais justificativas para a reivindicação, junto aos órgãos públicos, de sua preservação permanente¹²¹, que culminou na criação da Área de Preservação Ambiental da Lagoa Verde - APA Lagoa Verde, através da Lei Municipal nº 6.084, de 22 de abril de 2005.¹²²

Junto ao Museu Oceanográfico da FURG, Judith prestou consultoria no desenvolvimento de diversas ações, como ressalta Lauro Barcellos, diretor do complexo de museus da FURG, em entrevista concedida ao programa “Ação FURG”:

A Judith criou, junto conosco, um programa de Educação Ambiental Marinha. O Museu Oceanográfico desenvolveu uma grande ação educativa para a comunidade com os conceitos da Judith, o próprio CCMar, a Judith

¹²⁰ Informação verbal, obtida durante entrevista realizada com Adriane Lobo Costa em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

¹²¹ Informações obtidas através do Currículo Lattes de Rejane Both. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2326000278026206>>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹²² O processo de criação da APA da Lagoa Verde teve início no ano de 1991, se estendendo por quase 15 anos, até a criação da lei no ano de 2005, sendo que o Plano de Manejo da APA da Lagoa Verde só foi instituído em 2012, através do Decreto Municipal nº 11.899/12. Mais informações sobre a APA da Lagoa Verde estão disponíveis no endereço eletrônico: <<http://www.lagoaverde.com.br>>. Acesso em 15 maio 2016.

ajudou a criar o conceito dessa escola, foi ela também que esteve presente nesse momento, lá em 1990, mais ou menos (BARCELLOS, 2014)¹²³.

O CCMar, a que se refere Lauro Barcellos, é o Centro de Convívio dos Meninos do Mar, um centro associado ao Museu Oceanográfico da FURG, voltado ao atendimento de “jovens estudantes entre 14 e 17 anos em situação de vulnerabilidade sócio-econômico-ambiental da cidade do Rio Grande, principalmente aqueles provenientes de comunidades carentes”, ofertando “cursos básicos pré-profissionalizantes voltados para as necessidades da região e, também, dando ênfase especial a um despertar de vocações marítimas, promovendo assim, competências profissionais e humanas para ajudar na inserção ao mercado de trabalho” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, [20--]). O Centro foi inaugurado no ano de 2008, mas seu projeto começou a ser pensado em 1986 e, como salientou o idealizador e fundador do centro, Lauro Barcellos, foi com a ajuda de Judith Cortesão que se estabeleceu o seu conceito educacional, baseado nos princípios da Educação Ambiental, com ênfase na mentalidade marítima e no ambiente oceânico costeiro¹²⁴.

Em sua atuação junto ao Museu Oceanográfico da FURG, Judith Cortesão também participou diretamente da implantação do Museu Antártico¹²⁵. A proposta de criação de um museu antártico junto à FURG foi levada à discussão na 28ª Sessão Ordinária da Subcomissão do Programa Antártico Brasileiro, da qual Judith fazia parte, em 17 de março de 1993 (BRASIL, 1993)¹²⁶, tendo sido inaugurado em 07 de janeiro de 1997. Anexo ao Museu Oceanográfico, o Museu Antártico tem por objetivo expor “uma síntese da Antártida, desde a formação do continente polar, sua biodiversidade e ecologia, até um detalhamento completo sobre a história do homem no polo sul, permitindo ao visitante conhecer as atividades do Brasil nessa região inóspita” (BARCELLOS, L; BARCELLOS, G., 2012, p. 275). Para tanto, o prédio que abriga o museu foi construído em cinco módulos, de forma a reproduzir as primeiras instalações da Estação Antártica Brasileira Comandante Ferraz. Sua exposição

¹²³ Entrevista concedida por Lauro Bracelos ao programa “Ação FURG”, em 26 de novembro de 2014, conforme já mencionado em nota anterior. Programa disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3FzySjT0ruk>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

¹²⁴ Mais informações sobre o CCMar estão disponíveis no endereço: <<http://www.museu.furg.br/ccmar.html>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

¹²⁵ Mais informações sobre o Museu Antártico estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.museu.furg.br/museu_antartico.html>. Acesso em: 17 fev. 2016.

¹²⁶ Correspondência enviada a Judith Cortesão informando a agenda para a 28ª Sessão Ordinária da Subcomissão do PROANTAR, em 12 de março de 1993. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

inclui painéis com textos, fotos, amostras biológicas e geológicas, além de alguns objetos utilizados pelos brasileiros na estação.

Em 1998, enquanto integrante da Comissão de Ensino à Distância, a professora Judith trabalhou junto à Representação da FURG em Brasília, a fim de implementar convênios da Universidade com o Ministério da Marinha/SECIRM, com o Ministério da Educação e Desporto/SESU e com a Universidade de Brasília/CEAD (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 1998)¹²⁷. Entre os anos de 1999 e 2000, representou a FURG nos trabalhos relativos à Educação Ambiental, junto ao programa “Pró-Mar de Dentro” (CORTESÃO, 2000)¹²⁸. O Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim - Pró-Mar de Dentro, foi instituído pelo Decreto nº 35.237, de 06 de maio de 1994, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de “propiciar a recuperação da qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais e o manejo ambiental auto-sustentável [sic] da produção industrial, agrícola, pecuária e florestal” na área de abrangência da Bacia, além de promover o gerenciamento ambiental participativo (RIO GRANDE DO SUL, 1994, p. 3), abrangendo o território banhado pela laguna dos Patos, lagoas Mirim, Mangueira, do Peixe e dos Barros, canal São Gonçalo, rios Jaguarão, Piratini, São Lourenço e Camaquã, arroios Pelotas, Turuçu e Velhaco, entre outros (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Mesmo trabalhando como docente na FURG, Judith continuou participando de diversas comissões como consultora honorária do Ministério do Meio Ambiente. Em 1996, passou a integrar o Grupo de Trabalho Permanente para Ocupação e Pesquisa no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, criado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), através da resolução nº 001/96/CIRM, de 11 de junho de 1996, no âmbito do Programa Arquipélago São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO)¹²⁹. O grupo tinha como objetivo principal

¹²⁷ Comunicação do Reitor da FURG, Carlos Alberto Eiras Garcia, ao Diretor da Representação da Fundação Universidade do Rio Grande em Brasília, em 07 de dezembro de 1998. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala verde Judith Cortesão, da FURG.

¹²⁸ Relatório das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Mar de Dentro, elaborado por Judith Cortesão em 01 de novembro de 2000. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

¹²⁹ Maiores informações a respeito do Programa Arquipélago São Pedro e São Paulo estão disponíveis no endereço: <<https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/arquipelago.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

a implementação de uma Estação Científica permanente no local (inaugurada em 25 de junho de 1998), que propiciasse o desenvolvimento de pesquisas científicas de forma sistemática e a ocupação definitiva da área (BRASIL, 1998a, 1998b, 2000; COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR, 1995)¹³⁰. A professora, também, coordenou o Projeto de Educação Ambiental Marinha do Programa Arquipélago, gerenciando e orientando diversas pesquisas entre os anos de 1998 e 2000 (CORTESÃO, 1999)¹³¹, tendo, para tanto, participado de diversas expedições ao local (Figura 23, 24 e 25). Em uma dessas expedições, Judith, já com mais de 80 anos de idade, desembarcou no Arquipélago içada pelo guindaste de um navio. Quando questionada a respeito, em entrevista concedida à revista Terra, Judith brincou dizendo que se tratava de “uma nova técnica de descida de damas” (GONÇALVES, 1999, p. 63).

¹³⁰ Trata-se da proposta de resolução nº 001/96/CIRM, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, datada de 1995 e de três correspondências enviadas pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar a Judith Cortesão. Duas delas convidando a professora para participar da 4ª e 5ª sessões ordinárias do Grupo de Trabalho Permanente para a Ocupação e Pesquisa no Arquipélago São Pedro e São Paulo, datadas, respectivamente, de 26 de fevereiro e 12 de maio de 1998. Na terceira correspondência, são enviadas cópias dos projetos que seriam analisados na Sessão do Comitê Executivo do Programa Arquipélago, datada de 14 de novembro de 2000. Documentos pertencentes ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

¹³¹ Carta de Judith Cortesão para a Divisão de Recursos do Mar, de 13 de janeiro de 1999, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.



Figura 23 - Fotografia de Judith Cortesão no Arquipélago São Pedro e São Paulo (sem data).
Fonte: Acervo pessoal Clayton Lino.



Figura 24 - Fotografia de Judith Cortesão no Arquipélago São Pedro e São Paulo (sem data).
Fonte: Acervo pessoal Clayton Lino.



Figura 25 - Fotografia dos integrantes da expedição ao Arquipélago São Pedro e São Paulo (sem data).

Fonte: Acervo pessoal de Clayton Lino.

Também representou o Ministério do Meio Ambiente na Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” (COBRAMAB). A Comissão foi criada em 1974, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de planejar, coordenar e supervisionar, no país, as atividades relacionadas ao Programa “*Man and the Biosphere*”, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1999, a Comissão passou a fazer parte do Ministério do Meio Ambiente e Judith Cortesão passou a integrar a referida comissão como representante suplente do Ministério da Educação (BRASIL, 1974b, 1999, 2000; CORTESÃO, 1998).

Em 1999, Judith participou da fundação de mais uma ONG voltada às questões ambientais, o “Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental”, de São Paulo, que tem por finalidade a articulação e o desenvolvimento de projetos e políticas socioambientais voltados para o bem-estar do ser humano e do ambiente (INSTITUTO ACQUA, 2014)¹³².

Judith Cortesão engendrou inúmeros projetos e ações ao longo de sua vida e durante o período que atuou como docente na FURG, não foi diferente. Dentre eles,

¹³² Informação disponível no site do Instituto no endereço: <<http://www.institutoacqua.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2016.

alguns que foram desenvolvidos, como o Projeto Asas Polares, apresentado anteriormente, e outros que nunca chegaram a ser implantados. Luiz Carlos Rodrigues, ex-aluno e amigo da professora Judith destaca, em seu depoimento, essa característica da professora e narra alguns projetos dos quais participou com ela:

A Judith era assim de criar muitos projetos, participei de vários, assim, de sentar e elaborar projetos com ela, discutir projetos, um exemplo foi a fazenda de criação de borboletas em Imaruí [...], foram vários... [...] teve o projeto em Ilópolis, aqui no Rio Grande do Sul, que ela deu a ideia da construção das cabanas do silêncio e depois o projeto de catalogar as cascatas e cachoeiras e as grutas e criar um local de educação ambiental [...], na Fazenda Trijunção, no qual eu participei com ela... (informação verbal)¹³³.

O projeto da fazenda de criação de borboletas em Imaruí, cidade de Santa Catarina, acabou não sendo implementado, “ficou no papel”, conforme relata Luiz Carlos Rodrigues, que visitou o local juntamente com a professora Judith (informação verbal)¹³⁴. Já o projeto “Sertão da Trijunção, história oral”, teve início no ano de 1999, no entanto, não teve prosseguimento. O projeto foi desenvolvido na Fazenda Trijunção, localizada em uma posição peculiar, na junção dos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, e tinha como objetivo reconstruir a história e a cultura sertaneja do entorno da Trijunção, a partir de relatos orais do homem sertanejo. Para tanto, previa a criação de um museu da cultura sertaneja local, com exposições itinerantes, o desenvolvimento de ações de educação ambiental e a edição de livros e materiais didáticos para utilização nas escolas locais, como forma de divulgação da história regional e valorização da cultura sertaneja local (SERTÃO..., 2000)¹³⁵. Segue abaixo a transcrição do trecho da entrevista de Luiz Carlos Rodrigues no qual descreve o projeto e a sua participação:

Esse [projeto] da Fazenda Trijunção era assim, era uma que ficava: Goiás, Minas e Bahia, por isso que era Trijunção, e ela tinha ideia de uma exposição itinerante, então era um veículo que ia fazer um raio de 500 quilômetros a partir do centro da Trijunção, então ele ia nas localidades do cerrado adquirindo material e fazendo a exposição, então ela foi pra lá pra fazer isso aí, aí eu fui pra lá e morei na fazenda [...], nisso também já surgiu o projeto, que era lá da fazenda, que eu não sei como é que tá, que era a Universidade Aberta do Cerrado, que era repovoar dentro da fazenda os animais do Cerrado, então tinha esse projeto, então ela foi pra fazenda, vieram professores, doutores de fora, se conversaram muito e esse era o projeto da Trijunção [...] Aí eu fui pra lá pra resgatar coisas, conversar com pessoas, então eu morei nessa fazenda, trabalhei lá [...] Nesse período ela

¹³³ Entrevista realizada com Luiz Carlos Rodrigues em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹³⁴ Entrevista realizada com Luiz Carlos Rodrigues em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹³⁵ Projeto “Sertão da Trijunção, história oral”, pertencente ao acervo Judith Cortesão sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

foi pro Rio de Janeiro e ela teve um projeto que era levar os meninos de duas favelas, acho que uma era da Maré, pro Cerrado, pra eles aprenderem, verem o cerrado [...]. A fazenda “bancou” um ônibus com crianças que foram do Rio de Janeiro pra essa fazenda e lá essas crianças produziram materiais, eles trabalhavam com pintura [...], isso foi em 99 (informação verbal)¹³⁶.

Ainda segundo o relato de Luiz Carlos, “esse projeto da Fazenda Trijunção “tava” andando, mas como o pessoal não sabia como é que lidava com essa coisa ambiental, que é uma coisa mais demorada, então... [no momento que ela saiu], é acabou” (informação verbal)¹³⁷.

Em Ilópolis, cidade do interior do Rio Grande do Sul com cerca de cinco mil habitantes, a professora Judith teve uma importante participação na ativação do patrimônio histórico e cultural da cidade e da região do Vale do Taquari, que resultou na restauração do antigo Moinho Colonial Colognese, na construção do Museu do Pão e na criação de uma nova rota turística e cultural no Rio Grande do Sul: o Caminho dos Moinhos. Segundo texto da Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, publicado no livro “Museu do Pão: caminho dos moinhos”, em 2008, “foi ela quem primeiro nos fez voltar o olhar para os moinhos coloniais para vê-los como marcas vitais da história e da formação de nossas comunidades oriundas da imigração italiana” (MUSEU..., 2008, p. 6).

Conforme relato do ex-aluno, Luiz Carlos Rodrigues, o projeto inicial de Judith em Ilópolis, do qual ele participou, morando, inclusive, dois meses na cidade, consistia na catalogação das cascatas e cachoeiras e das grutas da região (informação verbal)¹³⁸. Através das visitas realizadas à cidade para a consecução do projeto, enquanto andava “pela pequena Ilópolis, na serra gaúcha, ela se deparou com moinhos abandonados e ficou fascinada. Nascia ali a ideia de criar uma entidade para recuperar aquela história” (BEZERRA, 2009, p. 1).

Percebendo o potencial histórico, cultural e turístico dos moinhos do Vale do Taquari, Judith escreveu sobre a relevância dessas edificações que, segundo ela, exigiam “restauração urgente, pesquisa, divulgação ampla e visitação internacional” (MUSEU..., 2008, p. 9). A professora refere-se ao Moinho Colognese, construído em 1910, na cidade de Ilópolis, como uma “obra-prima do trabalho humano”, com “quatro andares, inteiramente construído em madeira, paciente e primorosamente polida a mão, sem uma única peça de maquinaria em metal, e ainda pronto a

¹³⁶ Entrevista realizada com Luiz Carlos Rodrigues em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹³⁷ Entrevista realizada com Luiz Carlos Rodrigues em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹³⁸ Entrevista realizada com Luiz Carlos Rodrigues em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

funcionar” (MUSEU..., 2008, p. 9). Para Judith, o Moinho Colognese, “modelo primeiro de um circuito de acima de duas dezenas de moinhos do Alto do Taquari [...], constituiu elemento essencial de uma economia auto-sustentável [sic]”, em que “cortava-se a clareira, edificava-se a casa, a cerca para os galináceos e o moinho - que assegurava a polenta, o pão de milho, a quirera dos pintinhos, o farelo das vacas” (MUSEU..., 2008, p. 9).

Entre os anos de 1999 e 2000, Judith passou a residir em Ilópolis e levou seus alunos do curso de mestrado em Educação Ambiental da FURG para uma visita aos moinhos Vicenzi e Dallé, na cidade de Anta Gorda, e ao moinho Marca, no município de Putinga. Buscando sensibilizar a comunidade local para o valor patrimonial e histórico dos moinhos, ministrou pequenos cursos e palestras de educação patrimonial e ambiental no município de Arvorezinha, apoiando a criação da rota “Caminhos da Erva Mate” e participou do III Seminário Estadual de Turismo Ecológico, realizado na cidade de Encantado, falando sobre a importância e beleza dos moinhos como atrativo cultural e turístico a serem preservados (MUSEU..., 2008). Em 02 de julho de 1999, Judith Cortesão foi homenageada pela Prefeitura Municipal de Ilópolis, que a consagrou madrinha da Escola Municipal Agrícola, Florestal e Ambiental, primeiro colégio brasileiro de Ensino Fundamental com enfoque ecológico (SANTOS, 1999).

Nesse período, Judith participou do documentário “O Povo Brasileiro”, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, baseado na obra de Darcy Ribeiro, de mesmo nome. Durante as gravações do documentário, conheceu o arquiteto Marcelo Ferraz, sócio-fundador do escritório “Brasil Arquitetura” e esposo da diretora Isa Grinspum Ferraz. Mais tarde, Marcelo Ferraz e seu amigo, Manuel Touguinha¹³⁹, viriam a ser os principais responsáveis pela concretização do projeto de restauração do moinho de Ilópolis e pela criação do Museu do Pão.

Eu conheci a Judith por conta do programa do Povo Brasileiro, quer dizer, eu já conhecia o marido dela, o primeiro marido, que é pai dos filhos dela, que eu fui muito amigo dele, Agostinho da Silva, um Português que morreu em 1992, eu frequentei lá a casa dele durante uns anos e fui até um dos fundadores da Associação Agostinho da Silva [...] e a Judith eu conhecia de... assim, um pouco de um “mito” da Judith, porque onde ela passava ela fazia um “furor”, assim... [...] Bom, quando a Isa, minha mulher, “tava”

¹³⁹ Manuel Touguinha, amigo de Judith Cortesão, nasceu em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, morou em Ilópolis, foi assessor de Marcelo Ferraz, durante o período em que dirigiu o Programa Monumenta (entre 2002 e 2003), e coordenador do projeto Caminho dos Moinhos. Apesar de inúmeras tentativas de contato com Manuel Touguinha, através de e-mail e redes sociais, nenhuma obteve sucesso, por essa razão, não dispomos, nesse trabalho, de seu depoimento.

fazendo o Povo Brasileiro, ela veio gravar em São Paulo, depois veio pro lançamento e a gente teve dois encontros. Ainda quando ela veio pra São Paulo gravar, a gente “tava” fazendo um concurso aqui no escritório pra projetar [...], foi em 98, se não me engano, projetar o pavilhão do Brasil na exposição de Lisboa, na Expo 98, e a gente convidou a Judith pra ser nossa consultora, pra falar um pouco dessa coisa de Portugal, então, ela teve uns dias com a gente aqui no escritório, foi muito legal. Aí no lançamento do Povo Brasileiro [em 2000], ela me falou “olha você tinha que ir pro Sul, pra Serra Gaúcha, pra conhecer os moinhos, uma coisa fantástica, os moinhos coloniais, que são construções fantásticas”, aí eu não tinha a menor ideia, até que em 2004, se não me engano, eu tive tempo e falei: “vou pra lá”... Exatamente, 2004, a Judith já tinha ido embora pra Suíça, onde ela acabou morrendo, que ela não “tava” bem, e eu fui conhecer os tais moinhos, que ela tinha dado uma breve indicação, com esse amigo Manuel Touguinha, e visitei vários moinhos na região ali de Arvorezinha, Ilópolis, Anta Gorda, e tal.. E foi aí que surgiu a ideia nossa de fazer o Caminho dos Moinhos, o Museu do Pão e a Festa do Pão, que hoje existem (informação verbal)¹⁴⁰

O esforço de Judith em chamar a atenção para esse patrimônio surtiu efeitos e, a partir dessa visita realizada em 2004, Marcelo Ferraz e Manuel Touguinha, que na época morava em Ilópolis, começaram a “sonhar com a criação de uma rota, um caminho dos moinhos e, mais do que isso, com a festa do pão, com os pães” e, nesse sentido, elaboraram um primeiro estudo e saíram “a campo, numa peregrinação em busca de apoio” (PACHALSKI, 2012, p. 222). No mesmo ano, foi criada a Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, com o objetivo de representar o interesse em preservar os moinhos, que, a partir de recursos doados pela Nestlé Brasil, conseguiu adquirir o Moinho Colognese, na época ameaçado de demolição. A partir daí, foram estabelecidas parcerias com o curso de Restauração e Artesanato de Madeira, do Instituto Ítalo Latino Americano (IILA), com a Universidade de Caxias do Sul, IPHAN, escritório Brasil Arquitetura, Prefeitura de Ilópolis e Nestlé Brasil, que propiciaram a restauração do moinho e a construção do Museu do Pão e da Oficina de Panificação¹⁴¹, inaugurados em 2008 (MUSEU..., 2008; PACHALSKI, 2012).

No Museu do Pão são expostos objetos utilizados pelos imigrantes italianos do Vale do Taquari, refazendo a trajetória da produção do alimento “do grão ao prato” e uma linha do tempo conta a presença do pão na história da humanidade. Já o Caminho dos Moinhos é composto pelos moinhos Colognese (Ilópolis), Marca

¹⁴⁰ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa on-line), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS.

¹⁴¹ Para mais informações sobre o processo de restauração do Moinho Colognese e construção do Museu do Pão, consultar também o trabalho de: NAHAS, Patricia Viceconti. Brasil Arquitetura: memória e contemporaneidade: um percurso do Sesc Pompéia ao Museu do Pão (1977 – 2008). 2008. 2v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

(Putinga), Vicenzi e Dallé (Anta Gorda) e Fachinetto e Castaman (Arvorezinha), todos funcionando, com exceção dos moinhos Castaman e Marca, que ainda encontram-se em processo de restauração. Em 2008, o Conjunto Arquitetônico Museu do Pão venceu a 21ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo IPHAN, na categoria Preservação de Bens Móveis e Imóveis, e, em outubro de 2010, foi realizada a primeira edição da Festa do Pão, em Ilópolis, que desde então, vem se repetindo anualmente (CAMINHO..., 2016; MUSEU..., 2008; REVISTA DA 21ª EDIÇÃO DO PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE, 2008).

No ano de 2000, Judith Cortesão recebeu o “Prêmio Muriqui Especial”, em razão de ser “uma referência básica do estudo e proteção não apenas da Mata Atlântica, mas da Natureza Brasileira” (RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, c2004). O Prêmio Muriqui, criado em 1993 pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), tem o objetivo de incentivar ações que contribuam para a conservação da biodiversidade, o fomento e divulgação dos conhecimentos tradicional e científico e a promoção do desenvolvimento sustentável na área da Mata Atlântica. Os premiados são escolhidos através do voto dos membros do Conselho Nacional da RBMA, sendo outorgados dois prêmios anualmente, um para pessoas físicas e outro para entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais que tenham se destacado por suas atividades em benefício da Mata Atlântica. A premiação é hoje reconhecida como uma das mais importantes homenagens às ações ambientais no país. Conforme o site da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, “a sua integração perfeita entre Ambiente, Cultura e Educação aliada a uma permanente mobilização social, fizeram da Dra. Judith uma candidata natural ao Prêmio Muriqui Especial 2000 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” (RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, c2004).

De volta à cidade do Rio Grande, segundo relato da ex-aluna Adriane Lobo Costa¹⁴², Judith morou por um período no Hotel Atlântico, no Balneário Cassino, e depois passou a residir na casa da própria Adriane, também localizada no Cassino.

Em 14 de novembro de 2001, por iniciativa do ex-vereador Dirceu Lopes e da então vereadora Maria de Lourdes Fonseca Lose, Judith Cortesão recebeu da

¹⁴² Entrevista de Adriane Lobo Costa realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

Câmara Municipal de Vereadores do Rio Grande o Título de Cidadã Rio-grandina¹⁴³, por sua atuação destacada nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Cultura (RIO GRANDE, 2001)¹⁴⁴.

Judith mostrou toda a grandeza da sua personalidade, quando a vi alegre como uma criança e agradecida ao receber o título de Cidadã Rio-grandina na Câmara Municipal de Rio Grande, num reconhecimento do trabalho e mais amplamente da pessoa Maria Judith Zuzarte Cortesão. (informação verbal)¹⁴⁵.

De acordo com o depoimento de Adriane Lobo Costa¹⁴⁶, ex-aluna de Judith Cortesão, a professora permaneceu em Rio Grande até o final do ano de 2002, quando seus filhos vieram a Rio Grande e levaram-na para Genebra, na Suíça, onde veio a falecer no dia 25 de setembro de 2007, aos 92 anos de idade (MATRIARCA..., 2011; MORRE..., 2007). No ano de 2003 ainda voltou ao Brasil para receber a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Cultural (Figura 26), outorgada pelo, então, Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em 19 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003b). Segue o depoimento de Adriane Lobo Costa:

Eu estava em Brasília na época morando, então, ela já tinha saído daqui, [...] ela morou ali em casa entre 2001 e 2002 [...] ela foi doente, muito doente, pra Suíça [...] e depois, felizmente, eu tive essa oportunidade de reencontrá-la, então, quando ela veio receber esse prêmio, que eu morava em Brasília, então eu ciceronei eles lá e andei bastante com ela lá... [...] Ela não estava morando em Rio Grande, ela já morava na Suíça, ela veio só pra receber [o prêmio] (informação verbal)¹⁴⁷.

A condecoração, criada pelo Governo Federal por meio do decreto nº 1.711, de 22 de novembro de 1995, tem como objetivo homenagear pessoas, grupos artísticos, iniciativas ou instituições por suas contribuições à Cultura brasileira e é outorgada anualmente em comemoração ao Dia Nacional da Cultura, dia 05 de novembro, possuindo três classes: Grã-Cruz, Comendador e Cavaleiro. A “dama das ciências”, como foi descrita Judith Cortesão durante a cerimônia, foi admitida na Ordem do Mérito Cultural, na Classe Grã-Cruz. Agostinho da Silva, ex-esposo de

¹⁴³ A cópia do diploma que concede o Título de Cidadã Rio-Grandina à Dr.^a Judith Cortesão foi cedida por Adriane Lobo Costa, ex-aluna da professora no curso de Mestrado em Educação Ambiental da FURG, entrevistada em 30 de março de 2015 para o desenvolvimento dessa pesquisa.

¹⁴⁴ Ata nº 7.139 pertencente ao arquivo da Câmara Municipal de Vereadores da cidade do Rio Grande.

¹⁴⁵ Relato obtido a partir de entrevista concedida por Núbia Rosa Baquini da Silva Martinelli à autora em 16 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹⁴⁶ Entrevista de Adriane Lobo Costa realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

¹⁴⁷ Entrevista de Adriane Lobo Costa realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

Judith, também foi homenageado com a Ordem do Mérito Cultural, in memoriam, nesse mesmo ano (BRASIL, 1995, 2003b, c2013).



Figura 26 - Fotografia de Judith Cortesão recebendo a Ordem do Mérito Cultural (2003).
Fonte: MATRIARCA..., 2011.

Durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, ocorrido em Goiânia (GO), entre os dias 03 e 06 de novembro de 2004, Judith, também, recebeu uma homenagem por sua trajetória de vida (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2004), sendo reconhecida como “Dama da diversidade e das ciências, que contribuiu para o Brasil de forma mais transdisciplinar” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2005, p. 5).

Segundo Delza de Freitas Menin (2000), Judith foi condecorada pela NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) por sua dedicação ao intercâmbio científico internacional, recebendo uma medalha feita a partir de um metal trazido do espaço pela nave Colúmbia.

No ano de 2009, conforme Portaria nº 271, de 30 de março de 2009, foi conferida à professora Judith Cortesão, a “Medalha do Mérito Ambiental”, “em reconhecimento pela relevante contribuição à causa ambiental, por ocasião das comemorações do 20º aniversário do Ibama” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2009b). Criada no ano de 2009, no âmbito das comemorações dos vinte anos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), a condecoração tem como objetivo homenagear “personalidades ou instituições, nacionais ou estrangeiras, que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição à construção e consolidação do Ibama como um dos

principais órgãos ambientais do Brasil, tenham-se tornado merecedoras de especial distinção” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2009a).

No ano de 2010, o Ministério do Meio Ambiente lançou, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, uma série de marcadores de página com o intuito de homenagear mulheres ambientalistas que contribuem ou contribuíram para o fortalecimento da gestão ambiental no Brasil e para a preservação do Planeta. Foram lançados, inicialmente, quatro marcadores com a foto e uma pequena biografia das ambientalistas. Judith Cortesão foi umas das quatro primeiras ambientalistas a serem homenageadas, juntamente com Bertha Becker, Magna Renner e Dorothy Stang (FEITOSA, 2010).

Em 2015, sua biografia passou a integrar a 5ª edição das “Pioneiras da Ciência no Brasil”¹⁴⁸, uma iniciativa do Programa Mulher e Ciência, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem por objetivo divulgar o trabalho de cientistas e pesquisadoras brasileiras que contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos para a ciência e tecnologia no Brasil, nas mais diferentes áreas do conhecimento, visando, dessa forma, preservar a história e a memória dessas pesquisadoras e cientistas BRASIL, 2016).

4.5 Formação e produção acadêmica e científica

Tendo em vista todo o processo de reconstrução da trajetória de vida de Judith Cortesão, empreendido através dessa pesquisa, consideramos a sua formação acadêmica um dos pontos de sua trajetória que mais tivemos dificuldades em tecer uma narrativa mais concretamente pautada em fatos e documentos. Judith possuía uma formação muito ampla, tendo se graduado em diversos cursos de diversas áreas. Tomamos como base para a pesquisa de sua formação acadêmica, as informações presentes em dois *Curriculum Vitae*, datados de 1978 e 1998.

¹⁴⁸ No resumo biográfico, escrito para o Projeto Pioneiras da Ciência do Brasil, a ex-aluna de Judith Cortesão, Núbia da Silva Martinelli, relata os principais pontos de sua trajetória acadêmica, entre eles, a sua formação acadêmica, os principais projetos desenvolvidos e cargos ocupados, alguns prêmios e distinções recebidos, as principais publicações, além de apresentar a sua experiência de convívio com a professora Judith Cortesão enquanto aluna do curso de Mestrado em Educação Ambiental da FURG. Disponível no endereço: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil5>>. Acesso em: 10 maio 2016.

Nesses documentos constam os diversos cursos de graduação e pós-graduação que realizou, entretanto, não há referência, nessas fontes, dos períodos em que foram cursados. Buscou-se contato com as instituições informadas em seu *Curriculum Vitae*, através de e-mail e dos sites institucionais, no entanto, não obtivemos muito sucesso. Para que tenhamos acesso às informações que solicitamos, é necessário a presença *in loco*, o que se tornou inviável, levando em consideração as diversas instituições que seria necessário visitar, em diferentes países, e o tempo disponível para a realização de uma pesquisa de mestrado, além, é claro, dos custos oriundos dessas viagens. Dessa forma, não foi possível delimitar, com certeza, salvo algumas exceções, os períodos em que a professora Judith desenvolveu seus estudos.

De qualquer modo, buscamos traçar, aqui, um panorama da formação acadêmica da professora Judith, a partir das informações obtidas através dos documentos aos quais se conseguiu acesso, iniciando pelos seus estudos em nível fundamental.

Quando da transferência da família Cortesão para a França, em 1927, em razão da participação de Jaime Cortesão na Junta Revolucionária de 03 de fevereiro de 1927, Judith estava, então, com 12 anos de idade. Completou o *collège*, equivalente ao ensino fundamental no Brasil, no *Collège Sévigné*, em Paris e o *lycée*, equivalente ao ensino médio, no *Lycée de Saint Germain en Laye*¹⁴⁹, localizado na cidade de *Saint Germain en Laye*, cerca de 25km de Paris. Com a mudança de Jaime Cortesão para a Espanha, em 1931, não se sabe se Judith acompanhou o pai ou se permaneceu na França para dar continuidade aos seus estudos, já que em seu *Curriculum Vitae* (1978, 1998) consta que se graduou em Letras na *Université Paris Sorbonne*, onde defendeu a tese “*Littérature de Voyages: Renaissance Portugaise*”¹⁵⁰, sob orientação do professor Georges Le Gentil. Infelizmente, não foi possível determinar com precisão o período de sua formação, no entanto, sabe-se que o professor Georges Le Gentil lecionou em *Sorbonne* durante os anos de 1919 e 1946 (BATAILLON, 1954). Considerando o período em

¹⁴⁹ Informações obtidas a partir de ficha pessoal de Judith Cortesão, na qual candidata-se ao cargo de consultora técnica na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), já citada anteriormente, que consta em seu acervo pessoal sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

¹⁵⁰ Informação obtida de seu *Curriculum Vitae*, datado de 1978, que consta em seu acervo pessoal. Há uma pequena divergência em relação ao título da tese, pois segundo seu *Curriculum Vitae*, datado de 1998, também pertencente ao referido acervo, consta como título da tese: *Littérature des Grandes Découvertes: Renaissance Portugaise*.

que Judith transferiu-se para a França, com seu pai, e sua partida para o Brasil, acabamos por delimitar a sua formação em Letras, na *Sorbonne*, entre os anos de 1927 e 1940. Judith fala sobre o trabalho que desenvolveu para a sua tese de doutorado, na série “Intérpretes do Brasil”, dirigida por Isa Ferraz, em 2001. Segue o seu relato:

eu li, durante muitos anos, para minha tese de doutorado em letras na Sorbonne, li mais de 400 textos de roteiros de navegação, não só para o Brasil, mas até a Ásia, o extremo oriente, esses roteiros que não são reconhecidos como literatura tem qualidades literárias extraordinárias (INTÉRPRETES..., 2001).

A partir de duas cartas de Judith endereçadas a Manuel Mendes¹⁵¹, tem-se a informação de que entre os anos de 1935 e 1936, Judith residiu na cidade de Lisboa, em Portugal, e foi aluna da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Em Lisboa foi presa e, após a sua fuga da prisão, em 1936, Judith juntou-se à sua família na Espanha. Supõe-se que, nesse período, começa a sua graduação em Medicina, já que, de acordo com seu *Curriculum Vitae* (1998), Judith inicia a graduação em Medicina na *Universitat de Barcelona*, concluindo-a, alguns anos depois, na *Universidad de La Republica Uruguay*.

No Brasil, entre os anos de 1952 e 1954, período em que morou em João Pessoa, na Paraíba, Judith Cortesão formou-se em Biblioteconomia, juntamente com seu esposo, Agostinho da Silva, através de um curso intensivo de Biblioteconomia, ministrado por Edson Nery da Fonseca, conforme ele relata em seu depoimento, no livro “*In memoriam* de Agostinho da Silva” (2006):

Obtive, então, do escritor Augusto Meyer, fundador e diretor do Instituto Nacional do Livro, o mandato para oferecer, sob os auspícios do referido órgão, um curso intensivo de biblioteconomia, objetivando a formação técnica de pessoal que deveria trabalhar na reforma da Biblioteca Pública [...] Para minha surpresa e desvanecimento, Agostinho e Judite estavam entre os primeiros alunos escritos no curso (EPIFÂNIO; PINHO; DAVI, 2006, p. 113-114).

Judith separou-se de Agostinho em 1959 e, entre o final da primeira e início da segunda metade da década de 1960, mudou-se para o Uruguai, onde, segundo

¹⁵¹ Cartas de Judith Cortesão endereçadas a Manuel Mendes, em 11 de novembro de 1935, na qual Judith comunica-lhe que tem um livro para lhe entregar, da parte de seu pai, Jaime Cortesão, e também pede-lhe dinheiro emprestado; e em 27 de março de 1936, na qual Judith solicita-lhe urgentemente um encontro para lhe falar sobre uma carta recebida de seu pai, já citadas anteriormente. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=%22Judite+Cortes%C3%A3o%22>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

seu *Curriculum Vitae* (1998)¹⁵², concluiu a graduação em Medicina na *Universidad de la República Uruguay*, com a tese “*Funciones fotoreceptoras del diencéfalo*”.

Ainda na *Universidad de la República Uruguay*, consta em seu *curriculum* que se graduou em Biologia, Climatologia e Antropologia. Em contato com a Universidade, conseguiu-se que a instituição enviasse, por correio eletrônico, o histórico de Judith Cortesão relativo à realização do curso de Licenciatura em Biologia, o qual cursou entre os anos de 1968 e 1970 (UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA URUGUAY, 2015). Além desses cursos, de acordo com as informações de seu *Curriculum Vitae* (1998)¹⁵³, Judith formou-se, ainda, em Meteorologia, em curso oferecido pelo *Ministério de Defensa Nacional del Uruguay*.

Segundo seu *Curriculum Vitae* (1998), Judith ainda especializou-se em Genética Humana e em Leis biofísicas da reprodução humana (*Universidad de la República Uruguay*), em Imunologia (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), em Neuro-endocrinologia (*Instituto de Investigaciones Biológicas Clemente Estable*, em Montevideo, Uruguai), e em Documentação científica e tecnológica (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, no Rio de Janeiro).

Ao longo de sua trajetória, Judith Cortesão, estudou diversas línguas, dentre as quais, segundo seu *Curriculum Vitae* (1978), estão: Inglês (*Cambridge University*); Francês (Universidade de Lisboa e *Université Paris Sorbonne*); Alemão e Espanhol (*Université de Toulouse*); Latim, Grego e Árabe (Universidade de Lisboa); Italiano (*Istituto Italiano di Cultura Montevideo*); Chinês (*Centro de Integración Cultural Uruguay China*); Esperanto (*Universidad de la República Uruguay*); Língua Indígena do Brasil (*Summer Institute of Linguistics*).

Podemos dizer que a obra escrita de Judith Cortesão é bastante pequena, se comparado com as inúmeras ações e projetos que engendrou ao longo de sua vida. Conforme observa o arquiteto Marcelo Ferraz, em entrevista concedida à autora, “você encontra pessoas que conheceram a Judith onde você vai nesse canto: na Amazônia, no Mato Grosso, que foram tocadas por ela, mas você vai procurar a

¹⁵² Informações obtidas através do *Curriculum Vitae* do ano de 1998, que integra seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

¹⁵³ Informações obtidas através do *Curriculum Vitae* do ano de 1998, que integra seu arquivo pessoal, sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, da FURG.

Judith, o que tem publicado sobre ela, o que tem de texto dela publicado, não tem nada...” (informação verbal)¹⁵⁴.

Algumas das publicações que constam em seu *Curriculum Vitae* (1978, 1998), referiam-se a projetos editoriais, sendo inclusive acompanhadas da expressão “no prelo”. Por isso, acredita-se que nunca tenham sido editadas, já que não se encontrou nenhuma referência à sua publicação. São os casos de: “Educação Ambiental para a primeira infância: em louvor da vida”, cujo projeto editorial consta em seu arquivo pessoal¹⁵⁵, “Pantanal, Pantanaís”, “Leis do mar para a comunidade” e “44 projetos de Educação Ambiental”.

Dentre as publicações, sobre as quais tivemos acesso estão:

- “*Terra-Homem: uma trajectória experimental*” (artigo publicado na revista “Raiz e Utopia”, Portugal, n. 9-10, p. 260-270, 1979): neste artigo, Judith apresenta o método de educação de adultos, denominado Terra/Homem, que desenvolveu entre os anos de 1974 e 1977, na aldeia de São João do Campo, em Portugal (mais detalhes ver capítulo 3.3 dessa dissertação).
- “*O Projeto de Malta: um espaço oceânico internacional*” (artigo publicado na “Revista Brasileira de Tecnologia”, Brasília, v. 13, n. 3, p. 16, jun./jul. 1982)¹⁵⁶: nesse texto Judith Cortesão discorre sobre o “Projeto de Malta”, apresentado durante uma conferência mundial da Organização das Nações Unidas, em 1971, que revolucionou o conceito geral sobre os oceanos, introduzindo, pela primeira vez, a noção de “responsabilidade ecológica coletiva” em relação aos mares.
- “*Pela mão de Cecília*” (artigo publicado na “Revista Humanidades”, Brasília, v. 10, n. 3, ago./out. p. 116-123, 1986)¹⁵⁷: conforme o próprio artigo diz, Judith faz uma “viagem ao redor do conceito de história, patrimônio e cultura”, propondo uma reflexão acerca do conceito de patrimônio e a inserção de novos agentes no campo cultural, a reivindicação do patrimônio pelas minorias, a cultura das periferias, a descaracterização de culturas primitivas no interior do país, as

¹⁵⁴ Entrevista com o arquiteto Marcelo Ferraz, realizada através do programa Skype (conversa online), em 02 de novembro de 2015. São Paulo, SP - Rio Grande, RS

¹⁵⁵ Documento intitulado “Pré-projeto editorial: Educação Ambiental para a primeira infância: em louvor da vida”, de autoria de Judith Cortesão, já mencionado anteriormente, que integra o seu arquivo pessoal, sob custódia da Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

¹⁵⁶ Artigo que integra o arquivo Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala verde Judith Cortesão da FURG.

¹⁵⁷ A cópia desse artigo integra o arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

disputas identitárias presentes na definição de patrimônio histórico, entre outros aspectos.

- “*Juréia, a luta pela vida*”¹⁵⁸ (Editora Index, Rio de Janeiro, 1989): livro que reúne imagens dos fotógrafos Araquem de Alcântara, Haroldo Palo Jr., Zig Koch e Fausto Pires de Campos, com textos de Judith Cortesão, sobre a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, situada no litoral sul do Estado de São Paulo. Apresenta a riqueza da fauna e da flora dessa região e mostra os esforços de ambientalistas e da população local para impedir a instalação de usinas nucleares e a especulação imobiliária na região e criar uma estação ecológica no local.
- “*Povos da Mata: tradição e futuro*”¹⁵⁹ (capítulo do livro *Mata Atlântica*, Editora Index, Rio de Janeiro, 1991): nesse texto, Judith Cortesão aborda a história e a tradição dos primeiros povos que habitaram a região que se estende da Juréia até Paranaguá, entre os estados de São Paulo e Paraná, onde, segundo a autora, atualmente se concentra a maior faixa de Mata Atlântica preservada no país.
- “*Manual de implantação Comdema*” (elaborado em parceria com Vitória M. B. Coelho e editado pela Secretaria do Meio Ambiente, Brasília, 1991): o manual foi desenvolvido durante o período que ambas as autoras atuavam como assessoras do Departamento de Planejamento e Coordenação de Políticas Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente e tinha como objetivo normatizar a criação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (Comdemas), incentivando a participação dos diversos setores da comunidade, na tutela e vigilância do meio ambiente, na esfera municipal.
- “*A Chave do Abismo: Escritos Ctônicos*” (trabalho em parceria com Manuel Touguinha e Pieter Amaral, apresentado no “SPELEO BRAZIL 2001”, evento que reuniu o *13th International Congress of Speleology, 4th Speleological Congress of Latin America and the Caribbean* e o 26º Congresso Brasileiro de Espeleologia, Brasília, DF, 15-22 de julho de 2001): escrito durante o período que residiu em Ilópolis, quando desenvolveu o projeto de mapeamento das cavernas existentes na região, o texto se refere à relação mítica do homem com os abismos da terra,

¹⁵⁸ Tanto o original datilografado da obra “*Juréia, a luta pela vida*”, quanto o livro editado fazem parte do acervo de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

¹⁵⁹ O original datilografado do texto “*Povos da mata: tradição e futuro*” faz parte do arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

do mar e da alma, apresentando vários escritos ctônicos ao longo dos tempos, como as obras *Alegoria da Caverna* de Platão, o *Inferno* de Dante, entre outros.

- *“Mudanças globais e desenvolvimento: importância para a saúde”* (artigo publicado no periódico “Informe Epidemiológico do SUS”, Brasília, v. 11, n. 3, p. 139-154, 2002, em parceria com Ulisses Confalonieri, Márcia Chame, Alberto Najjar, Sérgio Chaves, Telma Krug, Carlos Nobre, José Miguez e Sandra Hacon)¹⁶⁰: o artigo busca inventariar o estado atual das inter-relações entre mudanças ambientais globais e saúde, apresentando e discutindo a situação brasileira em relação à questão das mudanças climáticas.

Judith Cortesão também traduziu alguns livros para a língua portuguesa, entre eles estão: “O pai Gariot”, de Honoré de Balzac (em parceria com F. Ramalho e Aureliano Sampaio, Editora Civilização, Porto, década de 1970); “A esperança”, de André Malraux (Editora Livros do Brasil, Lisboa, 1975); e “Ciência e superstição”, de Vladimir Mézentsev (Editora Estampa, Lisboa, 1974).

A professora Judith acreditava no potencial disseminador do audiovisual e, portanto, buscava, por meio da elaboração e divulgação de programas televisivos, filmes e documentários, difundir informações e proporcionar à comunidade um maior conhecimento relativo à temática ambiental e cultural, utilizando-se da abrangência desse tipo de mídia para uma maior conscientização, mobilização e participação da coletividade em momentos de decisão. Conforme ela destaca em um dos documentários dos quais participou, “nós estamos viciados por uma visão digamos burguesa, ‘empequenecida’, que transforma a vida em um cartão postal. Nós temos que devolver, justamente, através da imagem, através do filme, a capacidade de contemplação da alma humana” (AO SUL..., 2001).

Nessa perspectiva, Judith Cortesão participou de diversos documentários e programas relacionados à temática ambiental, histórica e cultural. Em 1979, como já mencionado em capítulo anterior, assessorou a elaboração do documentário intitulado “Taim”, dirigido por Lyonel Lucini, contratado pela SEMA com o objetivo de divulgar a Estação Ecológica do Taim junto ao grande público, tendo ganho, inclusive, o prêmio de Melhor Música no 12º Festival de Brasília, em 1979 (CINEMATECA BRASILEIRA, 2016; NOGUEIRA-NETO, 1991).

¹⁶⁰ Artigo pertencente ao acervo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão da FURG.

Em 1982, participou do curta-metragem “Renovo”, que mostra a formação das florestas e mangues de um dos maiores viveiros naturais do mundo, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no estado de São Paulo, analisando o seu delicado equilíbrio, numa longa cadeia de vida, morte e renovo. O documentário, produzido por Barca Filmes, com cerca de 15 minutos de duração, tem direção e roteiro de Fausto Pires de Campos e Carlos Renato Neiva Moreira e argumento de Judith Cortesão, tendo recebido, em 1982, prêmio de Melhor Fotografia no 15º Festival de Brasília, DF e Menção Honrosa na 11ª Jornada Brasileira de Curta Metragem, em Salvador, BA (CINEMATECA BRASILEIRA, 2016).

Em 1984, foi responsável pelo texto do filme "Emas, Parque Nacional do Cerrado", de Cláudio Savaget e Eliza Kawakami, que recebeu o Prêmio Embravídeo pelo primeiro lugar na 15ª Mostra Internacional do Filme Científico, no ano de 1984. A mostra foi uma realização da Secretaria da Ciência e Cultura, da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e do Jornal O Globo, com apoio do CNPq, Embravídeo e Banerj (VIDEOCASSETE..., 1984). Borges (2009) também faz referência a uma série intitulada “O Mundo Natural do Cerrado”, escrita por Judith Cortesão e produzida com o apoio da Associação para a Recuperação e Conservação da Natureza (ARCA) de Goiás. A série compunha-se dos seguintes episódios: “O cerrado”, “Brasília”, “Céu e Clima”, “Comunidades animais e vegetais”, “Vias naturais” e “Patrimônio Indígena” (CORTESÃO, 1998)¹⁶¹, entretanto, o *site* da ARCA encontra-se desativado e não se constatou nenhuma outra referência a produção da referida série na Internet.

Segundo seu *Curriculum Vitae* (1998)¹⁶², Judith também foi responsável pelo texto do documentário “O último estuário”, dirigido por Renato Pitta, sobre o Complexo Estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia, localizado nos estados de São Paulo e Paraná. Lançado em 1988, o documentário foi patrocinado pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo e recebeu menção honrosa no 31º Festival Internacional de Cinema e Televisão de New York (PITTA, 2016).

Foi uma das criadoras do programa “Globo Ecologia”, veiculado pela Rede Globo, sendo responsável pelo planejamento dos doze primeiros programas. O “Globo Ecologia”, produzido por Claudio Savaget, em parceria com a Fundação

¹⁶¹ *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, datado de 1998, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

¹⁶² *Curriculum Vitae* de Judith Cortesão, datado de 1998, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

Roberto Marinho, foi ao ar no dia 04 de novembro de 1990 e foi pioneiro na TV brasileira por abordar temas ambientais, recebendo diversos prêmios. Em 17 de dezembro de 2005, o sétimo episódio da série “Grandes encontros”, exibida pelo programa “Globo Ecologia”, prestou uma homenagem à Judith Cortesão, mostrando a trajetória da ambientalista e uma matéria sobre o “Programa Asas Polares”, projeto idealizado e coordenado por ela, em parceria com a FURG (VIDEOTECA GLOBAL, [2007]). Em 2011 o “Globo Ecologia” passou a fazer parte do “Globo Cidadania”, atração que reúne outros cinco programas da TV Globo (CORTESÃO, 1998; GLOBO COMUNICAÇÕES, c2013a; SAVAGET, 2014). No arquivo pessoal de Judith Cortesão, encontra-se o roteiro de um dos episódios do programa, enviado em 1999 pela Savaget Produções¹⁶³, que demonstra que a professora continuou atuando como consultora do programa.

A parceria com Claudio Savaget repetiu-se, novamente, em 1998, quando ambos criaram a série para TV “Viva o Mar, Viva o Povo que Vive do Mar”, composta por dez programas de 20 minutos de duração, que narrava a história da ocupação do litoral do brasileiro desde o descobrimento até os dias de hoje, a partir da visão do “povo que vive do mar: o pescador, o pesquisador, o marisqueiro, o balseiro, o carpinteiro naval, o jangadeiro, o pesquisador, o moderno cientista” (VIVA..., 1996)¹⁶⁴. A série teve o patrocínio da Petrobrás e foi veiculada com grande sucesso no Brasil, pela Rede Globo e Canal Futura. Com versões em inglês, espanhol e chinês, os programas, foram exibidos para todos os países de língua espanhola, pela Rede de TV Educativa da Espanha, e em Portugal, durante a realização de dois eventos em Lisboa: a Expo Mar, evento ligado ao mundo náutico, e no Pavilhão do Brasil da Expo 98, encontro mundial para discutir o tema “Os oceanos: um patrimônio do futuro” (GLOBO COMUNICAÇÕES, c2013b; SAVAGET, 2014).

Em 1995, participou do programa “As Grandes Navegações: mitos e descobertas”, documentário dirigido por Liloye Boubli, gravado no Brasil e em Portugal. O documentário, uma coprodução LBBoubli e EMA Vídeo, com aproximadamente 20 minutos, foi exibido pela TV Manchete, no programa Estação Ciência. Judith, além de consultora histórica do documentário, também apresenta

¹⁶³ Roteiro de um dos episódios do programa Globo Ecologia, enviado por fax, em 24 de setembro de 1999, pela Savaget Produções, para Judith Cortesão. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

¹⁶⁴ Projeto de produção da série “Viva o mar, viva o povo que vive do mar”, documento que integra o arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

seu depoimento sobre a tradição marítima e os descobrimentos portugueses e a cultura brasileira (AS GRANDES..., 1995).

Judith participou também do documentário “O Povo Brasileiro”, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, lançado em 2000. A série é composta por dez programas, cada um com 26 minutos de duração, e que consiste na recriação, em linguagem televisiva, da obra de Darcy Ribeiro, de mesmo nome, publicada em 1995, que investiga e discute a formação étnica e cultural dos brasileiros. Coproduzida pela TV Cultura, GNT e Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), a série, além dos depoimentos de Judith Cortesão e do próprio Darcy Ribeiro, conta, também, com a participação de Agostinho da Silva (ex-marido de Judith Cortesão), Chico Buarque, Tom Zé, Antônio Cândido, Aziz Ab’Saber, Paulo Vanzolini, Gilberto Gil, Hermano Vianna, entre outras personalidades (SYNAPSE PRODUÇÕES, c2013).

Também dirigida por Isa Grinspum Ferraz, a série “Intérpretes do Brasil”, lançada em 2001, reúne 15 programas de cerca de 20 minutos de duração cada um, que apresentam entrevistas com intelectuais brasileiros sobre a cultura, a religião e os diferentes grupos sociais do país. No quarto episódio da série, “Brasil-Portugal”, Judith Cortesão fala sobre “o mundo português anterior à aventura dos descobrimentos, do significado profundo, para os portugueses, das viagens ao desconhecido, e da chegada às costas brasileiras, com seus mistérios e maravilhas” (SYNAPSE PRODUÇÕES, c2013). A série é uma coprodução Superfilmes e Texto e Imagem e conta também com os depoimentos de intelectuais como Darcy Ribeiro, Paulo Vanzolini, Roberto Pinho, Hermano Vianna, Aziz Ab’Saber, Antonio Candido, Roberto da Matta, entre outros.

Outra produção da qual Judith fez parte, foi a série documental “Ao Sul da Paisagem”, lançada em 2001, dirigida por Paschoal Samora e produzida pela Grifa Filmes. A série enfoca a região sul do Brasil a partir de “uma leitura das populações destas regiões e a relação do homem com o meio em que vive” e é composta por cinco episódios, com 26 minutos de duração cada um. O quarto episódio da série “Paisagens invisíveis”, apresenta a reflexão de Judith Cortesão acerca da “paisagem da praia, que no inverno torna-se aparentemente desoladora”, mas que abriga em si uma extrema diversidade de vida. Os outros programas que integram a série são “A paisagem e o Sagrado”, “Paisagem e Memória”, “Caminhos da paisagem” e “Paisagens Íngremes” (GRIFA FILMES, 2016).

4.6 “Servir, condoer-se, exultar, entender e adorar”¹⁶⁵

As pesquisas empreendidas acerca da trajetória de Judith Cortesão e os depoimentos colhidos durante as entrevistas realizadas com os ex-alunos da professora, nos permitiram esboçar um pouco do que foi, digamos, o “pensamento Judith Cortesão” e os preceitos e ideias que a guiaram nas diversas ações que desenvolveu ao longo de sua trajetória.

A entrevista concedida por Judith Cortesão à revista “Caminhos da Terra”, em 1999, revela que a revolta diante de todos os episódios de guerras, intolerâncias e barbáries vivenciados por ela, principalmente durante a guerra civil espanhola e os anos de ditadura em Portugal e no Uruguai, quando foi presa e torturada, se reverteu em uma enorme “paixão pela vida e pela sabedoria” (GONÇALVES, 1999, p. 62), que a levou a dedicar a sua vida em defesa da natureza. Fazia isso por meio da conscientização das pessoas, formando agentes multiplicadores de educação ecológica e arrebanhando o que ela chamava de “ecoespiões”, seus parceiros na defesa da causa ambiental. Segundo a jornalista e socióloga, Maristela Bernardo (2007, p. 29), “o que Judith chamava de ‘ecoespiões’ era uma brincadeira para apontar a importância de ouvir, conhecer e entender aquele que você considera seu adversário” ou, no caso, os adversários da natureza.

De acordo com o depoimento da educadora ambiental e ex-aluna, Núbia Martinelli, dentre as diferentes correntes teóricas da educação ambiental¹⁶⁶, o pensamento de Judith Cortesão relacionava-se a corrente naturalista, cujo enfoque está centrado na relação com a natureza. Segundo Sauv   (2005), na corrente naturalista,

o enfoque educativo pode ser cognitivo (aprender com coisas sobre a natureza), experiencial (viver na natureza e aprender com ela), afetivo, espiritual ou artístico (associando a criatividade humana    da natureza). [...] De nada serve querer resolver os problemas ambientais se não se compreendeu pelo menos como “funciona” a natureza; deve-se aprender a entrar em contato com ela, por intermédio de nossos sentidos e de outros meio sensíveis: o enfoque    sensualista, mas também espiritualista, pois se trata de explorar a dimensão simbólica de nossa rela  o com a natureza e

¹⁶⁵ Síntese do poema escrito por Judith Cortesão em carta endereçada ao “Senhor Almirante e ilustre amigo”, em 9 de abril de 1988, a respeito dos “preceitos-mores que nos possam vir a guiar na vida” (na carta não consta o nome do almirante). Documento pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da sala Verde Judith Cortesão.

¹⁶⁶ Lucie Sauv   (2004) identifica quinze correntes de educa  o ambiental, a saber: corrente naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist  mica, científica, humanista, moral/  tica, holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeduca  o e da sustentabilidade.

de compreender que somos parte dela. Também [...] insiste sobre a importância de considerar a natureza como educadora e como meio de aprendizagem; a educação ao ar livre (*outdoor education*) é um dos meios mais eficazes para aprender sobre o mundo natural (SAUVÉ, 2005, p. 19).

Esse pensamento naturalista fica evidente em uma entrevista concedida ao jornal “Mundo Jovem”, na qual Judith Cortesão fala que o essencial para a questão ambiental do planeta estava no que ela se referia como a “trilogia” “conhecer, amar e proteger”. Segundo ela, “o conhecimento da região, do local, nos leva a amar os seres vivos e amar, sobretudo, em cada ser humano, a dignidade, a transcendência. Esse amor leva necessariamente ao instinto de proteção” (CORTESÃO, 2000). Em relação aos grandes desafios ecológicos do século XXI, a professora diz que “o primeiro desafio é o ético, coletivo. É indispensável que o homem vivencie, sinta que pertence a uma rede de vida e que esta rede se sustenta pela participação de todos” (CORTESÃO, 2000).

Essa “trilogia” “conhecer, amar e proteger”, é perfeitamente percebida no Programa Asas Polares, desenvolvido pela professora Judith, em parceria com a FURG, que tinha como objetivo proteger áreas de pouso e reprodução de aves migratórias. O programa buscava essa proteção, a partir da formação de agentes de preservação dentro das comunidades próximas desses locais. Os cursos de formação desses agentes permitiam aos moradores locais o conhecimento do seu ambiente e da importância da sua preservação e, ao invés de buscar a exclusão do homem, que seria o principal responsável pela degradação desses ambientes, buscava, ao contrário, inseri-lo nesse processo, fazendo com que ele se sentisse pertencente e responsável pela manutenção dessas áreas, a partir do conhecimento do seu próprio local.

De acordo com o professor e ex-aluno de Judith, Daniel Prado, embora ela viesse de um campo naturalista e trouxesse a “discussão da biodiversidade e dos ecossistemas muito forte pra nós [...] esse campo da ecologia natural que ela traz pra nós não era um campo alienado, ele era um campo comprometido” com o social (informação verbal)¹⁶⁷. Nubia Martinelli, também, ressalta esse aspecto no pensamento e nas ações de Judith Cortesão, pois, segundo ela, apesar de se preocupar com a preservação do meio ambiente em si, a professora, também, se preocupava muito com a inserção humana nesse ambiente e chega a considerar que esse “talvez fosse o mote do pensamento dela”, já que, nas palavras de Núbia,

¹⁶⁷ Entrevista de Daniel Porciuncula Prado, realizada em 15 de janeiro de 2015, Rio Grande, RS.

“em algumas correntes ecológicas isso não se coaduna, são coisas... ah um é naturalista, o outro é antropocentrista e assim vai, e com a Judith eu não via isso, eu via uma coalisão, ela tentava fazer coalisão de interesses, de modo que houvesse uma harmonização” (informação verbal)¹⁶⁸. A esse respeito, o professor e ex-aluno de Judith, Claudio Renato Moraes, também salienta que a professora defendia que era preciso que “além de praticar a Educação Ambiental Natural, era preciso praticar a Educação Ambiental Humana, que era justamente essa troca de gentilezas entre as pessoas, o olhar para o outro” (informação verbal)¹⁶⁹.

Outro ponto característico do “pensamento Judith Cortesão” para a ex-aluna, Nubia Martinelli, era o “respeito às particularidades das comunidades e o exercício muito radical do pensar globalmente e agir localmente” (informação verbal)¹⁷⁰. Segundo ela,

as atitudes, as ações, as propostas da Judith sempre eram nesse sentido, [...] respeito absoluto ao lugar onde ela estava e às características daquele lugar, [...] às dinâmicas daquele lugar e como é que os atores sociais se moviam ali, mas pensando, tentando relacionar aquilo com coisas que ela viu no mundo (informação verbal)¹⁷¹.

A educadora ambiental e ex-aluna, Adriane Lobo Costa, considera que o

importante, no “pensamento Judith Cortesão”, é que ela tinha essa dimensão da ciência, né, e compreendia a ciência e sabia, né, da coisa mais dura da ciência e ao mesmo tempo ela trazia o ser humano para dentro disso, entendeu? Então ela não descolava, né, o curso que ela dava era muito colado, era tudo lá: subpartícula, astro e o homem, entende? Tudo relacionado e o homem com todas as suas imperfeições, mas também com seu amor, com sua generosidade, sabe? (informação verbal)¹⁷².

Para Judith Cortesão, seriam cinco os preceitos que deveriam guiar as ações humanas: servir, compadecer-se, maravilhar-se ante a vida, gostar de entender e ter a graça de amar¹⁷³. Lauro Barcelos, diretor do Museu Oceanográfico da FURG e amigo de Judith, em entrevista ao programa Ação FURG, explica o que seriam esses preceitos:

A Judith ela foi uma pessoa que, primeiramente, o mais importante que ela acreditava que uma pessoa poderia possuir [...] de virtude, como ela dizia,

¹⁶⁸ Entrevista de Nubia Rosa Baquini da Silva Martinelli, realizada em 16 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹⁶⁹ Entrevista de Claudio Renato Moraes da Silva, realizada em 08 de julho de 2016. Rio Grande, RS.

¹⁷⁰ Entrevista de Nubia Rosa Baquini da Silva Martinelli, realizada em 16 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹⁷¹ Entrevista de Nubia Rosa Baquini da Silva Martinelli, realizada em 16 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹⁷² Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

¹⁷³ Conforme poema escrito por Judith Cortesão, mencionado em nota anterior, a respeito dos “preceitos-mores que nos possam vir a guiar na vida”, pertencente ao arquivo pessoal de Judith Cortesão, sob custódia da Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão.

seria o **servir**, depois era **compadecer-se**, então, ela falava muito no compadecer-se com o próximo porque ela sempre falava que a nossa dimensão humana só pode se estabelecer através do quanto você entende o sofrimento do outro; a terceira coisa era **maravilhar-se** diante a vida, então, essa capacidade que nós temos de perceber essa teia, essa coisa incrível que é a vida nas suas diferentes manifestações, era também uma coisa muito importante; e a quarta coisa era o **saber**, todo mundo achava que a Judith dava muita importância ao saber, mas ela sempre dizia que na realidade o saber era a quarta coisa, o importante era o servir, de nada valia o saber se não servir. Bom, mas o que é o servir? Servir é ser útil, com o mundo, ser útil a tudo que nos rodeia, a integração que a gente tem com as coisas, com as pessoas, modificar o mundo para melhor e nisso Judith foi a grande mestra (BARCELLOS, 2014)¹⁷⁴.

Todos esses aspectos destacados pelos entrevistados, presentes no discurso de Judith Cortesão, podem ser percebidos nas ações e projetos que desenvolveu e que foram apresentados neste trabalho. O “Método Terra/Homem” (1974-1977) de educação para adultos, desenvolvido por ela e implantado em uma escola-piloto em São João do Campo, em Portugal, por exemplo, buscou desenvolver uma abordagem global do conhecimento, a partir da experiência e da realidade dos próprios alunos, integrando o ensino das ciências exatas, naturais, sociais e humanas e incorporando elementos da cultura, da tradição e da linguagem locais, inserindo as discussões em um contexto político e ecológico; durante o período em que atuou como responsável pelo Escritório Técnico do SPHAN no Mato Grosso do Sul (1984-1986), Judith lutou incansavelmente contra a devastação do Pantanal e a construção de represas no Rio Paraná, além de desenvolver projetos de valorização das culturas locais; o Programa Terra/Homem (1986-1987), que seria implantado na Fazenda Pau d’Alho, no estado de São Paulo, pretendia a conservação do patrimônio natural, histórico, paisagístico e cultural do local e a formação, capacitação e qualificação de pesquisadores e técnicos. Nota-se, portanto, que havia uma vinculação entre a sua teoria e as suas práticas, nas quais a preocupação com a conservação do meio natural, a inserção do homem nesse meio e a formação e a capacitação de agentes transformadores estavam sempre presentes. Como ela própria dizia: “Gosto de formar quadros [...] e ensinar quem vai ensinar” (GONÇALVES, 1999, p. 62).

Entretanto, conforme Bernardo (2007, p. 29), Judith “sofreu algumas birras de burocratas, a quem enlouquecia com seus métodos heterodoxos de agir dentro do

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Lauro Bracelos ao programa “Ação FURG”, em 26 de novembro de 2014, conforme já mencionado em nota anterior. Programa disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3FzySjT0ruk>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

Estado, mas parecia não se importar”. E não só dentro do Estado, mas também dentro da própria academia, seus métodos “não-convencionais” de ensino eram vistos com estranheza por muitos alunos e professores e, isso, para alguns dos ex-alunos entrevistados, era bastante visível. De acordo com a ex-aluna, Núbia Martinelli,

Dá pra dizer que a relação dos outros colegas, dos outros docentes do programa [...] era uma relação talvez, por parte de alguns, de um pouco de desconfiança, por que, claro, a Judith fugia do cânone acadêmico, ela tinha essa multiplicidade de ideias, que gerava multiplicidade de projetos, com pessoas diversas e esses projetos nem sempre eram institucionalizados, e formalizados, enfim... Então havia pessoas, havia professores que tinham uma certa desconfiança com isso. [...] nós víamos que alguns colegas [alunos] tinham uma certa reserva com a postura dela, mas isso de nenhuma maneira nos¹⁷⁵ influenciou de modo que nós também tivéssemos essa reserva, era uma coisa tranquila e nós sabíamos o quanto aquela oportunidade era importante e única pra nós (informação verbal)¹⁷⁶.

O ex-aluno Luiz Carlos Rodrigues, também, relata que alguns professores “não davam muita importância pra ela, achavam que ela já tava meio ultrapassada, isso eu posso falar, assim, que realmente é uma coisa, assim, que a gente percebia isso, porque as ideias da Judith não eram convencionais, então a gente via isso (informação verbal)¹⁷⁷.

A esse respeito, soma-se, também, a visão da ex-aluna Adriana Lobo Costa:

Na verdade eu vejo assim que ela foi incompreendida, sabe? A visão que eu tenho é essa, [...] que ela foi incompreendida na FURG... Apesar disso ela teve uma contribuição enorme. [...] Eu identificava dois sentimentos, né, das pessoas que não valorizavam ela: um era daqueles que não entendiam ela, achavam que ela era uma velha “gagá” que ia pras palestras dormir, isso eu cheguei a ouvir, sabe? [...] E a outra linha de pessoas, assim, que não valorizavam eu acho era por ciúmes mesmo, daí eram os que compreendiam, entendeu? Compreendiam, sabiam da grandeza dela e achavam por bem, então, deixar ela quietinha e que todo mundo pensasse que ela era realmente uma velhinha “gagá”, sabe? Tinha isso, isso eu tinha muita clareza, assim... (informação verbal)¹⁷⁸.

Claudio Renato Moraes relata que até mesmo os próprios alunos, no início, viam seu método com desconfiança. Ele relembra a primeira aula que teve com a professora, na disciplina de Educação Ambiental Marinha, no Museu Oceanográfico da FURG:

¹⁷⁵ Núbia Martinelli refere-se ao grupo de alunos que frequentava a disciplina de Educação Ambiental Marinha, ministrada por Judith Cortesão, e que mantinham uma proximidade maior com a professora.

¹⁷⁶ Entrevista de Nubia Rosa Baquini da Silva Martinelli, realizada em 16 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹⁷⁷ Entrevista realizada com Luiz Carlos Rodrigues em 15 de janeiro de 2015. Rio Grande, RS.

¹⁷⁸ Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

Nós chegamos na sala e lá estava aquela senhora, uma das colegas falou: “ah nós somos do mestrado em Educação Ambiental viemos pra aula com a professora Judith Cortesão” e até aí nós nem sabíamos quem era Judith Cortesão, tínhamos dado uma pesquisada por alto, mas não tínhamos conhecimento de quem ela era [...]. As classes estavam arrumadas umas atrás das outras e ela nos disse pra fazer-mos um círculo e nós fomos arrumar as cadeiras pra fazer o círculo e ela “não, não, não, podem sentar-se no chão...” [risos] e a gente ficava meio assim... [...] Então no princípio nós tínhamos uma certa desconfiança, sim...

[...] Tinham muitos professores, do próprio mestrado, inclusive em reuniões do colegiado, os colegas que participavam das reuniões, diziam que os professores viam seus métodos com muita desconfiança e se preocupavam se, de fato, os alunos iriam conseguir construir as suas dissertações, em razão desses métodos que ela utilizava. [...] Judith era fora de *script*, essa é a palavra, era fora de *script* (informação verbal)¹⁷⁹.

Não poderíamos deixar de comentar aqui, uma questão recorrente nos depoimentos dos ex-alunos entrevistados, que diz respeito à influência deixada pela professora na vida desses sujeitos. Ainda que se trate de relatos carregados de emoção e permeados por memórias afetivas, todos os entrevistados, quando questionados sobre a contribuição de Judith Cortesão, foram unânimes em destacar que a principal contribuição deixada pela professora está relacionada à individualidade de cada aluno.

Para a repórter e socióloga, Maristela Bernardo (2007) “suas lições estão menos nos livros que escreveu e nas instituições que idealizou do que na vida das pessoas que tocou, muitas vezes sem que elas se dessem conta” (BERNARDO, 2007, p. 29). A esse respeito Isabel Gonçalves, ex-aluna de Judith, também relata, na apresentação de sua tese de doutorado em Educação Ambiental, a influência que a professora exerceu em sua vida: “quem teve o privilégio de conviver com a Judith sabe muito bem o impacto positivo que ela nos causava. Nunca conheci alguém como ela. Posso afirmar que ela teve profunda influência em minha vida” (GONÇALVES, 2011, p. 19). Outra ex-aluna, Adriane Lobo Costa, ressalta essa influência positiva que a professora causava:

Ela teve uma contribuição enorme... Acho que a contribuição maior que ela deu, além desses projetos, que muitos deles nem tem o nome dela, é o que ela fez na cabeça dos alunos mesmo, sabe? A dimensão que ela abriu, eu posso falar por mim e posso falar por muitos da minha turma, que começaram a ver e compreender o mundo de uma forma totalmente diferente, o respeito às coisas da natureza e às coisas do mundo e das pessoas [...] Acho que essa foi a maior contribuição, sabe? Foi “pros” alunos

¹⁷⁹ Entrevista de Claudio Renato Moraes da Silva, realizada em 08 de julho de 2016. Rio Grande, RS.

mesmo, pra quem teve oportunidade de conviver e ter aula com ela (informação verbal)¹⁸⁰.

Lauro Barcellos, em entrevista ao programa Ação FURG, destaca que “o patrimônio da Judith ele é imaterial, até porque ela sabia disso, a Judith ela tinha certeza que o que ficaria, ficaria na cabeça das pessoas, tanto que o esforço sempre era para modificar o nosso pensamento pra melhor” e complementa, “eu costumo dizer que o maior tesouro da Judith é impossível de ser tocado. É o tesouro que permaneceu nos nossos pensamentos” (BARCELLOS, 2014)¹⁸¹.

¹⁸⁰ Entrevista de Adriane Lobo Costa, realizada em 30 de março de 2015. Pelotas, RS.

¹⁸¹ Entrevista concedida por Lauro Barcellos ao programa “Ação FURG”, em 26 de novembro de 2014, conforme já mencionado em nota anterior. Programa disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3FzySjT0ruk>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, procurou-se evidenciar a expressão memorial existente em arquivos pessoais na compreensão e construção de uma narrativa acerca da trajetória de vida da professora Dr.^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, tendo como base os documentos pertencentes ao seu arquivo pessoal, hoje sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, da Universidade Federal do Rio Grande.

Logo que se iniciaram as pesquisas, um problema se impôs: seria possível construir uma narrativa em torno da trajetória de vida da personagem Judith Cortesão, através dos documentos que compõem o seu arquivo pessoal, já que essa documentação apresenta-se repleta de lacunas e informações dispersas? E como traçar a trajetória de vida de personagens que não se constituem em figuras públicas de grande renome a ponto de terem suas vidas amplamente documentadas e divulgadas? Como encontrar os vestígios documentais que poderiam levar a composição de uma trajetória de vida?

Para responder a esses questionamentos, utilizou-se como ponto de partida para essa pesquisa, os documentos que integram o arquivo pessoal de Judith Cortesão e os depoimentos de ex-alunos e amigos da professora. No entanto, no caso específico dessa pesquisa, o grande desafio ainda estava em construir, mesmo que de forma não exaustiva, uma trajetória de vida tão múltipla quanto a da professora Judith Cortesão, a partir de uma documentação demasiadamente fragmentada.

A partir da análise das fontes documentais e orais, passou-se a empreender pesquisas na Internet, a fim de buscar novos documentos que complementassem, esclarecessem e contextualizassem as informações obtidas. No caso específico da professora Judith Cortesão, que exerceu diversos cargos públicos e participou de inúmeras comissões governamentais, as buscas de atos oficiais da administração pública em âmbito federal, estadual e municipal, relacionados aos projetos, ações e à própria vida profissional da professora, trouxeram informações que contribuíram sobremaneira para o estabelecimento, principalmente, de marcos temporais na construção de sua trajetória.

Um aspecto que dificultou bastante as pesquisas foi o fato de a professora Judith utilizar meios “não-convencionais” e nada burocráticos na consecução de

suas ações e projetos, prática confirmada pelos depoimentos de seus ex-alunos, o que levou a inexistência de vestígios documentais oficiais de diversas de suas ações. Sendo assim, foi necessária uma pesquisa investigativa muito minuciosa, já que, por menor que fosse, qualquer menção sobre um trabalho, um projeto, uma ação desenvolvida pela personagem em questão poderia proporcionar informações capazes de deslindar, por exemplo, o período de permanência daquela pessoa em determinada instituição, cidade ou país, o seu papel no desenvolvimento de determinada atividade, as contribuições de determinado projeto ou ação ou os motivos que levaram a sua não concretização, entre diversos outros aspectos.

Através da realização de buscas relacionadas a cada ação, projeto, instituição, publicação, evento ou premiação dos quais se tenha encontrado alguma referência com a professora Judith, seja a partir dos documentos pertencentes ao seu arquivo ou dos depoimentos orais colhidos ou, ainda, de fontes bibliográficas, foi possível ter acesso a diversas informações relevantes, já que essas buscas proporcionaram o acesso a artigos, *blogs*, trabalhos acadêmicos, relatórios institucionais, entre diversas outras fontes. No caso específico de *blogs* não-institucionais, que geralmente não se constituem em fontes confiáveis para pesquisa, por não estarem ligados a “fontes oficiais”, eles podem, também, servir de ponte ao acesso a outras fontes de informações, como, por exemplo, um artigo, um livro, um trabalho apresentado em evento, um documento existente em um arquivo em outra cidade ou país, etc. No caso específico desta pesquisa, por exemplo, através de um *blog*, administrado por um professor português, obteve-se a informação, até então desconhecida, de que Judith Cortesão, além de uma irmã, possuía, também, um irmão. Por meio de contato realizado com o administrador do *blog*, foi possível ter acesso ao livro no qual constam algumas fotografias suas e, com essa informação, foi possível empreender buscas no Arquivo Torre do Tombo, em Portugal, através das quais se teve acesso a sua ficha prisional. Dessa forma, quando se trata de colher dados sobre uma dada trajetória de vida, é necessário verificar todos os indícios, já que cada um deles pode constituir-se no caminho que levará a informações relevantes.

Sendo assim, através das pesquisas realizadas, entendemos que os arquivos pessoais são importantes fontes de informação para a construção das trajetórias de vida e, ainda que estes não sejam capazes de traduzir a trajetória de seus titulares por completo pois, conforme as discussões teóricas apresentadas nesse trabalho,

existem diversos fatores internos e externos que irão influenciar diretamente a constituição do conjunto documental, esses acervos constituem-se em valiosas fontes de documentação, fornecendo pistas, vestígios e caminhos para a construção dessas trajetórias.

A pesquisa empreendida não pretende ser exaustiva, constituindo-se como uma dentre tantas narrativas possíveis em torno da trajetória de Judith Cortesão. Dessa forma, busca trazer à tona essa personalidade e deslindar caminhos para futuros trabalhos. Muitas lacunas de sua trajetória não foram esclarecidas, por exemplo, sua vida em Portugal, suas ações enquanto ainda era casada com Agostinho da Silva, que aqui foram narradas por meio da biografia do seu esposo, tendo ela como coadjuvante. No entanto, parece-nos pouco provável que Judith tenha se limitado aos papéis de esposa e mãe, diante de sua imensa atividade. Outra aspecto que não foi possível de ser desvelado, refere-se a sua formação, já que não foi possível visitar as instituições em que ela desenvolveu seus estudos, em busca de informações. Essa foi, inclusive, uma das principais limitações do presente trabalho: a impossibilidade de visitar os diversos locais onde Judith estudou, trabalhou, desenvolveu projetos e ações, a fim de empreender pesquisas *in loco*, entrevistar outras pessoas que tenham tido contato com a professora, fornecendo outra perspectiva de sua personalidade, além desta apresentada aqui, que se vincula à FURG e à cidade do Rio Grande.

Dessa forma, caberiam estudos mais aprofundados sobre a sua biografia e, também, sobre a sua contribuição à história da Educação Ambiental no Brasil, à elaboração da legislação ambiental brasileira e ao desenvolvimento do movimento ambiental brasileiro. Além desses, poderíamos sugerir, também, estudos relacionados às metodologias de ensino e de alfabetização de adultos, desenvolvidas por Judith Cortesão, bem como a participação das mulheres no cenário ambiental e educacional nacional e internacional, comparando sua trajetória a de outras mulheres.

Acreditamos, dessa forma, que o presente trabalho contribui, primeiramente, para trazer à superfície a trajetória de vida dessa personagem, que, através de suas ações, prestou importantes contribuições: ao movimento ambientalista, por meio da criação de ONGs como SOS Mata Atlântica, ARCA e Instituto Acqua e a participação em movimentos para a criação de áreas de preservação ambiental, como o “Projeto Alcatrazes” e a “Área de Preservação Ambiental da Lagoa Verde”; à elaboração da

legislação ambiental, através da participação na elaboração dos postulados ambientais para a Constituição Brasileira de 1988; ao desenvolvimento da educação ambiental no Brasil, através da formação de educadores ambientais e de agentes multiplicadores, da elaboração e execução de projetos como “Asas Polares” e “Terra/Homem”, da produção de documentários e programas televisivos, como, por exemplo, o programa Globo Ecologia, que foi pioneiro na televisão brasileira por abordar assuntos relativos à temática ambiental; além da influência positiva que exerceu nas pessoas com quem manteve convívio, para citar alguma de suas contribuições. Essa visibilidade constitui-se, também, em uma forma de perpetuação de sua memória e de suas contribuições, na medida em que enseja a realização de novos trabalhos. Além disso, serve, também, como instrumento para a organização de seu arquivo, já que, conforme Camargo e Goulart (2007), os procedimentos metodológicos de organização de arquivos pessoais devem partir de uma abordagem contextual dos documentos, mantendo, na medida do possível a lógica de acumulação de seu autor. Uma vez que o acervo da professora Judith já não guarda sequer vestígios de sua lógica de acumulação, em razão do modo de armazenamento e das diversas mudanças de locais a qual foi exposto, o conhecimento da trajetória de vida da titular do arquivo torna-se imprescindível para que se realize tal organização.

Aliás, esperamos que o presente trabalho sirva, também, de alerta para o desenvolvimento de ações que visem o tratamento, a organização e a disponibilização desses documentos sob custódia da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, já que o fato desses materiais não estarem disponíveis ao acesso público, constitui-se, no mínimo, em uma incoerência, já que ao mesmo tempo em que se chancela a memória da professora Judith Cortesão como relevante para a instituição, a partir da criação de um espaço de tutela de seu acervo, que leva, inclusive o seu nome, por outro lado, a não disponibilização dessa documentação funciona como uma obliteração dessa memória, na medida em que tanto o processo de preservação encontra-se necessariamente vinculado à possibilidade de acesso, quanto a perpetuação de uma memória está ligada à sua transmissão.

Mesmo considerando as incompletudes e lacunas na narrativa construída em torno da trajetória de Judith Cortesão, em razão das limitações impostas pela metodologia implantada, já apresentadas anteriormente, o resultado obtido a partir

desse trabalho demonstra que documentos pertencentes a arquivos pessoais são importantes fontes de informação e que é possível a construção de trajetórias de vida a partir desses conjuntos documentais, utilizando-os não como fonte única, mas como base, como ponto de partida para a busca de diversas outras fontes, sejam elas documentais, bibliográficas ou orais, que irão fornecer informações que permitirão complementar e contextualizar as informações oriundas desses documentos.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA de preservar o meio ambiente. **FURG em Notícia**, Rio Grande, p. 8-9, jun. 1999.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. **A revolução no Alentejo**: memória e trauma da Reforma Agrária em Avis. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ANDRADE, Mario de. **Cartas a Murilo Miranda (1934-1945)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Estado Novo em Portugal**: regime salazarista foi marcado pelo autoritarismo. 2009. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/estado-novo-em-portugal-regime-salazarista-foi-marcado-pelo-autoritarismo.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

AO SUL da paisagem: paisagens invisíveis. Direção: Paschoal Samora. São Paulo: Grifa Filmes, 2001. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i1fDITy_Gv4>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ARCARY, Valério. Quando o futuro era agora: trinta anos da revolução portuguesa. **Revista Outubro**, São Paulo, edição 11, p. 71-92, 2004. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-11-Artigo-04.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 9-34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

AS GRANDES navegações: mitos e descobertas. Direção: Liloye Boubli. Brasília: LBBoubli, 1995. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ibY_IJDsw_I>. Acesso em: 17 fev. 2016.

AZEVEDO, Ariana. 28 de maio de 1926: o dia em que Portugal entrou no caminho do Estado Novo. **JPN: Jornalismo Porto Net**, Porto, 28 maio 2014. Disponível em: <<http://jpn.up.pt/2014/05/28/28-de-maio-de-1926-o-dia-em-que-portugal-entrou-no-caminho-do-estado-novo/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al (Org.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 131-146.

BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. Antártida, um desafio e uma esperança. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 3-21, jun./jul. 1982.

BARCELLOS, Lauro. [Discurso proferido na abertura da “Exposição 100 anos Judith Cortesão, na Biblioteca Central da FURG, em 09 de dezembro de 2014]. Rio Grande, 2014. Gravação sonora.

BARCELLOS, Lauro; BARCELLOS, Guy Barros. Um museu voltado para o mar. In: BORGES, Regina Maria Rabello; IMHOFF, Ana Lúcia; BARCELLOS, Guy Barros (Org.). **Educação e cultura científica e tecnológica: centros e museus de ciências no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 263-281.

BARRETO, António. O Estado e a reforma agrária: 1974-76. **Análise Social**, Lisboa, vol. XIX, n. 77-79, p. 513-575, 1983. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223464336F2pRT5yd7Zi76KD6.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BATAILLON, Marcel. Georges Le Gentil (1875-1953). **Bulletin Hispanique**, Bordeaux, tome 56, n. 1-2, p. 5-13, 1954. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1954_num_56_1_3380>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BEHLING, Greici Maia. **Refletindo o processo de criação da APA da Lagoa Verde pelo olhar da Educação Ambiental**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007. Disponível em: <http://www.argo.furg.br/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2007-11-05T114309Z-63/Publico/Greici.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BERNARDO, Maristela. O tempo e Judith, a ecoespiã. **Página 22**, São Paulo, n. 14, p. 28-29, nov. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/pagina22/issue/view/issue/1867/977>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BEZERRA, Julio. Pão nosso de cada dia: na serra gaúcha, moinhos dos anos 1920 voltam a funcionar e inspiram um novo circuito cultural. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 40, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/40>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BORGES, Rafael Gonçalves. **ARCA e Fundação O Boticário: uma perspectiva sobre o movimento ambientalista contemporâneo (1980-2000)**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Disserta_o_Rafael_Borges_ARCA_e_Funda_o_O_Botic_rio_Uma_perspectiva_sobre_o_movimento_ambiental.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BORGES, Renata Silva; MURGUIA, Eduardo Ismael. Aquisição de arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira. **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

BORN, Cláudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan.-jun. 2001, p. 240-265. Acesso em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5736/3326>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 5.673, de 1990**. Cria o Parque Nacional Marinho de Alcatrazes. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=06E211DA022A6624B552C6C10B182FA3.proposicoesWeb2?codteor=1146285&filename=Dossie+-PL+5673/1990>. Acesso em: 31 maio 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Uma proposta de Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia**: relatório da Comissão Especial construída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq em quatro de julho de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/politicadememoria.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **CNPq**: relatório de gestão institucional. Brasília, 2003. Disponível em: <http://centrode memoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2003.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Pioneiras da Ciência**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia1>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Decreto de 21 de setembro de 1999. Dispõe sobre a Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” - COBRAMAB e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 set. 1999. Seção 1, p. 6. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/09/1999&jornal=1&pagina=62&totalArquivos=88>>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL. Decreto de 18 de dezembro de 2003. Admite na Ordem do Mérito Cultural diversas personalidades que se distinguiram no ano de 2003, por suas relevantes contribuições prestadas à Cultura do País. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez 2003. Seção 1, p. 5. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2003&jornal=1&pagina=5>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 1973. Seção 1, parte 1, p. 11024-11025. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3204672/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-1973/pdfView>>. Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 74.557, de 12 de setembro de 1974. Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 13 set. 1974. Seção 1, parte 1, p. 10594. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3201285/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-09-1974/pdfView>>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 74.685, de 14 de outubro de 1974. Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Brasileira do Programa sobre o Homem e a Biosfera, promovido pela UNESCO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 15 out. 1974. Seção 1, parte 1, p. 11741. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3275921/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-10-1974/pdfView>>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982. Cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jan. 1982. Seção 1, p. 537. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3114498/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-01-1982>>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL. Decreto Nº 91.450, de 18 de julho de 1985. Institui a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jul. 1985. Seção 1, p. 10393, Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3502324/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-07-1985/pdfView>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 1.711, de 22 de novembro de 1995. Aprova o regulamento da Ordem do Mérito Cultural, instituída pelo art. 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 1995. Seção 1, p. 18794. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=23/11/1995>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 3.939, de 26 de setembro de 2001. Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 2001. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/09/2001&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=168>>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL. Empresa Brasileira de Notícias. **O Brasil na Antártida**. Brasília: EBN, 1983.

BRASIL. Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 fev. 1989. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3467567/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-02-1989>>. Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 09 jan. 1991. Seção 1, p. 455-456. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=09/01/1991>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento: atualização** 11.05.2016. 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Planejamento e Administração. Portaria Nº 122, de 1º de dezembro de 1994. Aposenta compulsoriamente a servidora Maria Judith Zuzarte Cortesão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 dez. 1994. Seção 2, p. 7841. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/12/1994&jornal=2&pagina=37&totalArquivos=40>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ordem do Mérito Cultural 2003**. 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/ordem-do-merito-cultural-2003>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria Nº 220, de 14 de dezembro de 1987. Institui o Grupo de Implantação e Administração do Centro de Estudos “Terra/Homem” e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1987. Seção 2, p. 6613. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3644143/pg-69-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-16-12-1987/pdfView>>. Acesso em 12 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. **Memórias Brasileiras: Biografias - Edital nº 13/2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/2972015-edital-n-13-2015-Memorias-Brasileiras-Biografias.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental. **Projeto Sala Verde**: edital 01/2005. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 116, de 9 de maio de 2000. Designa os membros titulares e suplentes da Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” - COBRAMAB. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 maio 2000. Seção 1, p. 16-17. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/05/2000&jornal=2&pagina=24&totalArquivos=28>>. Acesso: 30 maio 2016.

BRASIL. Secretaria da Administração Federal. Departamento de Recursos Humanos. Portaria Nº 220, de 15 de março de 1991. Inclui no quadro de pessoal do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, os cargos e respectivos ocupantes,

da extinta Fundação Nacional Pró-Memória. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mar. 1991. Seção 2, p. 1633-1640. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/1991&jornal=2&pagina=9&totalArquivos=44>>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. Secretaria do Meio Ambiente. Portaria Nº 15 de 18 de janeiro de 1991. Nomeia Maria Judith Zuzarte Cortezão para o cargo em comissão de assessor da Coordenação Geral de Política Ambiental, do Departamento de Planejamento e Coordenação de Política Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jan. 1991. Seção 2, p. 2. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/953330/pg-2-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-01-1991/pdfView>>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Agência Senado. Comissão Afonso Arinos elaborou anteprojeto de Constituição**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. TC-008.470/2001-1 - Prestação de Contas. Prestação de contas da FURG-RS, exercício de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 maio 2002. Seção 1, p. 226-228. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/05/2002&jornal=1&pagina=226&totalArquivos=248>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. TC-008.470/2001-1 - Recurso de reconsideração. Interposição de recurso de reconsideração em relação à prestação de contas do exercício de 2000 da FURG-RS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 2004. Seção 1, p. 75-78. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/09/2004&jornal=1&pagina=75&totalArquivos=120>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BRITO, Verônica Martins de. A Preservação da Memória Científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/viewFile/1928/1069>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, 2009, p. 26-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMEIRA, Cecília. As revoltas de fevereiro de 1927. **Cadernos do Arquivo Municipal**, Lisboa, n. 10, 2009, p. 135-153. Disponível em: <<https://issuu.com/>>

camara_municipal_lisboa/docs/cadernos_arquivo_municipal10>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CAMINHO dos moinhos: Alto do Vale do Taquari - Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://sitesdovale.com.br/caminhodosmoinhos>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira:** os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS HUMBERTO T.D.C., O Brasil na Antártida. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1608, p. 4-10, 12 fev. 1983.

CASANOVA, Eugênio. **Archivistica**. Siena, 1928.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura: volume II: o poder da identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARMASSON, Thérèse. Archives scientifiques ou archives des sciences: des sources pour l'histoire. **La revue pour l'histoire du CNRS**, n. 14, 2006. Disponível em: <<https://histoire-cnrs.revues.org/1790>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CINEMATECA BRASILEIRA. Base de Dados Filmografia Brasileira. Disponível em: <<http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=028972&format=detail.ed.pft>>. Acesso em: 31 maio 2016.

CONVENTION ON THE CONSERVATION OF MIGRATORY SPECIES OF WILD ANIMALS, 3., 1991, Geneva. **Proceedings of the Third Meeting of the Conference of the Parties**. Bonn: Secretariat of the Convention, 1993. Disponível em: <http://www.cms.int/sites/default/files/publication/COP3%20Proceedings_E_op.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 129-150, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

CORTESÃO, Jaime. **13 cartas do cativo e do exílio (1940)**. Recolha, introdução e notas de Alberto Pedroso. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

CORTESÃO, Judith; COELHO, Vltória. **Manual de implantação Comdema**. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 1991.

CORTESÃO, Judith; TOUGUINHA, Manuel; AMARAL, Pieter. A Chave do Abismo: Escritos Ctônicos”. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF SPELEOLOGY, 3.; SPELEOLOGICAL CONGRESS OF LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 4.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 26., 2001, Brasília, DF. **Anais do SpeleoBrazil 2001**. Brasília: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2001. Disponível em: <<http://www.sbe.com.br/anais26cbe/195-S4.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CORTESÃO, Judith. O planeta ainda pode ser salvo: entrevista com Judith Cortesão. **Jornal Mundo Jovem**, Porto Alegre, edição 307, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/edicao-307-entrevista-o-planeta-ainda-pode-ser-salvo>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CORTESÃO, Judith. Povos da mata: tradição e futuro. In: MATA Atlântica. Rio de Janeiro: Index, 1991.

CORTESÃO, Judith. Terra-Homem: uma trajetória experimental. **Raiz e Utopia**, n. 9-10, 1979. p. 260-270.

COSTA, António Luís Pinto da. A primeira frente de oposição à ditadura militar portuguesa: a Liga de Defesa da República ou a Liga de Paris. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, n. 5, p. 247-274, 1990. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/6691>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

DASSIE, Bruno Alves. **Euclides Roxo e a constituição da educação matemática no Brasil**. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410336_08_pretextual.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Decreto de 05 de novembro de 1986. Concede a “Medalha do Mérito Alvorada”. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 07 nov. 1986, p. 1-2. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=663b0f56-8255-399b-9818-be5f2ca6a899>. Acesso em: 24 abr. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 29.463, de 04 de setembro de 2008. Altera o Decreto nº 21.504, de 12 de setembro de 2000, que trata da Medalha do Mérito Alvorada. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 set. 2008. Seção I, p. 2-3. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=e517c3dc-955d-3b68-8337-885ea7150f59>. Acesso em: 24 abr. 2016.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/>>

Dissertacoes/CRIVELLI_R_A_institucionalizacao_do_arquivo_pessoal_Analise_dos_registros_Memoria_do_Mundo_do_2.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/279>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Relatório de gestão 2012**. Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2012-sala-verde-judith-corteso-furg-19978563>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Relatório de gestão 2014**. Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cibeledziakaniak/relatrio-de-gesto-2014-sala-verde-da-furg>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

EPIFÂNIO, Renato; PINHO, Romana Valente; DAVI, Amon Pinho (Org.). **In memoriam de Agostinho da Silva**: 100 anos, 150 nomes. Corroios, Portugal: Zéfiro, 2006.

FEITOSA, Aida. **Mulheres ambientalistas recebem homenagem do Ministério do Meio Ambiente**. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/6138-mulheres-ambientalistas-recebem-homenagem-do-ministerio-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FRANCHETTI, Paulo. Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Org.). **A missão portuguesa**: rotas entrecruzadas. São Paulo: Unesp, 2003. p. 111-115.

FRANCO, António Cândido. **O estranhíssimo colosso**: uma biografia de Agostinho da Silva. Lisboa: Quetzal, 2015.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/1666/1287>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Gabinete do Reitor. **Ato Executivo nº 031/2006, de 25 de agosto de 2006**. Rio Grande, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhos.furg.br/converte.php?arquivo=executivos/03106.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Sala Verde Judith Cortesão**: articulação e implementação de ações entre universidade, escola e comunidade – edital 1/2005/Ministério do Meio Ambiente. Rio Grande, 2005.

FURG implanta em Agosto a Sala Verde. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 jul. 2005.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. **Globo Ecologia**. c2013. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/globo-ecologia/globo-ecologia-evolucao.htm>>. Acesso em: 10 maio 2016.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. **Globo Educação**: viva o mar. c2013. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/globo-educacao/globo-educacao-viva-o-mar.htm>>. Acesso em: 10 maio 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 121-128, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

GONÇALVES, Daniel Nunes. Lições e histórias da matriarca da ecologia. **Os caminhos da Terra**, São Paulo, ano 8, n. 4, ed. 84, p. 60-63, abr. 1999.

GONÇALVES, Isabel Cristina. **Contexto, relato e possibilidades de uma experiência socioambiental educativa**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Trajetórias de vida: visibilizando e reconstruindo a história das mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Goncalves-Lisboa_42_10.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

GRANDE Barsa CD: versão 5.0. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, c2005. 2 CD-ROM.

GRIFA FILMES. Série ao Sul da Paisagem. Disponível em: <<http://www.grifafilmes.com/pt-br/ao-sul-da-paisagem>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

GUIDI, Rebecca de Luna. **Valores negociados**: a salvaguarda do jongo/caxambu. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/ppga/wp-content/uploads/2013/06/Valores-Negociados_Rebecca-de-Luna-Guidi.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 67-76.

_____. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro**. 2009. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio Nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. (Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania, apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 02-04 de ago. de 2005). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8., Buenos Aires, 2009. **Anais...** Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o Caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, Ontario, n. 52, fall, p. 126-135, 2001. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817/14027>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

INSTITUTO ACQUA. **Instituto Acqua**: excelência em gestão pública a serviço da comunidade. [2014]. Disponível em: <<http://www.institutoacqua.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Portaria nº 5, de 20 de março de 2009. Institui, no âmbito do Ibama, a “Medalha de Mérito Ambiental” e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar.. 2009. Ano 146, n. 55, seção 1, p. 79. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/03/2009&jornal=1&pagina=79&totalArquivos=96>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Portaria nº 271, de 30 de março de 2009. Confere a Medalha de Mérito Ambiental à Professora Maria Judith Zuzarte Cortesão. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 abr. 2009. Ano 146, n. 62, seção 1, p. 67. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/04/2009&jornal=1&pagina=67&totalArquivos=96>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

INTÉRPRETES do Brasil: Brasil- Portugal, por Judith Cortesão. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Vídeo. São Paulo: Cinematográfica Superfilmes, 2001. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8uq-ZTLgnE&list=PLYfSGNpQQGAbyle3haFQc-C0muZ1Lz5K2&index=4>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, c2003.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 11-19.

LOPES, Óscar (Coord.). **Jaime Cortesão**. Lisboa: Arcádia, [19--]. (Coleção A Obra e o Homem).

LOUSADA, Vinicius Lima. **Das ondas que se fizeram mar em Rio Grande**: a construção de um projeto de Educação Ambiental no entrelaçamento das trajetórias de vida dos seus atores. 2006. 288 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MACIEL, Laurinda Rosa; BORGES, Renata Silva. Metodologia de organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero, enfermeira da FEB. In: SILVA, Maria Celina Soares de mello e; SANTOS, Paulo Rberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

MADUREIRA, Marta Saint Pastous; TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini. **Educação Ambiental Não-formal em unidades de conservação federais na zona costeira brasileira**: uma análise crítica. Brasília: IBAMA, 1997. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/EA_naoformal.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

MARQUES, Randáu. Constituintes exigem a salvação do Pantanal. **O estado de São Paulo - Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 16, 23 jun. 1987.

MATRIARCA do ambiente. **Superinteressante**, Portugal, n 154, p. 34-37, fev. 2011. Disponível em: <http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=444:matriarca-do-ambiente&catid=6:artigos&Itemid=80>. Acesso em: 25 jul. 2014.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. **The Australian Library Journal**, v. 45, n. 3, p. 174-187, 1996. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00049670.1996.10755757>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MEDEIROS, Thaís. Judith Cortesão: a verdadeira mãe natureza. **Universo IPA**: revista do curso de Jornalismo do Centro Universitário Metodista IPA, Porto Alegre, ano 2, ed. 4, p. 34-35, dez. 2007.

MENIN, Delza de Freitas. **Ecologia de A a Z**: pequeno dicionário de Ecologia. Porto Alegre: L&PM, 2000.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 1, p. 40-61, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/8286/5959>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MINISTRO assina protocolo em RG. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 16, 18 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A108/N261/PDF/Fim16.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-174, jul.-dez., 2013. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/522>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MORRE em Genebra a guardiã da natureza Judith Cortesão. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 set. 2007.

MUSEU do Pão: caminho dos moinhos. Ilópolis, RS: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, 2008.

NAVIO trouxe ave ferida no oceano. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 fev. 1983, p. 9.

NERY, Olívia Silva. **A invisibilidade na materialidade**: as pontes de memória nos objetos de Lyuba Duprat. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Estações Ecológicas**: uma saga de ecologia e de política ambiental. São Paulo: Empresa das Artes, 1991.

OBITUÁRIO. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 dez. 2010. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/obituario/maria-da-saudade-cortesao-mendes-16826.html>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

O ESTADO Novo (1926-1974). [20--]. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/OEstadoNovo.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexão em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PACHALSKI, Glauco Assumpção. **O museu do pão**: arquitetura, cultura e lugar. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

PAZ JÚNIOR, Aloysio Campos da. **Percorrendo memórias**. Brasília: Sarah Letras, 2010. Disponível em: <<http://www.sarah.br/media/1669/percorrendo-memorias-alloysio-campos-da-paz-jr.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

PINA, Manuel António. Judith Cortesão. **Notícias Magazine**, Lisboa, p. 106, 19 out. 2008.

PITTA, Renato. **Curriculum vídeo**. Disponível em: <<https://vimeo.com/19294603>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso: 11 jan. 2015.

PORTUGAL. Decreto-lei nº 30:484, de 1 de junho de 1940. Concede uma ampla amnistia. **Diário do Governo**, Lisboa, 1 jun. 1940. I Série, n. 127, p. 653-654. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/199022>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA. **Colônia Finlandesa**. [2013]. Disponível em: <<http://itatiaia.rj.gov.br/conteudo/122/colonia-finlandesa>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Definida nova utilização para o Sobrado dos Azulejos**. 19 dez. 2005. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+b9c80,,definida-nova-utilizacao-para-o-sobrado-dos-azulejos.html#.V3bJF_krK00>. Acesso em: 30 jun. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **SMEC inaugurou suas novas instalações no Sobrado dos Azulejos**. 18 maio 2006. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+bc5d9,,smec-inaugurou-suas-novas-instalacoes-no-sobrado-dos-azulejos.html#.V3bKWpkrK00>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!”: arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, 1998. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblos**, Lima, año 7, n. 24, abr. – jun. 2006. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2152131.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

REPÚBLICA PORTUGUESA. c2016. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt>>. Acesso em: 13 maio 2016.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Prêmio Muriqui**. c2004. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_4_premio_muriqui.asp>. Acesso em: 21 abr. 2016.

REZENDE, Maria Beatriz et al. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>>. Acesso em: 20 maio 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 1, nov. 2004. Edição especial - Anais do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental e do Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

REVISTA DA 21ª EDIÇÃO DO PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. Brasília: IPHAN, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/revista_2008.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; PESTANA, Marlon Borges; PENHA, Maria Angélica Pereira. Escavações arqueológicas no Sobrado dos Azulejos, Rio Grande, RS, Brasil. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 201-215, 2004. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/423/107>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

RIBEIRO, Regina Oliveira et al. Maria Judith Cortesão: Mulher, ambientalista e educadora popular. In: MOSTRA DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA, 13., 2014, Rio Grande. **Anais da MPU**. Rio Grande: FURG, 2014. Disponível em: <<http://propesp.furg.br/anaismpu/cd2014/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 35.237, de 06 de maio de 1994. Cria o Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim - PRÓ-MAR DE DENTRO, define a estrutura institucional para sua implementação e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 9 maio 1994, p. 3. Disponível em: <<http://corag.rs.gov.br/doe>>. Acesso em 12 jun. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Pró-Mar-de-Dentro**. 2010. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=363>. Acesso em: 12 jun. 2016.

RIO Grande e Pelotas recebem Gil. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 14, 17 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A108/N260/PDF/Fim14.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SAIA, Luis. Notas preliminares sobre a Fazenda Pau d'Alho (história, restauração e projeto de aproveitamento). **Revista de História**, São Paulo, n. 102, p. 581-630, 2 trimestre 1975.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e natural. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais**: testemunhos, trajetórias de vida e história. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão). Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

SANTOS, Klécio. A primeira-dama da ecologia: a portuguesa radicada em Rio Grande Judith Cortesão é hoje a mais ativa ecologista do país. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 47, 03 jul. 1999.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 21-50

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. 260 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Processo SC 04061/87. Homologa os ganhadores do Prêmio de Museologia Paulo Duarte 1986. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 9 jan. 1988. Seção I, p. 20. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1988/executivo%2520secao%2520i/janeiro/09/pag_0020_70QFB7PE3DQ5Ue1EJIG0VJE9J0F.pdf&pagina=20&data=09/01/1988&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100020>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SC-47, de 8-12-87. Atribui o valor da premiação para os ganhadores do Prêmio de Museologia Paulo Duarte 86 e estabelece a Comissão Julgadora. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 9 dez. 1987. Seção I, v. 97, n. 233, p. 54. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1987/executivo%2520secao%2520i/dezembro/09/pag_0054_ETMPMM45G1OP6e2DM7QK0TA3U4R.pdf&pagina=54&data=09/12/1987&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100054> Acesso em: 21 abr. 2016.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SAVAGET, Claudio. **Claudio Savaget**. 2014. Disponível em: <<http://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/arquivos/noticias/000023166.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SCHAFFNER, Fábio. Uma das nossas maiores ambientalistas, a portuguesa Judith Cortesão, que vive na Praia do Cassino, domina 14 idiomas e escreveu 16 livros. **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 set. 2002.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (Org.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**: volume I. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007.

SILVA, Claudio Renato Moraes da. **O pensamento pedagógico, cultural e ambiental de Maria Judith Zuzarte Cortesão**: educação escolar, para mulheres pescadoras na cidade do Rio Grande, região Sul do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 2013.

SILVA, Claudio Renato Moraes da. **O que é Educação Ambiental?**. São Paulo: All Print, c2014.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira. **Arquivos pessoais**: constituição, preservação e usos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. (MAST Colloquia, v. 13). Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_13.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios**: o cientista e a preservação de documentos. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Apresentação. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 7-9.

SILVA, Tathianni Cristini da. A Exposição Histórica das Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo por Mário Neme. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA CULTURAL, 7., 2014, São Paulo. **Anais do evento**. São Paulo: USP, 2014. p. 1-7. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Tathianni%20Cristini%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Homenagem a Judith Cortesão**. 2007. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/2051/homenagem-a-judith-cortesao/>>. Acesso em: 28 maio 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. Arquivos pessoais e preservação da memória da ciência e da universidade: a contribuição do Núcleo de Documentação e Memória do câmpus da Unesp de Araraquara (NDM – CCPWS). **Horizontes**, Itatiba, SP, v. 23, n. 2, p. 113-119, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.usf.edu.br/publicacoes/edicoes-exibir/75269519/horizontes+volume+23+numero+02+2005.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SOUZA, Ieda Maria de et al. **Biblioteca Universitária da UFSC**: memória oral e documental. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/866>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SYNAPSE PRODUÇÕES. **Intérpretes do Brasil**: Portugal-Brasil, por Judith Cortesão. c2013. Disponível em: <http://synapse.com.br/repositorio/filme/?name=portugal_brasil_por_judith_cortesao>. Acesso em: 14 jun. 2016.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 15, ju./dez, p. 51-84. 1997. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

TRAVERSA, Elisa Neves. **Jaime Cortesão**. [200-]. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/jaime-cortesao.html#.Vs2gSpwrLIV>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Complexo de museus e centros associados da FURG**. [2000]. Disponível em: <<http://www.museu.furg.br>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. **Ampliação da Sala Verde**: Sala Verde será ampliada em 2016. 10 maio 2016. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/40-news/noticias/864-amplia%C3%A7%C3%A3o-da-sala-verde.html>>. Acesso em: 28 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Sistema de Bibliotecas. **Biblioteca Setorial Sala Verde Judith Cortesão**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.furg.br/index.php/biblio-sala-verde>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Documentos de professores como fontes para a história da Educação Matemática: o Arquivo Pessoal Euclides Roxo – APER.

Zetetiké: Revista de Educação Matemática, Campinas, v. 12, n. 21, p. 35-56, 2004. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/zetetike/article/view/2472/2232>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

VARELA, Raquel. Semeando cravos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 114, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/semeando-cravos>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sergio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivos & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, jul./dez. 1986. Disponível em: <http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/V10_14N21986-revista30.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

VIDEOCASSETTE sobre o Parque das Emas é premiado pela Mostra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 1984. p. 14.

VIDEOTECA GLOBAL. **Relação de fitas de videocassete**: Globo Ecologia. [2007]. Disponível em: <<http://www.uniban.br/biblioteca/download/Globo-Ecologia.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VIEIRA, Felipe Almeida; AMARAL, Ivan Luiz Martins Franco do. Memória, arquivo e patrimônio documental das Ciências da Saúde na FCM/UNICAMP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300883322_ARQUIVO_FelipeVieira-MemoriaepatrimoniiodocumentalnaFCM.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

VILLALOBOS, Marco Antônio. **Tiranos tremel!**: ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

WINTER, Maria Cecília. Os usos do patrimônio: três fazendas cafeeiras paulistas do século XIX. **Klepsidra**, São Paulo, ed. 21, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas.htm>>. Acesso em 30 maio 2016.

WORLD CONGRESS ON NATIONAL PARKS AND PROTECTED AREAS, 4., 1992, Caracas. **Parks for life**: report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas. Caracas: IUCN, 1993. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1993-007.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

ZONA sul: Sobrado dos Azulejos pode ficar nas mãos do Estado. **Diário Popular**, Pelotas, 20 nov. 2003. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/20_11_03/cp191101.html>. Acesso em: 12 fev. 2016.

DOCUMENTOS CONSULTADOS PERTENCENTES AO ACERVO JUDITH CORTESÃO

AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Porto Alegre, 09 abr. 1986. 1f.

ARQUIVO CENTRAL DO PORTO (Portugal). Certidão de narrativa completa de registro de nascimento, 1978. 1p.

ASSOCIAÇÃO ANAPOLINA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Anápolis, GO, 31 mar. 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOLOGIA. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Rio de Janeiro, 17 abr. 1986. 1f.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Ofício n. 86/FNPM. Brasília, 1986. 1f.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Of. Circ. Nº 101/86-FNPM/BSB. Brasília, 1986. 1f.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Estadual de Mato Grosso do Sul. Of. Circ. Nº 03/86 CEMS. Campo Grande, 1986. 1f.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais. Semana do Meio Ambiente: 1º a 6 de junho de 1987: relatório de atividades. Brasília, 1987. 59f.

BRASIL. Ministério da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. [Convite para a participação na 4ª Sessão Ordinária do Grupo de Trabalho Permanente para ocupação e Pesquisa no Arquipélago São Pedro e São Paulo]. Brasília, 26 fev. 1998. 2 f. [Fax].

BRASIL. Ministério da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. [Convite para a participação na 5ª Sessão Ordinária do Grupo de Trabalho Permanente para ocupação e Pesquisa no Arquipélago São Pedro e São Paulo]. Brasília, 12 maio 1998. 2 f. [Fax].

BRASIL. Ministério da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. [Correspondência enviada a Judith Cortesão informando a agenda proposta para a 28ª Sessão Ordinária da Subcomissão do PROANTAR]. Brasília, 12 mar. 1993. 2 f.

BRASIL. Ministério da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. [Envio dos projetos que serão analisados na próxima Sessão do Comitê Executivo do Programa Arquipélago]. Brasília, 14 nov. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Fundo Nacional do Meio Ambiente. Ofício nº 1676-96/MMA/FNMA-SMT. Brasília, 1996. 3 f.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. Proposta de resolução nº 001/96/CIRM. Brasília, 1995. 15 f.

Confalonieri, Ulisses et all. Mudanças globais e desenvolvimento: importância para a saúde. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 139-154, 2002.

CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITERAGE, 14., 1990, Banff, Canada. Report of the World Heritage Committee. Banff, Canada: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1990.

CORTESÃO, Judith. [Carta à Divisão de Recursos do Mar]. Rio Grande, 13 jan. 1999. 1 f.

CORTESÃO, Judith. [Carta ao Secretário Executivo da Comissão de Estudos Constitucionais, Mauro Santayana]. Brasília, 15 jan. 1986. 2f.

CORTESÃO, Judith. [Carta ao Senhor almirante]. Rio de Janeiro, 09 abr. 1988. 1f.

CORTESÃO, Judith. Curriculum Vitae, Brasília, 1978. 6f.

CORTESÃO, Judith. Curriculum Vitae, Rio Grande, 1998. 14f.

CORTESÃO, Judith. Juréia, a luta pela vida. Rio de Janeiro: Index, 1989.

CORTESÃO, Judith. Juréia, a luta pela vida. Original datilografado. 1989.

CORTESÃO, Judith. Patrimônio cultural e natural ameaçado pelas represas do Rio Paraná (MS/PR/SP): exposição de motivos. Campo Grande, 1985. 12f.

CORTESÃO, Judith. Pela mão de Cecília. Revista Humanidades, Brasília, v. 10, n. 3, ago./out. p. 116-123, 1986.

CORTESÃO, Judith. Povos da Mata: tradição e futuro. Original datilografado do capítulo do livro Mata Atlântica. 1989.

CORTESÃO, Judith. Pré projeto editorial: Educação Ambiental para a primeira infância: em louvor da vida. [S.l.], [199-]. 5 f.

CORTESÃO, Judith. O Projeto de Malta: um espaço oceânico internacional. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, v. 13, n. 3, p. 16, jun./jul. 1982.

CORTESÃO, Judith. [Relatório das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Mar de Dentro]. Rio Grande, 01 nov. 2000. 3 f.

CORTESÃO, Judith. Relatório de avaliação de estruturas básicas de saúde em estações de pesquisa na Antártida. Brasília, fev. 1983. 5 f.

CORTESÃO, Maria Judith Zuzarte. Análise de Função. Fundação Nacional Pró-Memória. 15 dez. 1986. 5f. [Manuscrito].

CORTESÃO, Maria Judith Zuzarte. Ficha de pessoal. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN, sem data. 2f. [Manuscrito].

CORTESÃO, Maria Judith Zuzarte. [Carta ao Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura do Brasil]. Brasília, 18 dez. 1986. 1f.

ELISEIRE JUNIOR, Dirceu. Relatório: monitoramento de verão da Restinga Norte e Baía de São Simão. Rio Grande, 1993. 7 f.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. [Comunicação do Reitor Carlos Alberto Eiras Garcia ao Diretor da Representação da Fundação Universidade do Rio Grande em Brasília]. Rio Grande, 07 dez. 1998. 1 f.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Mestrado em Educação Ambiental. Estrutura curricular do curso. Rio Grande, 1994. 1 f.

GRUPO ECOLÓGICO FOLHA VERDE. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Caxias do Sul, 17 abr. 1986. 1f.

HELLEBRANDT, Denis. Relatório da Expedição Restinga: 29 e 30 d janeiro de 1994. Rio Grande, 1994. 3 f.

INTERNATIONAL WHALING COMMISSION. Circular communication to commissioners, contracting governments and members of the scientific committee. United Kingdom, 1993.

MATOS, Antônio. Relatório da Expedição Restinga: Rio Grande – Mostardas de 9 a 11 de outubro de 1993. Rio Grande, 1993. 4 f.

MOVIMENTO MULHERES DE CAÇAPAVA. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Caçapava, SP, 14 abr. 1986. 1f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Fundação Municipal 25 de Julho. [Carta a Judith Cortesão coordenadora, do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Joinville, 09 abr. 1986. 2f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Marechal Cândido Rondon, PR, 26 mar. 1986. 1f.

SAVAGET PRODUÇÕES. Roteiro do Globo Ecologia América do Sul. Rio de Janeiro, 24 set. 1999. 4 f. [Fax].

SERTÃO da Trijunção, história oral. [S.l.], 2000. 10 f.

SOCIEDADE ECOLÓGICA ABAREBEBÊ DE PERUIBE. [Carta a Judith Cortesão, coordenadora do Comitê sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente da Comissão de Estudos Constitucionais]. Estância Balneária de Peruibe, SP, 16 abr. 1986. 1f.

VIVA o mar - viva o povo que vive do mar. Projeto de produção da série. Rio de Janeiro, 1996. 23 f.

DOCUMENTOS CONSULTADOS PERTENCENTES A OUTROS ACERVOS

- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)** - <http://antt.dglab.gov.pt/>
PIDE. Serviços Centrais. Registo Geral de Presos, livro 2, 15/10/1934-12/01/1935, registo n.º 381, António Augusto Zuzarte Cortesão. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

- **Câmara dos Vereadores de Rio Grande**
RIO GRANDE. Câmara Municipal. Ata nº 7.139. Rio Grande, 2001. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, Rio Grande.

- **Departamento de Bedelía, Departamento de Administración de la Enseñanza, Facultad de Ciencias, Universidad de La Republica (Uruguai)**
UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA URUGUAY. Facultad de Ciencias. Departamento de Administración de la Enseñanza. Departamento de Bedelía. Escolaridad Maria Judith Zuzarte Cortesão. Montevideo, 23 set. 2015.

- **Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Núcleo de Memória “Eng. Francisco Martins Bastos” (NUME). DE/PARA nº 033, de 11 de dezembro de 2008. Rio Grande, 2008.

- **Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG**
Atas de 1994 a 2001

- **Projeto Casa Comum - Fundação Mário Soares (Portugal)** - <http://www.casacomum.org>
CORTESÃO, Judite. [Carta para Murilo Mendes]. Lisboa, 11 nov. 1935. 3f. [Manuscrito]. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04632.002.026>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CORTESÃO, Judite. [Carta para Murilo Mendes]. Lisboa, 27 mar. 1936. 3f. [Manuscrito]. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04632.002.014>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

- **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da FURG**
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Contrato de pessoal por tempo determinado. Rio Grande, 1994.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Ofício 009/94-SREP. Rio Grande, 1994.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Termo aditivo. Rio Grande, 1995.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de C. Rios. Ofício MOFURG 011/95. Rio Grande, 1995.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Gabinete do Reitor. MEMO. GAB. Nº 035/98. Rio Grande, 1998.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Pró-Reitoria Administrativa. MEMO No. 083/01 – PROAD. Rio Grande, 2001.

ENTREVISTAS

Adriane Lobo Costa. Rio Grande, RS. 30 de março de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

Lauro Barcellos. Rio Grande. 26 de novembro de 2014.
Entrevista concedida a Péricles Gonçalves, Programa Ação FURG, FURGTv.

Carla Valéria Leonini Crivellaro. Rio Grande, RS. 13 de janeiro de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

Claudio Renato Moraes. Rio Grande, RS. 08 de julho de 2016.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

Daniel Porciuncula Prado. Rio Grande, RS. 15 de janeiro de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

Luiz Carlos Rodrigues. Rio Grande, RS. 15 de janeiro de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

Marcelo Ferraz. São Paulo, SP - Rio Grande, RS. 02 de novembro de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado, através do programa Skype (conversa on-line).

Nubia Rosa Baquini da Silva Martineli. Rio Grande, RS. 16 de janeiro de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

Susana Inês Molon. Rio Grande, RS. 11 de novembro de 2015.
Entrevista concedida à Vania da Costa Machado.

APÊNDICES

Apêndice A - Dados dos entrevistados, baseado em Nery (2015).

Entrevistado	Formação/Profissão	Data e local da entrevista	Relação com a professora Judith Cortesão
Adriane Lobo Costa	Veterinária, Mestre em Educação Ambiental pela FURG. Atualmente é supervisora regional na EMATER Regional de Pelotas, RS	30 de março de 2015. Escritório da EMATER Regional (Pelotas, RS)	Foi aluna de Judith Cortesão no curso de mestrado em Educação Ambiental, da FURG, no ano de 1997 e 1999, tornando-se sua amiga.
Carla Valéria Leonini Crivellaro	Geógrafa, Mestre em Educação Ambiental e Doutora em Educação em Ciências pela FURG. Atualmente executa e desenvolve projetos no NEMA - Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (Rio Grande, RS)	13 de janeiro de 2015. Sede do NEMA, no Balneário Cassino (Rio Grande, RS)	Foi aluna e orientanda de Judith Cortesão no curso de mestrado em Educação Ambiental entre os anos de 1996 e 2000.
Claudio Renato Moraes da Silva	Possui graduação em Biblioteconomia, Mestrado e Doutorado em Educação Ambiental pela FURG. Atualmente é professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG (Rio Grande)	08 de julho de 2016. Museu do Porto do Rio Grande (Rio Grande, RS)	Foi aluno de Judith Cortesão no curso de mestrado em Educação Ambiental entre os anos de 1998 e 2000 e bibliotecário responsável pela organização do acervo de Judith Cortesão, quando da criação da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão.

Entrevistado	Formação/Profissão	Data e local da entrevista	Relação com a professora Judith Cortesão
Daniel Porciúncula Prado	Graduado em História Licenciatura Plena, Mestre e Doutor em Educação Ambiental pela FURG. É professor há 15 anos na FURG (Rio Grande, RS)	15 de janeiro de 2015. Sala 17 do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, câmpus Carreiros da FURG (Rio Grande, RS)	Foi aluno de Judith Cortesão no curso de mestrado em Educação Ambiental entre os anos de 1997 e 1999.
Luiz Carlos Rodrigues	Bacharel em Geografia e Mestre em Educação Ambiental pela FURG. Atualmente cursa graduação em Geografia Licenciatura Plena e é estagiário na Estação de Meteorologia da FURG (Rio Grande, RS)	15 de janeiro de 2015. Sala da Estação de Meteorologia, no pavilhão 06, câmpus Carreiros da FURG (Rio Grande, RS)	Conheceu Judith Cortesão em 1992, durante uma expedição à Estação Ecológica do Taim. Entre os anos de 1997 e 1999 foi aluno e orientando de Judith Cortesão no curso de mestrado em Educação Ambiental, tornando-se seu amigo próximo.
Marcelo Ferraz	Arquiteto formado pela Universidade de São Paulo. É sócio-fundador do Escritório Brasil Arquitetura (São Paulo, SP) e foi coordenador do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, entre 2003 e 2004	02 de novembro de 2015. Entrevista realizada através do programa Skype, para conversa on-line (São Paulo, SP - Rio Grande, RS)	Foi amigo de Agostinho da Silva, ex-esposo de Judith Cortesão. Conheceu Judith durante as gravações do programa do “O Povo Brasileiro”, em 1998. Foi um dos responsáveis pelo projeto de criação da “Casa dos Povos Judith Cortesão”, no Sobrado dos Azulejos, em Rio Grande, RS.

Entrevistado	Formação/Profissão	Data e local da entrevista	Relação com a professora Judith Cortesão
Nubia Rosa Baquini da Silva Martineli	Graduada em Licenciatura em Ciências Habilitação Física e Mestre em Educação Ambiental pela FURG. Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), câmpus Rio Grande e professora da rede municipal de ensino, lecionando no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente(CAIC) (Rio Grande, RS)	16 de janeiro de 2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), câmpus Rio Grande, RS	Foi aluna de Judith Cortesão no curso de mestrado em Educação Ambiental entre os anos de 1997 e 2001.
Susana Inês Molon	Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas, mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da FURG (Rio Grande, RS)	11 de novembro de 2015. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, câmpus Carreiros da FURG, Rio Grande, RS	Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG, entre os anos de 2005 e 2006, sendo responsável, nesse período, pela elaboração do projeto de criação da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão.

Apêndice B - Roteiro de entrevista

Roteiro da entrevista

Objetivo: construção da trajetória de vida de Judith Cortesão (trajetória pessoal, acadêmica e profissional) e relevância institucional e acadêmica.

Nome:

Idade:

Titulação:

Atuação:

Instituição:

1. Vínculo mantido com a pesquisadora Dr^a Judith Cortesão.
2. Período de convívio com a Dr^a Judith Cortesão.
3. Projetos que participou em conjunto com a professora.
4. Outros projetos que tenha conhecimento.
5. Circunstâncias que trouxeram a Dr.^a Judith Cortesão para a FURG.
6. Participação em algum grupo político e/ou partidário, ideologia partidária.
7. Principais pressupostos, conceitos, ideias, pensamentos, teórico ou teorias que utilizava como base de seu trabalho.
8. Contribuição para a FURG, importância institucional.
9. Comportamento institucional: como ela era vista pelos outros professores, pelos alunos.
10. Relação dela com os alunos.
11. Atividades fora da FURG, formação, vida acadêmica, profissional.
12. Principal lembrança que guarda de Judith Cortesão.
13. Principal contribuição de Judith Cortesão.
14. Reconhecimento
15. Possui fotografias, vídeos, poemas ou publicações de autoria de Judith Cortesão.
16. Histórias, acontecimentos ou episódios que você gostaria de compartilhar.
17. Lembranças negativas.